

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA DE CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA – DAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA

IOLANDA CARDOSO DE SANTANA

**AS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES COMO UM ESPAÇO DE
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: A TRAMA DAS RELAÇÕES SOCIAIS
NO MUNICÍPIO DAS CORRENTES-PE**

RECIFE
2016

IOLANDA CARDOSO DE SANTANA

**AS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES COMO UM CAMPO DE
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: A TRAMA DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO
MUNICÍPIO DAS CORRENTES-PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti

RECIFE
2016

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S232a Santana, Iolanda Cardoso de.
As associações de agricultores como um campo de representação política : a trama das relações sociais no município das Correntes-PE / Iolanda Cardoso de Santana. – 2016.
102 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2016.
Inclui Referências e anexos.

1. Antropologia. 2. Agricultura familiar. 3. Trabalhadores rurais. 4. Clientelismo. 5. Associações de agricultores. 6. Política local. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Orientadora). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-171)

IOLANDA CARDOSO DE SANTANA

**“AS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES COMO UM CAMPO DE
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: A TRAMA DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO
MUNICÍPIO DAS CORRENTES-PE”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Aprovada em: 31/08/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Prof^o Dr^o Russell Parry Scott (Examinadora Titular Interna)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Prof^o Dr^o Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Examinador Titular Externo)
Departamento de Sociologia – UFPE

À minha doce e adorada mãe, Ana Lúcia (In
Memoriam). Ao meu amado Emanuel.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ana Lúcia, primeiramente, pelo exemplo de força e coragem, e por ter se dedicado com tanto amor a mim e às minhas irmãs. Para sempre te amarei!

Ao meu pai pelo incentivo desde o início de minha educação escolar.

E à minha avó Carmosina, pelo carinho e pelos momentos felizes. Saudades!

Às minhas irmãs, Ianê, Núbia, Eugênia e a minha “pequena” sobrinha Erica, pelo fiel companheirismo e carinho.

Ao meu amado Emanuel, pela parceira nas produções acadêmicas, e por tudo que vivemos e aprendemos juntos nestes seis anos.

À minha avó Maria José por ter apostado tanto em mim.

Aos meus sogros Antônio e Maria pelo apoio e carinho.

À minha orientadora, a professora Josefa Salete, pelas tão ilustres dicas e orientações. Agradeço-lhe também pela admirável paciência que teve para comigo em todos os andamentos da pesquisa. Aprendi muito durante esse tempo com a professora Salete, e ainda tenho muito que aprender.

Aos professores Adjair Alves e Maria Giselda, que me acompanharam durante a graduação. Meus sinceros agradecimentos a estes dois mestres que tanto me inspiram respeito e admiração.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE junto a seus funcionários; e a Capes que financiou a pesquisa.

Ao professor Parry Scott, agradeço muito pelas sempre tão valiosas contribuições.

À Jordânia, aluna do doutorado do PPGA, que contribuiu bastante com dicas de leitura.

À Veralucia e Murilo, professores que muitos contribuíram para meu ingresso na graduação.

Aos meus amigos Mabel, Nilton, Madalena, Elieudes, Jaedson, Denise e Gilberto pelo incentivo e desvelo.

A Mario César, técnico do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), pelo apoio e informações.

À Ana Maria da Costa pela sua imensa colaboração e paciência para comigo.

Aos síndicos e representantes de associações Luis Barbosa, Osmário, Lucas, Ailton, Antônio, Cicero Gomes, Cicero da Silva, Cícera Alves, Geovane, Manoel, José Ivo, Oswaldo, Onisvaldo, Alexandre, Maria José e Aparecida pelas informações e incentivo.

A todos os agricultores e agricultoras que contribuíram para minha pesquisa com suas informações, alegrias e carinho. Obrigada!

Aos meus colegas de mestrado Hissa, Pedro, Fernando, Taina e Tamar, pelas dicas e carinho com o qual sempre me trataram.

A história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato (MARTINS, 1983: 81).

José de Souza Martins

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo as representações sócio-políticas de agricultores, participantes de associações no município das Correntes com atenção especial aos agricultores integrantes das associações comunitárias do Sítio Laje e do Sítio Balaio. Para isso, são pesquisados os aspectos mais relevantes da representação política, através das relações entre os agricultores nessas instituições. E, enquanto partes do movimento social de agricultores, suas afinidades e disputas políticas abertas pelo poder local; como também os seus ritos, ações e formas de participação social. Sendo assim, dentro dessas representações sócio-políticas de agricultores, que direciona a pesquisa, a atenção especial é dada à construção conceitual das categorias camponês/agricultor, assim como, os símbolos e o desempenho desses agricultores familiares enquanto grupo representativo nessas associações e na política do município. Analisam-se as práticas “clientelistas” como as trocas de favores e outras que acabam por gerar um tipo específico de relações que atravessam a estrutura de poder e as instituições nelas envolvidas, por um lado; e, por outro lado, reforçam relações do poder local e outras formas de dominação que interferem nas práticas e autonomia das associações de agricultores no município das Correntes. Neste estudo privilegiamos os métodos e técnicas antropológicas para a construção de uma etnografia que desse conta da trama de relações sociais que se desenvolvem nesse campo de estudo. A bibliografia selecionada inclui contribuições sócio-antropológicas ao estudo das sociedades camponesas e da política local. Logo, a dissertação contribui para a compreensão do lugar das associações como base da representação social e política dos agricultores familiares, na conjuntura dos movimentos sociais no campo da agricultura e na relação com o poder local. Quanto ao trabalho de campo, foi realizado no período de dezembro de 2014 até o mês de abril de 2016.

Palavras-chave: Associações de Agricultores Familiares. Município das Correntes em Pernambuco. Política Local. Clientelismo Político.

ABSTRACT

This dissertation has as goal the study of socio-political representations of farmers, participants from associations in the municipality of Correntes Town with special attention to farmers in members of the community associations of the Lajes property and Balaio property. Thus researching has been done as a most relevant aspects of political representation, through relations between farmers in those institutions. And while parts of the social movement of farmers, their affinities and opened by local political disputes; as well as its rites, actions and forms of social participation. Thus, within these socio-political representations of farmers, which directs the research, special attention is given from the conceptual construction of peasant/farmer categories, as well as, the symbols and the performance of these family farmers while representative group in these associations and social and political reproduction. It examines the practices "clientelistic" as the trading of favors and other which generate a specific type of relationships that cross the power structure and the institutions involved in them, on the one hand; and, on the other hand, strengthen local power relations and other forms of domination that interfere with practices and autonomy of associations of farmers in the municipality of Correntes Town. In this study we focus on the methods and techniques for the construction of an anthropological Ethnography that plot between social relationships that develop in this study area. The selected bibliography includes socio-anthropological contributions to the study of peasant societies and local policy. Thus, the dissertation contributes to the understanding of the place of associations as the basis of social and political representation of family farmers, in the context of social movements in the agriculture area and in the relationship with the local government. The field work was conducted during the period of December 2014 until April 2016.

Keywords: Associations of Farmers. Municipality of Correntes Town in Pernambuco State of Brazil. Local Politics. Political Patronage.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL — Alagoas

ARGILEIA — Antropologia, Religiosidade, Gênero, Interculturalidade, Linguagens e Educação Ambiental

CMDR — Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

IPA — Instituto Agrônomo de Pernambuco

PAA— Programa de Aquisição de Alimentos

PE — Pernambuco

PR — Partido da República

PROS — Partido Republicano da Ordem Social Cooperativa de Crédito Rural

PSB — Partido Socialista Brasileiro

PT — Partido dos Trabalhadores

PTC — Programa Território da Cidadania

SAPPP — Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco

TCC — Trabalho de Conclusão de Curso

TFD — Tratamento Fora do Domicílio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA ETNOGRÁFICA: TRAJETÓRIA E FAMILIARIDADE NO CAMPO DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES.....	17
2.1 SOBRE A METODOLOGIA.....	17
2.2 ETNOGRAFANDO O FAMILIAR E DIALOGANDO COM A TEORIA NATIVA.....	19
2.3 CRIANDO RELAÇÕES DE VÍNCULO COM OS NATIVOS.....	24
3 CAMPESINATO, AGRICULTURA FAMILIAR: DESENVOLVIMENTO E NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO RURAL.....	32
3.1 AS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES NA CONFIGURAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO ESPAÇO RURAL.....	32
3.2 CAMPONÊS E AGRICULTOR FAMILIAR: UMA INTERSEÇÃO CONCEITUAL.....	35
3.3 AGRICULTURA FAMILIAR, DILEMAS CONCEITUAIS E EXPLORAÇÃO FAMILIAR.....	40
3.4 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS RURALIDADES.....	44
4 AS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS: PARTICIPAÇÃO E COTIDIANO DOS AGRICULTORES.....	48
4.1 A TERRA DA BATATA E SEUS AGRICULTORES.....	48
4.2 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS PELO PROGRESSO DO SÍTIO BALAIO.....	51
4.3 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO SÍTIO LAJES.....	54
4.4 AS REUNIÕES: “UNIÃO”, “LUTA” E “PROGRESSO”.....	57
4.5 COTIDIANO E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES AGRICULTORAS NAS ASSOCIAÇÕES.....	65
5 POLÍTICA LOCAL E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS NAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES.....	69
5.1 O CLIENTELISMO NAS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS.....	69
5.2 POLÍTICA LOCAL: DISCUTINDO A RECIPROCIDADE NO TEMPO DA POLÍTICA.....	71

5.3 ESCOLHAS ELEITORAIS E CONDUTA POLÍTICA ENTRE HOMENS E MULHERES.....	77
5.4 A POLÍTICA LOCAL E AS ASSOCIAÇÕES COMO PALCO DAS DISPUTAS POLÍTICAS.....	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXO A – IMAGENS DO CAMPO DE PESQUISA.....	97

1 INTRODUÇÃO

As associações comunitárias presentes nas zonas rurais nordestinas desenvolveram-se, principalmente, nos anos 80, estimuladas pela intervenção do Estado (SABOURIN, 2001). O município das Correntes, localizado no Agreste Meridional de Pernambuco, a 258 km de Recife, conta com catorze associações de agricultores¹, presentes nos seus sítios e representativas das práticas da agricultura familiar. Notavelmente os próprios associados identificam esses órgãos como intermediários entre suas necessidades concretas e os benefícios provenientes de órgãos públicos, principalmente.

Nas comunidades rurais presentes no município das Correntes, as associações de agricultores, conservam em sua estrutura e organização, a representação e liderança de um presidente acompanhado de tesoureiros e secretários. As eleições para escolha do presidente não é algo muito comum ou em destaque, tendo em vista que nessas organizações o cargo de presidente é, em prática, uma atividade voluntária. Uma mesma pessoa chega a ficar quatro ou até mesmo bem mais anos no cargo; ou permanece, revezando o cargo com outros “voluntários”. Em raros casos ocorre de um presidente ser uma espécie de “voluntário com interesses políticos”, seja como pré-candidato às eleições municipais ou mesmo de vereadores em plena função: como nos casos da Associação Comunitária do Sítio Pica Pau e Adjacentes, e da Associação Rural Comunitária Professor Manuel Cardoso do Sítio Mata Verde e Sítios Adjacentes.

As associações comunitárias presente no município correntino são instituições acompanhadas ou visitadas constantemente por figuras políticas locais. Em tais situações as relações se dão entre pessoas, geralmente entre vereadores, os partidos, os representantes da instituição e os seus associados. As incursões de interesses políticos partidários ocorrem, mais especificamente, nas disputas eleitorais, que são bastante intensas e competitivas nos sindicatos rurais e nas associações de agricultores; e envolvendo desde os diretores aos associados em geral. Desenvolve-se neste campo uma trama de relações sociais complexas e

¹ As catorze associações comunitárias ativas atualmente no município das Correntes são: a Associação Comunitária do Sítio Lajes; a Associação de Desenvolvimento Rural do Povoado de Olho D’água dos Góis e Adjacentes; a Associação São Sebastião (também localizada no Povoado de Olho D’água dos Góis); a Associação Comunitária do Sítio Independência; a Associação Comunitária de Poço Comprido Mães Dona Mariquinha; a Associação Comunitária do Sítio São João; a Associação do Sítio Pedra Branca; a Associação Rural Comunitária Professor Manuel Cardoso do Sítio Mata Verde e Sítios Adjacentes; a Associação Comunitária do Sítio Capivara e Adjacentes; a Associação Comunitária com Deus e o Povo Sítio Cavaleiro Correntes-PE; a Associação Comunitária da Fazenda Salgadinho; a Associação Comunitária Unidos pelo Progresso do Sítio Balaio; a Associação Comunitária Sítio Pau amarelo; e a Associação do Sítio Pica Pau e Adjacentes.

densas que requer atenção e reforça a necessidade de um estudo que dê conta das diversas dimensões do fenômeno. Nesta dissertação, elegemos o tema das organizações rurais para análise, a partir de perspectivas relevantes que direcione um estudo de caso, no município das Correntes em Pernambuco.

A Associação Comunitária Unidos pelo Progresso do Sítio Balaio é identificada informalmente como de “situação”, de acordo com os alinhamentos políticos de seus representantes, levando em consideração as circunstâncias políticas das eleições de 2012, nas quais saíram vencedores, por apoiarem o prefeito eleito, Edimilson da Baia de Lima Gomes. Constantemente a instituição é visitada pelo vereador Cícero da Silva, conhecido por Nem de Isaura. Esse vereador tem forte proximidade com os representantes da associação. Além disso, Cícero é reconhecido por “ajudar a comunidade do Sítio Balaio”², mediante a demanda, gozando de prestígios entre os agricultores.

Já a Associação Comunitária do Sítio Lajes é tida como de “oposição”, devido ao envolvimento dos organizadores da mesma com o partido de oposição (Partido da República – PR) à atual gestão municipal que opera desde 2013. Nessa associação, durante as eleições municipais do ano de 2012, houve a divulgação e apoio dos representantes à candidatura a vereador do senhor Nilson Ferro que foi apresentado abertamente como “o candidato do sindicato” nas reuniões da entidade.

Os benefícios ou favores concedidos, tendo o voto como moeda de troca, varia desde a concessão de cargos públicos, à agilização de benefícios de programas e fundos destinados para a associação, como também a simples “ajudas” materiais ou acesso a serviços públicos. Em muitas associações é comum um determinado vereador ou candidato se beneficiar do apoio dos organizadores da associação em troca de favores devidos. A recepção ou adesão dos associados da entidade vai depender da existência ou não de laços de reciprocidade entre estes e os representantes da instituição. O que pode levar uma pessoa a votar em um candidato apoiado por outra, a qual se deve o favor, é quitar ou amenizar essa espécie de dívida votando em um aspirante da preferência de quem lhe concedeu o favor. Caso o associado tenha “obrigação” com outro concorrente político, mesmo que não seja o candidato indicado pelos organizadores da associação, por exemplo, é para ele mesmo que será destinado o voto.

Com o intuito de entender o amplo encadeamento das relações sociais e políticas, focamos as associações comunitárias do Sítio Laje e do Sítio Balaio. Desde já, o traçado etnográfico se dar na captura dos elementos correspondentes às práticas, experiências e

² Nas palavras ou frases contendo a utilização de aspas (“”) no decorrer do texto que não forem seguidas de referências bibliográficas, serão dadas como de origem nativas.

sentidos que os agricultores dão à política, ao voto, e à autonomia política das associações nas quais participam. Deste modo, busca-se mergulhar no cotidiano dos agricultores e atividades das associações organizadas pelos mesmos, na tentativa de identificar as relações e experiências externas e internas dessas entidades com a política local, principalmente. E, por fim, identificar como as associações se configuram na visão destes atores como instituição que simultaneamente são palco de interesses políticos-eleitorais e independente formalmente de posições político-partidárias. Nisso no decorrer do trabalho, esperamos responder as seguintes perguntas: quem são os agricultores e como participam desses movimentos sociais representados pelas associações? Como os agricultores associados veem e interpretam suas práticas e escolhas eleitorais? Qual o grau de importância e relevância que os agricultores atribuem à política e ao movimento da associação em suas ações e perspectivas cotidianas? Finalmente, como esses mesmos sujeitos sociais experimentam e entendem as associações como organizações sob a tutela do poder local?

O nosso olhar não dá ênfase ao “tempo da política”, ou às eleições municipais. A princípio porque o foco do objeto dar-se na captura dos significados nativos sobre a política e suas implicações na essência institucional das associações de agricultores; mas, também, porque a pesquisa etnográfica para a dissertação de mestrado não coincidiu com o período de campanha eleitoral no município. Entretanto, as participações de personagens políticos locais nesses órgãos são geralmente intensas, mesmo quando não é “tempo de política”. A relação da presença desses sujeitos políticos condiz mais com a aparição e distribuição ou oferta de projetos/benefícios, esporadicamente, nas associações. Em 2015, principalmente no segundo semestre desse mesmo ano, com o quadro político-econômico pelo qual passa o país, observou-se a escassez de recursos dirigidos para as associações; e conseqüentemente a presença dos figurantes políticos caiu de forma significativa nessas entidades.

Nesse estudo privilegiamos os métodos e técnicas antropológicas que contribuem para dar conta da trama dessas relações sociais que se desenvolvem nesse campo de estudo. A dissertação partiu da intenção de construir uma etnografia com o objetivo de investigar o lugar das associações na constatação das relações de aliança e oposição interna à estrutura sindical/associativa na configuração do poder político local. Pretende-se com tal abordagem capturar os ritos (PEIRANO, 1985) do poder, sejam internos à organização e estrutura sindical, sejam nas formas de ingerência política do poder municipal sobre as lideranças e associados sindicais. Parafraseando Kuschner (2007), o trabalho da Antropologia nos assuntos ou eventos que regem o político, é caracterizado pelo aprofundamento íntimo no que toca

entender “como significam os objetos e as práticas relacionadas ao mundo da política” (KUSCHNIR, 2007: 01).

Busca-se assim, a compreensão das formas simbólicas e linguagens do poder que se expressam nas relações políticas no interior das associações de agricultores no município das Correntes. Desse modo, a dissertação colabora para a compreensão do lugar das associações como base da representação social e política dos agricultores familiares, na circunstância dos movimentos sociais no campo da agricultura e na relação com o poder local.

2 REFLETINDO SOBRE A PRÁTICA ETNOGRÁFICA: TRAJETÓRIA E FAMILIARIDADE NO CAMPO DAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES

2.1 Sobre a metodologia

Segundo Gadamer ser metódico “é poder percorrer de novo o caminho andado, e tal é o modo de proceder da ciência” (GADAMER apud OLIVEIRA, 2000: 82). Para Oliveira (2000: 82) a ideia de mensuração posta como forma de compreensão do esforço metodológico, pode ser substituída pela ideia de descrição, avaliação ou explicação o que possibilita a aplicação de critérios qualitativos à pesquisa, sobretudo, quando o método escapar realidades tangíveis por uma modalidade de conhecimento que não seja metódica. Compreendemos que uma estratégia metodológica adequada, exige que se defina o conhecimento que se pretende construir com a pesquisa, o campo próprio de atuação do sujeito/objeto de pesquisa, bem como as categorias de análise. Em nosso caso, realizamos um trabalho de análise dos significados atribuídos às redes de reciprocidade e das trocas de favores que emergem das relações políticas no interior das associações de agricultores no município das Correntes – PE; e suas interferências e consequências para os trabalhadores do campo no que se refere ao ordenamento da vida cotidiana.

Abordamos no decorrer da dissertação alguns conceitos que serão imprescindíveis à construção da análise das ações daqueles atores sociais dos movimentos do campo, tais como: o sentido da política, alianças, reciprocidade, clientelismo político, entre outros que surgiram no campo de observações. Nessa perspectiva, entende-se que a pesquisa social constitui um exercício reflexivo que compreende as etapas da coleta de material, no campo, e o esforço teórico de interpretação de dados, seja coletado, seja construído. Compreendemos ainda, que essas etapas não implicam, necessariamente, uma ordem cronológica, visto que, ao serem construídas como movimento de idas e vindas e se dá com base em uma fundamentação teórica sólida tendo por referências as produções teóricas próprias do campo da Antropologia e da Antropologia Política em particular. Entendemos que os conceitos foram, de fato, reconstituídos à medida que se costurou o texto: as falas e expressões nativas que chamam a atenção para o significado das experiências, práticas e categorias estão relacionadas ao que para os atores (agricultores e associações) constitui o universo da política.

No trabalho de campo a observação e coleta de materiais (principalmente documentos escritos) referentes à constituição e formalização das associações de agricultores na região

escolhida, no caso, o município das Correntes, foram de fundamental importância. Na convivência cotidiana com os agricultores e agricultoras, efetivou-se a participação em eventos que revelam tanto o rito das associações como também de outras instituições ligada as mesmas: reuniões mensais, eventos, disputas, festividades e efetivação de projetos/benefícios promovidos por diversas entidades que participam das diversas ações direcionadas aos agricultores. No desenrolar da pesquisa desenvolveram-se conversas em espaços menos formais e genuinamente cotidianos, a exemplo da participação que realizei nas tarefas domésticas (e/ou da roça) dos agricultores envolvidos na trama.

Outros momentos ricos da observação foram as feiras semanais na pequena cidade das Correntes que ocorrem aos sábados, ocupando praticamente todo o centro da cidade. As feiras são momentos oportunos para as pessoas socializarem conversas e “fofocas” que envolvem tanto questões pessoais como assuntos relacionados à política local. Neste campo de informalidade, ainda se estabelece o momento mais oportuno para as propagandas políticas partidárias, mesmo em períodos não eleitorais, energizadas pela circulação de carros de sons com propaganda política e críticas, caracterizadas como “lavagem de roupa suja”³.

Com base nessa aproximação, foram sendo elaboradas perguntas que serviram como pano de fundo na construção das entrevistas exploratórias realizadas com os agricultores associados às duas associações escolhidas para a realização da pesquisa (associações do Sítio Lajes e do Sítio Balaio); com líderes e representantes (também agricultores) das associações, sindicato rural, conselho de desenvolvimento rural e secretaria de agricultura municipal. Como também figuras políticas envolvidas ou participantes no cotidiano e ações desses movimentos de agricultores.

Entendemos aqui a importância que o uso do diário de campo possui para o trabalho do antropólogo bem como o uso de outros recursos como gravações de áudio/vídeo, conforme assinalado por Alves (2011). O uso do caderno para anotações em campo foi de fundamental importância para as anotações em formatos de roteiros utilizada nas transferências dos dados de forma imediata para o diário de campo. Utilizou-se também o gravador de voz para registro dos dados e informações obtidos nas conversas e entrevistas; assim como o registro de imagens por fotos e vídeos. Pois, como alega Oliveira, através de um ouvir bem treinado (incluindo, em outro momento específico, as categorias “olhar” e “escrever”) o antropólogo se

³ Observaram-se momentos em que os ânimos das disputas políticas locais, independentemente de ser período eleitoral ou não, eram retratados pela circulação de carros de som tanto do partido de “situação” como dos partidos da “oposição” simultaneamente: disputando espaço, cada qual com suas respectivas versões sobre algumas notícias relacionadas à corrupção pública em várias instâncias e atividades referentes ao poder local.

aproveita das explicações nativas na tarefa de construção do conhecimento antropológico (OLIVEIRA, 2000: 22). É com base nesse processo envolvendo o diálogo entre sentidos de percepção audiovisual e o "gabinete", que o presente trabalho foi realizado.

O esforço da relativização faz-se necessário no processo de captura e interpretação do fenômeno; esforço que aqui significa perceber a pluralidade de histórias dos atores sociais frente ao processo de organização de sua associação e de enfrentamento ou acomodação em face das investidas do poder político local. Destaca-se ainda nesse processo, a singularidade como cada um se apossa da forma de representação dessas relações. Significa, ainda, considerar a “diferença”, como realidade da cultura, elemento fundamental da pesquisa etnográfica, e como tal presente nas vivências sociais. Nisso é interessante trazer Zaluar (1986: 115) quando diz:

A alteridade e a desigualdade estão até mesmo nos obstáculos microscópicos postos à comunicação a serem vencidos passo a passo, nos desentendimentos e desencontros a serem contornados no cotidiano da pesquisa, na incomunicabilidade às vezes conscientemente manobrada pelos nativos.

Interpretar os fenômenos observados no campo implica um esforço que é ao mesmo tempo, um risco e um desafio. É um diálogo, como afirma Peirano (1985: 55), “entre a teoria acumulada da disciplina antropológica e a observação etnográfica” que resulta muitas vezes na conversão do pesquisador. Como afirma Srinivas, os antropólogos “deixam sua cultura nativa para estudar uma outra e, na volta, tendo se familiarizado com o exótico, tornam exótica sua cultura familiar, na qual sua identidade renasce.” (SRINIVAS apud PEIRANO, 1985: 55). O desafio aqui, está no fato de não me deixar conduzir por pré-suposições do senso comum. Como menciona Zaluar (1986), na pesquisa etnográfica, faz-se necessário considerar não apenas a posição do pesquisador, mas também do pesquisando. E mais, como este último vê o pesquisador/observador, e como o pesquisador é de fato recebido pelo grupo.

2.2 Etnografando o familiar e dialogando com a teoria nativa

Meu primeiro contato com as associações de agricultores ocorreu no ano de 2006, período em que meu pai era associado na Associação Comunitário do Sítio Lajes. Meu pai, pequeno agricultor, foi associado durante cerca de oito meses com o propósito único de usar a carteira de associado como prova para agilizar e assegurar o processo burocrático da

aposentadoria de agricultor por idade⁴. Durante este período, todos os quartos domingos de cada mês, eu o via sair de casa a cavalo para participar das reuniões mensais da associação comunitária do Sítio Lajes. Curiosa, quando ele voltava da instituição, eu perguntava sobre o que as pessoas falavam na reunião; e ele vagamente e em poucas palavras dizia apenas que no encontro falava-se de assuntos referentes à concessão de benefícios para os agricultores associados, como sementes de feijão para plantio na roça e da concessão de juntas de bois para os sócios. E eu ficava surpresa em imaginar como nos sítios, onde as pessoas viviam isoladas em suas próprias casas e caracterizadas por uma espécie de timidez social, despertariam o sentimento de coletividade e poder de representatividade e organização. Certa vez, houve um dia em que eu e minha família colhemos mandioca para produzir farinha. E meu pai já sabia onde ia ser a “farinhada”: na casa de farinha construída há dois anos junto a sede da Associação Comunitária do Sítio Lajes. Na casa de farinha desse sítio, diferentemente das outras comunidades, tinha um forno com pás movidas à energia elétrica e não mais se usava a “força braçal” para mexer a massa fresca e enxuta da mandioca, que era assada até se transformar em farinha no mesmo forno à lenha. No dia seguinte, com a mandioca pronta (descascada e lavada) e já empilhada no carro de boi, eu fui também à casa de farinha peneirar a massa com as outras mulheres. Foi uma experiência que acatei com euforia, pois até então eu ainda não tinha ido à chamada “Laje I”⁵, onde os moradores eram mais pobres; entretanto, eram mais entrosados socialmente e, assim, finalmente conheci a comunidade/associação.

Depois daquela experiência (sem a menor formação acadêmica) eu voltaria à associação em 2012, onde realizei pesquisa de campo para construção do TCC durante os dois últimos períodos da graduação no curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Pernambuco - Campus Garanhuns.

Quando eu já estava finalizando o TCC no processo de conclusão da graduação, conheci o presidente da associação do Sítio Balaio (a Associação Comunitária Unidos pelo Progresso do Sítio Balaio) onde conversamos por várias horas sobre os movimentos de agricultura e as disputas políticas locais. Seu posicionamento na época era a favor do partido de oposição, representado pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro); e à candidatura a prefeito do senhor Edmilson da Baía que disputava acirradamente as eleições municipais em Correntes

⁴ Nesse mesmo ano, meu pai completava 60 anos de idade, requisito para conseguir o benefício previdenciário na categoria profissional de agricultor.

⁵ O Sítio Lajes é informalmente dividido em Laje I e Laje 2 (ou laje dos Rochas em referência ao sobrenome de uma antiga família que fora proprietária de uma porção das terras correspondentes a essa mesma parte). A primeira designação refere-se à parte mais numerosa da população distribuída entre pequenas posses de terras (entre 1 a 5 hectares); enquanto que a segunda compreende menos da metade do território correspondente ao Sítio Lajes e é ocupado por alguns proprietários que usufruem de áreas de terras podendo atingir até mais de 20 hectares de terra.

(onde atualmente é prefeito) contra a candidatura à reeleição do senhor Ivaldo Lúcio do partido PR (Partido da República). O presidente da associação do Sítio Balaio era o senhor Osmário Alves, homem de fortes argumentações e oralmente bem articulado para um agricultor que só estudou até o quarto ano do Ensino Fundamental. Fazia fortes críticas ao governo municipal da época, inclusive, ao posicionamento dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais das Correntes, taxando-os de partidários da atual gestão do município. Ao nos despedirmos, convidou-me para participar de umas das reuniões da associação nessa comunidade, imediatamente aceitei o convite. Após frequentar a associação do Sítio Balaio, vi que era de suma importância realizar, uma etnografia sobre as duas associações (do Sítio Lajes e do Sítio Balaio) a partir do tema aqui abordado na pesquisa, trazendo agora a possibilidade de comparações entre os dados capturados em cada uma das duas associações,

Finalizei o TCC apenas com a etnografia metodologicamente focada na Associação Comunitária do Sítio Lajes, levando em consideração que desde esse período eu já participava também de reuniões em algumas outras associações no município das Correntes. Entretanto, à medida que continuei, desde a graduação, participando do grupo de pesquisa em antropologia ARGILEIA⁶ na Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, coordenado pelo professor Dr. Adjair Alves,⁷ decidi dar continuidade a pesquisa estendendo o trabalho de campo à realidade social da comunidade e associação de agricultores do Sítio Balaio. Apesar de fazer graduação na área de História, desenvolvi uma afinidade para com a Antropologia e sua metodologia desde o primeiro período do curso, quando entrei em contato com leituras na área e, desde então, meu perfil em campo era voltado para a observação participante. Quando ingressei no grupo de pesquisa em Antropologia já citado, entrei em contato com autores no campo da antropologia política que deram base inicialmente para o que eu precisava quanto à orientação teórica. Pois, até então, o diálogo que se estabelecia entre a metodologia (observação participante) e a base teórica fundamentada pela Ciência política apresentavam certa incompatibilidade. Visto que, as minhas orientações metodológicas no contato com o objeto pesquisado seguiam nortes antropológicos; contudo as fundamentações teóricas no que toca os conceitos e categorias de análise eram ainda muito restritas ao domínio da Ciência política.

No segundo momento em que voltei ao campo senti que meus olhos e meus ouvidos estavam mais aguçados, como diria Oliveira (2000), melhor treinados. A recepção pelos nativos, que me preocupava ainda mais pelo fato de agora eu ter necessidade de ser ainda

⁶ Antropologia, Religiosidade, Gênero, Interculturalidade, Linguagens e Educação Ambiental.

⁷ O professor Adjair foi meu orientador na graduação.

mais “enxerida” e rigorosamente atenta para determinados detalhes físicos e simbólicos durante as reuniões, por exemplo, aos quais eu anteriormente negligenciava. Meu receio era criar expectativas pragmáticas para os integrantes dessas entidades. Essas expectativas pragmáticas não seriam denotadas de meu interesse ou em minha fala ao me comunicar em campo, e sim de uma possível interpretação dos nativos. Esta minha noção precipitada sobre os nativos, me surgia do fato de ver a associação como um instrumento acima de tudo, de uma perspectiva de fins concretos no melhoramento das atividades e cotidiano daqueles agricultores.

No âmbito da literatura antropológica brasileira, fazer antropologia em casa é peculiar de um país antropológicamente periférico. E quando se fala em etnografar o familiar, numa expressão de maior proximidade entre os pares, pesquisador/pesquisando, é na antropologia urbana onde há maior ênfase, mediante diversas consagrações de trabalhos e nomes (VELHO, 1978). O “meu familiar” são comunidades rurais, vizinhas fisicamente e social/culturalmente à minha origem camponesa; por outro lado, desconhecidas até certo ponto em termos de afinidade sociais, e “estranhadas” sistematicamente através do treino teórico-metodológico da antropologia. Pretendo aqui refletir sobre minha relação e trajetória em meio ao campo de pesquisa e aos sujeitos nele inseridos, a fim de discutir sobre os desafios em tons teóricos metodológicos do trabalho etnográfico. Nesta minha relação com os nativos a partir da volta ao campo, senti a necessidade de pôr em reflexão a minha experiência etnográfica com os mesmos, com isto passo também a ser “objeto de observação” (LÉVI-STRAUSS Apud ECKERT e ROCHA, 2008: 02).

Segundo Magnani, a árdua tarefa do antropólogo é lidar com os sistemas de conceitos relacionados com a sua própria cultura e com o aparato teórico oriundo de sua disciplina, somado ao fato de sempre estar sujeito a dialogar com a “teoria nativa” compreende a “possibilidade de uma solução não prevista, um olhar descentrado, uma saída inesperada” (MAGNANI, 2009: 134). Em meio a essas condições é que se viabiliza também o estranhamento que, como foi visto, é acompanhado ou não do distanciamento entre a realidade sociocultural pesquisador/nativo. Em todo caso, necessariamente o “estranhamento” é sujeito ou resultado também da literatura sempre usada pelo pesquisador. Contudo, chama-se a atenção aqui ao fato (às vezes despercebido) que é a imprevisibilidade vinda dos dados obtidos em campo (MAGNANI, 2009). Esta diferença é sentida e avaliada no gabinete no momento de se estabelecer o diálogo entre a “teoria nativa” e a teoria absorvida pelo autor/pesquisador.

Nessas circunstâncias, Velho (1978: 39) ao citar Da Matta diz:

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. No entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente.

Nessas circunstâncias, o autor trata aqui da noção de “distanciamento”, que ultrapassa as condições físicas geográficas, podendo ser relativizada simultaneamente diante das condições social e psicológica. Então, quando o objeto nos é, a princípio, “familiar” o distanciamento se dar a partir do instante em que os questionamentos ou problematizações vão além do encontro com a realidade ou convivência que comumente tínhamos e/ou temos com aquela comunidade, grupo social, ritual, instituição, por exemplo.

Segundo Velho (1978) nós estranhamos o familiar quando nos pomos em posto de acarear analiticamente as possíveis versões que circundam o objeto, vindo de diferenciadas origens e formas de conhecimento: desde as interpretações leigas, às de orientações teóricas e, até mesmo, as oriundas dos próprios sujeitos envolvidos no campo estudado. E é esta complexidade em que se enriquecem mais ainda os resultados da pesquisa de forma automaticamente mais dinâmica do que quando o objeto é “exótico” (VELHO, 1978: 44-45).

Em “Observando o familiar” foi visto que o estranhamento é algo que pode vir a surgir dentre os diversos indivíduos de uma mesma sociedade. Lembra o autor que entre os primeiros trabalhos em Antropologia Urbana surgiram entre “nativos” pertencentes a grupos étnicos e/ou sociais diferenciados numa mesma sociedade urbana (VELHO, 1980: 16).

Conforme Velho, o estranhamento não é algo simples, seja o objeto distante ou não de nosso cotidiano. Entretanto se o objeto é “próximo”, o estranhamento é mais bem proporcionado pelo processo no qual os indivíduos como um todo vivenciam no que toca o destaque do individualismo perante a totalidade social. A subjetividade e a apreensão individual da realidade circundante no meio social são algo persistente na sociedade moderna. É atribuído aos sujeitos uma auto percepção e, automaticamente, condiciona o estranhamento. E nisto, o antropólogo é treinado antes de tudo para se utilizar desta ferramenta, o estranhamento (VELHO, 1980: 18-19).

Para Rabelo, o estranhamento é um elemento de maior propriedade metodológica da Antropologia que recentemente vem sendo marcada por um quadro de pesquisas de antropólogos tendo por campo suas próprias sociedades, as quais fazem parte, por exemplo, estabelecendo um diálogo em papéis diferentes distanciado pelo arcabouço teórico da disciplina (RABELO, 2004: 04). Sobre a noção de distanciamento, segundo esse autor é a

Sociologia que se firmou com mais propriedade ou intimidade com este elemento em suas mensurações metodológicas. Contudo, as noções de estranhamento e distanciamento são muito próximas mediante as perspectivas de muitos autores.

No caso de estar estudando o familiar em condições que transcendem às minhas origens sociais, perguntas surgem interiormente: como conhecer esse “outro” se não for conhecendo a mim mesma? Pierre Bourdieu proporciona algumas respostas quando fala da “objetivação participante” (BOURDIEU, 2001).

Bourdieu diz que realizando pesquisa etnográfica em Béarn, seu lugar de origem, onde foi estudar o celibato masculino, passou por um processo complexo e vagaroso de autoanálise (BOURDIEU, 2001). Segundo o autor, no trabalho de campo se estabelece a relação que se dar entre o sujeito cognoscente e o sujeito objeto cognoscível. O autor adota a ideia de “objetivação participante” em vez de “observação participante”, onde problematiza a real possibilidade, acreditada costumeiramente, de que é possível participar de forma autêntica de um evento social estrangeiro, por exemplo, completamente fora de nossa realidade, e concomitantemente, observar o “outro” e se observar como participante. Desta forma, se a observação participante atenta para a “experiência vivida”⁸ do sujeito cognoscente; a “objetivação participante” é a disposição em se entrosar reflexivamente com a objetividade de enxergar os limites, implicações e condições sociais que pesam na atividade cognoscente e no próprio sujeito cognoscente no que toca sua experiência com o objeto cognoscente (BOURDIEU, 2001). Desta maneira, o pesquisador é fruto de sua formação sócio intelectual que, conseqüentemente, reflete em sua orientação teórica, metodologia e escolha do objeto. Com isto, a ideia vista em Bourdieu (2001) é a de que o pesquisador se utilize da autoanálise através da refletividade focada na objetivação.

2.3. Criando relações de vínculo com os nativos

Certa vez, participando da festa de inauguração da sede da associação do Sítio Balaio, estava no meio de uma conversa com o senhor vereador Cicero da Silva, conhecido por Nem de Isaura, quando o senhor Naldo de Zuza, ao chegar acompanhando pelo prefeito Edimilson da Baia, cumprimenta-me e fica surpreso em me ver na presente associação que ficava distante de onde moro. Conforme registrei no diário de campo:

⁸ Bourdieu neste requisito faz severas críticas ao que ele chama de narcisismo da antropologia pós-moderna, que, a exemplo de Clifford Geertz, etnografava feito redigir um texto fictício com estilo e aventura, exibicionismo; entretanto simultaneamente longe de fazer uma real autorreflexão do lugar do observador e do objeto observado.

Enquanto eu estava a ouvir o vereador Nem de Isaura, que insistia em discutir política comigo e me convencer a votar em sua chapa para vereador, Naldo de Zuza chega junto com a “turma” do prefeito e bate em meu ombro e me abraça com ar de surpreso por me ver ali, numa associação distante de onde eu morava. Naldo já foi vereador e, desde que a atual gestão municipal assumiu o poder, ele assumiu o posto de motorista a serviço da prefeitura: em prática, ele se responsabiliza principalmente em atender “necessidades da população” principalmente dando assistência ao TFD⁹. Naldo, segundo conversas informais tem pretensões de se candidatar novamente para concorrer às eleições municipais de 2016 para vereador. Ele conhecia meus pais e quando minha mãe estava tratando de câncer em 2015, o mesmo sempre que me via se mostrava a disposição caso precisassem de “seus serviços”. Ao me cumprimentar foi logo perguntando o que eu fazia naquela associação e se eu era associada à mesma. Eu respondi dizendo que era estudante de mestrado e que pesquisava as associações de agricultores do município, em especial as do Sítios Lajes e do Sítio Balaio. E como eu já estava me retirando da mesa onde eu e Nem conversávamos para ir até a casa¹⁰ do presidente da associação para ir buscar mais cervejas para ajudar a servir nas mesas, Naldo me acompanha até lá e curioso me faz algumas perguntas sobre minha pesquisa. Sua curiosidade se concentrava no fato de segundo ele mesmo diz, se referindo a mim: “você está junto deles, se envolve com eles; acho um trabalho muito interessante porque geralmente é comum fazer entrevista apenas e ir às instituições pesquisar documentos, essas coisas... Mas você faz diferente, você está no meio deles¹¹...”. Eu expliquei para ele de forma mais simples possível que na antropologia temos uma metodologia diferenciada das outras ciências sociais no que toca a relação no campo com os pesquisados, estabelecendo um contato de proximidade e participação no universo nativo. Falei ainda na ideia de estabelecer um constante diálogo no processo de coletas de dados e escrita. Nisto observava que nas expressões e fala de Naldo parecia concluir o método/pesquisa ali razoavelmente exposto a ele como algo novo e extremamente democrático.

Apresento aqui essa fala de Naldo porque durante todo tempo que me estabeleci em campo, demorei a perceber que muitos dos nativos viam em mim não apenas uma curiosa pesquisadora com obrigações tabeladas pela instituição, mas alguém que tinha, junto a eles, um compromisso: de levar e trazer conhecimento e de dar visibilidade aos mesmos.

Durante as entrevistas, a participação no cotidiano dos agricultores associados e nas reuniões mensais da associação, aos poucos as falas e expressões dos nativos me revelavam as “imprevisibilidades” do campo. Magnani, visto anteriormente, fala de que o contato com a teoria nativa faz da etnografia um campo de encontros e desencontros, de surpresas e saídas

⁹ O Tratamento Fora do Domicílio (TFD) em Correntes é a transferência de pacientes encaminhados através da Secretaria de Saúde local para serem tratados em Caruaru e Recife, principalmente. No momento o transporte do TFD se limita a um carro Vã. Sendo que o município recebeu, com verbas federais, cerca de sete carros Fiat uno, onde dois desses veículos são disponíveis para dar assistência a pacientes em emergências ou em situações especiais de estado de saúde, complementando o transporte do TFD.

¹⁰ A sede da associação ficava a poucos metros da casa do senhor Osmário, presidente da associação.

¹¹ Nesse momento em que o senhor Naldo falava eu pedir licença e puxei do bolso minha caderneta de anotações porque senti grande necessidade de anotar rapidamente aquela fala.

inopinadas (MAGNANI, 2009). Entretanto, além da teoria nativa nos damos com o que há de igual imprevisibilidade na tarefa de etnografar: a nossa relação, entrosamento ou conexão para com os nativos.

Ao realizar pesquisa no campo dos movimentos sociais da agricultura, e em especial nas associações de agricultores e sindicatos, tratando de elementos correspondentes às relações políticas, incluindo níveis institucionais, levou-me a uma série de preocupações: desde a pesquisa de campo à “aceitação” do projeto enquanto objeto de estudo metodologicamente viável nos bastidores acadêmicos. Levando em consideração as rivalidades e atritos árdios entre as disputas políticas locais de municípios do agreste e sertão de Pernambuco, por exemplo, é sabido as possíveis inconveniências e desconfortos de se trabalhar com o tema da política numa pesquisa de campo. Neste momento trago ainda descrito do diário de campo o evento de participação na reunião do Conselho de Desenvolvimento Rural das Correntes:

Estávamos todos ali¹² sentados com as cadeiras organizadas em círculo e a reunião já estava por encerrar. Foi quando o coordenador do conselho, Oswaldo Ricardo, perguntou se alguém gostaria de falar ou perguntar algo. Vendo que ninguém mais se manifestou, dirigiu-se a mim e, como se quisesse apresentar informações dignas de importância para minha pesquisa, falou das duas primeiras associações que surgiram no município que, segundo ele, eram “associações verdadeiramente políticas”. Referiu-se às associações do Sítio São João e do Sítio Mata Verde. Atentou para o fato de que a política não é algo inexistente em nenhuma associação, e que “política existe até dentro de nossa própria casa”. Esclareceu que eram associações dirigidas por interesses e pessoas da política. Afirmou que para os agricultores em “movimento de luta” não deve importar quem está no poder, e sim ter a consciência de que é necessário, antes de qualquer coisa, procurar ter acesso direto com “essa gente” para dialogar e reivindicar os direitos por benefícios, por projetos. Continuou sua fala enfatizando o fato de naquele momento o conselho ter que entrar em diálogo diretamente com o prefeito para que o poder público municipal liberasse as retroescavadeiras para as comunidades rurais das Correntes. E finalizou dizendo que 1% da verba municipal tem que ser destinada para a agricultura através do Conselho de Desenvolvimento Rural e, do contrário, assegurou que não chegava “um centavo” deste investimento.

Neste momento final da reunião, Oswaldo teria pedido para aproximarmos as cadeiras para ficarmos mais à vontade, segundo ele. Ao terminar sua fala eu participei dizendo: “é interessante sua fala e quando o senhor fala desta relação entre a “luta” e interesses da categoria, no caso os agricultores, e os interesses e disputas políticos existentes em nosso município; pois como o senhor mesmo colocou, as associações durante o tempo de sua existência já foram (e ainda podem ser) alvos de interesses políticos partidários. E isto é difícil de não ocorrer já que tem todo um diálogo e negociações entre as associações, sindicatos e outros órgãos que participam na defesa do agricultor e agricultora, como vocês mesmo dizem. O que eu quero deixar

¹² Éramos um total de seis mulheres e oito homens.

claro, assim como faço em minhas entrevistas e participação, quando sou convidada a falar em público nas reuniões das associações, é que parte do meu trabalho trata deste assunto. Mas de um modo que a fala e experiência de vocês sejam a matéria prima para que eu reescreva ou dialogue com ela. O que quero dizer é que eu não “falo” sozinha, eu muito menos julgo os seus comportamentos e opiniões sobre política, por exemplo, eu tento mover a pena para escrever inspirada no que vocês dizem, no que vocês passam para mim, eu tento reproduzir e entender tudo isso”¹³. Neste momento continuamos com outras participações de agricultores associados ou representantes de associações falando sobre o que entendiam por democracia. Percebi que a definição que os mesmos davam a “democracia” dizia muito respeito à questão de igualdade: usavam exemplo de desigualdades nos casos de punição aos delitos feitos pelos os que “estão no poder” relacionando a corrupção e desigualdade social. [...] Essas questões nos fazem ver que os nativos são dispostos a provocar discussões ou uma espécie de troca ou compartilhamento de conhecimento; e de como certos conceitos tão problematizados entre nós são vistos de forma cognitivamente postas no plano da prática, ou simplesmente que de fato é complexo lhe dar com a teoria nativa.

Temos aqui um dos momentos da primeira reunião de 2016 do Conselho de Desenvolvimento Rural das Correntes ocorrida no dia 14 de janeiro. Percebemos nesses momentos a importância e necessidade que vem, em momentos imprevisíveis da pesquisa de campo, do encontro entre a carga teórica do pesquisador com a chamada teoria nativa. Fica a cargo do antropólogo em tentar confrontar e objetivar estas duas dimensões de mundos compreensíveis de uma dada realidade social, transformada em objeto pelo pesquisador, no gabinete (seu laboratório), resultando numa tarefa árdua e própria do trabalho do antropólogo.

No início da pesquisa de campo, no caso de minhas primeiras experiências etnográficas, havia uma preocupação no que toca não somente a recepção por parte do grupo estudado, como é comum nas diversas trajetórias realizadas na pesquisa de campo, mas também alguma rejeição ou indiferença por parte dos sujeitos estudados. Primeiramente pelo fato de eu ir pesquisar na associação em que meu pai participou apenas para conseguir provas concretas para melhor desempenho no processo de aposentadoria como agricultor. Logo depois, meu pai “abandonou” a associação, pois, não se interessava pelos benefícios e projetos, como também não se entrosava nos eventos de lazer e entretenimento daquela comunidade.

Outro elemento que me deixava desconfortável era o fato de que devido ao baixo grau de escolaridade da maioria daqueles agricultores e agricultoras, a ideia de realizar uma pesquisa sem resultados diretamente práticos em suas atividades cotidianas, por exemplo,

¹³ Nas oportunidades em que eu falava nas reuniões, por exemplo, ligo o gravador de voz, pelo fato de geralmente esquecer e não poder, obviamente, anotar ao mesmo tempo em que falava.

poderia parecer em seus julgamentos algo completamente inválido e nada expressivo. Não sei se esse pensamento chegou em dado momento a inexistir entre os sujeitos do campo etnografado. Entretanto, em grande parte, hoje percebo o senso de gratificação por muitos daqueles nativos a mim, por eu estudar e também me engajar, como ocorreu mais adiante, em tons de sociabilidade e solidariedade participativa (entretanto não em tons de militância) em seu mundo social. Eu pensava que ouviria deles, expressões como: “para que serve mesmo seu estudo?”, “como assim estudar a gente?”, “é para levar para alguma autoridade do governo?”, “e por que em vez de uma jovem inteligente como você não estuda para ser doutora¹⁴, vai ter trabalho de ficar andando em reunião de matuto?”. Provavelmente, pelo o que conheço da cultura dos agricultores dessa região, é que, em dado momento possa ter surgido questionamentos como esses em minha ausência, mas que até o momento não tive o desconforto de ouvir pessoalmente.

Posteriormente, com o andamento da pesquisa, fui percebendo que era como se o próprio fato de eu ter escolhido determinada associação como cenário e fundamentação do meu objeto de estudo já fosse algo suficientemente gratificante para eles. Assim como, era visivelmente mais gratificante ainda para os representantes das entidades que têm o papel de serem porta vozes e administrador da instituição, zeladores de sua existência e continuidade da mesma.

Aos poucos, com a ideia que os representantes da associação tinham em me convidar para “falar para a associação”, eu fui me comprometendo de fato a tentar não somente investir em recursos etnográficos de coleta de dados, e de participação/entrosamento entre todos eles; mas também, de tratar a oportunidade como um instrumento de interlocução entre todos. Neste sentido, ao falar em público nas reuniões, eu poderia, por exemplo, realizar troca de informações entre meus conhecimentos acadêmicos correspondentes à realidade ali estudada, além de dar esclarecimentos sobre a pesquisa e objetivos da mesma. “Falar para a associação” seria o momento em que comumente além dos representantes (presidente, secretários e tesoureiros) são convidados visitantes ou mesmo é um momento livre para algum associado (o que é muito raro) que queira “falar na frente”. No princípio eu me sentia muito desconfortável, pois não via sentido e nem o que falar em um momento ritualizado ou formalizado próprios deles. Ao perceber que isso era uma forma que tinham de serem gentis ao me receberem, fui vendo também como oportunidade de dialogar com eles.

¹⁴ Doutor(a), como é ainda comum nas classes populares em nosso país, diz respeito a pessoa que é profissional da área de Direito ou Medicina ou que exerce atividade política, por exemplo. E não corresponde necessariamente a uma trajetória ou título acadêmico.

Posteriormente, é como se estes momentos em que eu era convidada a “falar na frente” passasse de cortesia (como faziam para os representantes de várias instituições atreladas as associação e figuras políticas, por exemplo) a situação de eu me tornar, aquela altura, integrante da associação, “levando conhecimento e autoestima à associação”, como já vi pronunciar um representante da associação do Sítio Lajes.

No dilema do ““*Anthropological Blues*¹⁵”” utilizado por Da Matta¹⁶, problematiza-se o fato de como as experiências em campo guardam, por vezes, práticas vivenciadas as quais jamais estaremos preparados teoricamente. São experiências que desde sempre aparecem (e apareceram), mas que são intimamente silenciadas, ou que se deu pouca importância às mesmas.

Há em nossa disciplina diversos tipos de manuais e/ou orientações teóricas que se encarregam de mostrar meios, decifrar problemas, entre outras maneiras, orientar o antropólogo a realizar uma boa coleta de dados etnográficos e tirar proveito teórico/metodológico dos mesmos. Entretanto, até agora não temos nada em nossa literatura que de fato se consagre como um revelar dos bastidores do trabalho do antropólogo, com todas as suas frustrações, medos, desejos, dificuldades, desmotivações e resistência ao embarcar na obscura caça aos dados no “mundo nativo”. (Da Matta, 1978: 24-26).

Segundo Da Matta (1978), os manuais de pesquisa social engessam a relação entre pesquisador e nativo como se os nativos e seu mundo social fossem a única porta aberta onde o primeiro - pesquisador - deveria penetrar. Todavia não se fala de um processo de identificação dos nativos para com o pesquisador, desdenhando uma relação que tomamos aqui como laços de reciprocidade e interesses entre ambas as partes: pesquisador e nativo. Da Matta (1978) fala da bagagem que o pesquisador carrega consigo para o campo como poder de “aliciar” os nativos sejam com procedimentos de carisma, simpatia ou materiais como presentes. Percebo que esse mesmo processo diz respeito ao distanciamento entre eu e o “meu familiar”, que se dar numa ação mútua: eu na busca e captura de dados e comparando categorias analíticas e categorias nativas; enquanto que fomentamos uma troca em que a pesquisa ganha combustível com o interesse nativo de me ter em seu mundo estudando-os e, na própria visão deles, dando-lhes visibilidade.

¹⁵ Grifo nosso.

¹⁶ DA MATA, Roberto. **O Ofício do Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”**. . In.: A Aventura Sociológica - Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Como vimos, o distanciamento entre o antropólogo e o objeto estudado na pesquisa etnográfica pode compreender níveis psicossocial e/ou de interesses e percepções sobre a dada realidade do mundo nativo mediante a familiaridade do antropólogo com o fenômeno estudado. Nesse distanciamento, que não parte necessariamente de um encontro com um cenário exótico e geograficamente distante, o antropólogo se supera transpondo o nível do senso comum para o científico em sua disciplina afim (Antropologia) com base no processo já mencionado do “estranhamento”, desde que se esteja teoricamente consciente de tais relações e interações no contexto da etnografia, já que as relações humanas nesta tarefa etnográfica são praticamente inevitáveis (BIZERRIL, 2004:159-160). Contudo, é necessário não perder o ângulo e a posição de onde se estava: saber diferenciar o que é ser nativo, ou simpatizante de uma dada realidade ou elemento estudado; e o que é ser antropólogo. Em meu campo não me considero nativa. Provisoriamente (acredito), estabeleço uma relação de compromisso que só vim de fato a desenvolver já na segunda fase da pesquisa durante a volta ao campo: a começar do fato de eu ter voltado ao campo, foi como ser recebida com as expressões de que “ela voltou, logo continua conosco, e acaba de reativar com mais força esse vínculo” pelos nativos. Isto não foi em nenhum momento uma fala literal por parte dos nativos, mas muitas vezes era o que se via nos discursos dos representantes das associações e expressões corpóreas de concordância dos demais associados.

É certo que se estabelecem diferentes expectativas e interpretações por parte dos nativos a partir do momento em suas ações e produções são roteirizadas como de uma trama social a ser costurada pelo olhar da pesquisa etnográfica, nesse caso. A fala de Naldo, vista anteriormente, somam-se a outros exemplos coletados em campo de interlocutores no espaço das reuniões da associação e em outros ambientes fora da mesma, em que minha participação em campo é um privilégio e um compromisso criado para com a “luta” destes agricultores associados. Em uma entrevista com a associada Quitéria da Associação Comunitário do Sítio Lajes temos:

A gente que é agricultor vive nesta luta infinita de correr atrás de nossos direitos esperando que as coisas melhorem cada vez mais.... Hoje as associações servem de ponte para a gente conseguir nossos direitos, conseguir projetos para ajudar em nosso trabalho e condições de vida. Hoje a gente tem mais conhecimento das coisas e dos direitos da gente. Hoje tem mais informação. A gente é mais informado que os pais da gente, e os filhos mais do que nós, e por aí vai. Eu lembro de quando você era menina pequena e estudava no sítio e depois passou a estudar em Correntes, Garanhuns hoje já está em Recife. E agora está aqui trazendo informação para gente, levando nossa história para fora daqui... Espero que quando tiver mais estudo do que

já tem hoje não deixe de visitar a gente de vez em quando. E sempre que quiser vir por aqui e vir na associação será sempre bem-vinda¹⁷.

Para Zaluar (1997: 116), sobre o processo que orienta as relações antropólogo/nativo na pesquisa etnográfica, entende-se que:

A pesquisa é política também no sentido restrito de que impõe ao pesquisador a necessidade de montar estratégias e táticas para conseguir a sua participação (ou presença) no grupo. Para isso, o pesquisador se engaja num circuito de trocas que não se limita às conversas e entrevistas. Presentes, atenções, pequenos favores, e, mais fortemente, atitudes definidas em situações de impasse em que está em causa sua aliança com o grupo estudado ou com os seus “inimigos”, às vezes identificados com a classe ou a nação de que faz parte o pesquisador é que vão permitir a continuidade desta presença estranha.

Alves (2011) em sua pesquisa realizada com os jovens rappers do Morro do Bom Jesus em Caruaru¹⁸ afirma que, para conduzir ações “necessárias como fixadoras de relações de confiança no campo¹⁹” foi preciso enfrentar o desafio de conseguir um espaço para a realização de um show beneficente pelos jovens do hip-hop do Morro do Bom Jesus, no Colégio Estadual de Caruaru, onde ele era professor. Com esta investida Alves (2011) visava um momento positivo para sua pesquisa de campo. Visto que existe a reciprocidade em campo na relação antropólogo/nativo, há neste sentido tanto a criação de um vínculo entre esses autores como a possibilidade de troca: o antropólogo visando à efetivação da pesquisa, a descoberta ou capturas de dados; e os nativos, a visibilidade de seu grupo ou evento social, ou mesmo a simples aquisição de valores materiais, por exemplo.

Por fim, cabe aqui mencionar que as associações de agricultores, espaço em que foi realizada a pesquisa, além de se enquadrarem no contexto dos movimentos sociais de agricultura, constituem um ambiente aberto às políticas públicas de assistência e desenvolvimento rural. As associações são formadas por agricultores que participam de atividades de produção de alimentos e comercialização de mercadorias que contribuem para a configuração dos espaços rurais e urbano. No capítulo seguinte, tratamos da contextualização do campo de análise atentando para as relações entre a construção conceitual das categorias camponês/agricultor e a *performance* dos agricultores familiares enquanto grupo representativo na reprodução social, na qual atua as associações de agricultores.

¹⁷ Entrevista realizada em 18 de abril de 2015.

¹⁸ Pesquisa realizada para dissertação e tese de doutorado pela UFPE com jovens do movimento hip-hop em Caruaru-PE.

¹⁹ (ALVES, 2011: 43).

3 CAMPESINATO, AGRICULTURA FAMILIAR: DESENVOLVIMENTO E NOVAS CONFIGURAÇÕES DO ESPAÇO RURAL

3.1 As associações de agricultores na representação sócio-política do espaço rural

Segundo Martins (1983) a conceituação do termo camponês e a localização do camponês enquanto agente no processo histórico brasileiro somam-se como um problema ainda não claro e definível na literatura sobre o assunto. O significado de camponês é amiúde confrontado de acordo a realidade socioeconômica da Europa feudal; com isso, no Brasil considerou-se inadequada a crença na existência de uma classe camponesa, considerando a ausência de um grupo dominante aos moldes feudais europeu (MARTINS, 1983). O autor prossegue dizendo que a participação do camponês no processo histórico político brasileiro, assim como o indígena e o negro, é invisível aos olhos de uma classe de intelectuais ainda presos aos princípios positivistas de uma versão da história escrita de acordo o ponto de vista das classes dominantes (MARTINS 1983: 25-26).

A aparição revoltosa do camponês no Brasil surge, em especial, entre o fim do período colonial e início do período republicano (MARTINS, 1983). Até então, o camponês vivia camuflado em um contexto histórico forjado por um sistema econômico de ordem escravista: onde a propriedade da terra era o símbolo do poder dos donos de escravos; e a força de trabalho, o escravo negro. Queiroz (1973) compartilha da premissa de que o camponês coexistiu junto à economia da monocultura escravista, algo que durante muito tempo foi negado pela literatura sobre o assunto. O camponês era nessas circunstâncias responsável pelo abastecimento das fazendas e povoados ligados a economia das monoculturas e criação de gado (QUEIROZ, 1973: 26). Ainda de acordo com Martins (1983), um retrato da revolta camponesa, como expressão de sua força e reivindicação enquanto categoria social, ainda é camuflada quando se identifica tais agitações campesinas na classificação de movimentos messiânicos e de banditismo, por exemplo.

Posteriormente, as Ligas Camponesas surgem no contexto histórico em que a mão-de-obra camponesa ganha visibilidade logo após a queda do modo de produção escravista no trabalho com a cana-de-açúcar em Pernambuco. Como enfatiza Martins (1983: 66), o movimento social do campo vai ganhando forma a partir do momento em que:

É na situação mais recente de restrições à roça do morador da usina. De aumento dos dias de serviço que deve oferecer à usina para permanecer na terra, de conversão em assalariado, que surgem os sindicatos pouco depois.

Em Pernambuco as Ligas Camponesas foram constituídas sob a adesão de Francisco Juliano Arruda de Paula (Francisco Julião), advogado e deputado na época pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) a partir de seu envolvimento e apoio à Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) (SANTIAGO, 2010). De acordo com Priori e Venâncio “a partir de meados da década de 1930, a articulação entre a revolução comunista e a reforma agrária deixava de ser uma idéia abstrata”; nesse contexto, as Ligas Camponesas foram importantes defensoras da reforma agrária (PRIORI; VENÂNCIO, 2006: 196). A participação política foi um fator determinante desse movimento camponês. O próprio Francisco Julião atribuía o fracasso das Ligas Camponesas às intervenções partidárias no movimento (PRIORI, VENÂNCIO; 2006). Em outro momento, Silva (2003), num debate sobre democracia e participação no Estado brasileiro, demonstra como os movimentos sindicais, em finais da Ditadura Militar, abandonam suas posições ideológicas sob orientação política e social para mergulharem numa lógica pragmática a mercê das reivindicações. Nesse contexto a autora descreve, baseando-se em Sader, como a exercício político nos movimentos sindicais se comporta perante esta realidade após os anos de 1977:

Nessas experiências, se valorizam as práticas concretas dos indivíduos e dos grupos em contraposição às estruturas impessoais, aos objetivos abstratos e às teorias preestabelecidas. Valorizam-se também os atos de solidariedade através dos quais os indivíduos transcendiam a rotina vazia imperante na sociedade. E valorizava-se fundamentalmente uma sede vigente’ (SADER, apud SILVA, 2003: 32).

Silva (2003) enfatiza o fato de a democracia torna-se um elemento universal, de acordo com o discurso do Estado brasileiro, restando à população zelar pela democracia e acreditar plenamente em sua participação nesse mesmo sistema sociopolítico. Contudo, quando se observa as ações dos movimentos sindicais e associações de agricultores, por exemplo, percebe-se que tanto para a população como para o Estado, essas entidades junto a suas ações são entendidas sob a lógica da reivindicação e da solidariedade (SILVA, 2003).

A partir de uma análise do campo estudado, foi possível identificar no desempenho dos sindicatos rurais, e principalmente, nas associações de agricultores, o fato desses movimentos terem por princípio atingirem, sobretudo, objetivos de cunho material, através dos conhecidos programas e projetos direcionados à agricultura local. Essa realidade é expressa firmemente pelos agricultores, em sua grandíssima maioria. Como também pelos organizadores e representantes destes órgãos. A partir de um exemplo, certa vez, em uma das

reuniões mensais da associação de agricultores no Sítio Lajes, um dos representantes, o senhor Luís Barbosa Filho²⁰, afirmou:

A associação ela é uma entidade civil, “né”? Ela nasce nas comunidades. A associação de outros tempos como já se citou, ela era mal vista: não era bem vista, com bons olhos. E vejam só: essa associação da laje aqui mesmo, nós temos uma movimentação aqui, que se passaram antes da fundação, que era uma movimentação de história, fazia seu trabalho. Fazia um trabalho talvez até mais bonito do que agora, mas era um trabalho que não era representado. Tinha muitas dificuldades de se fazer um projeto. Tinha-se essa dificuldade... Mas graças à comunidade, e incentivo nosso, que nasceu, que foi registrado em 2002, essa comunidade. Com registro no cartório, com CNPJ. Passou a ser uma entidade civil, reconhecida. Graças a Deus chegamos até o topo.²¹

Quando Luís Barbosa diz que a associação “era mal vista” na verdade é uma alusão ao período em que os movimentos no campo eram tidos sobre a face de movimento de protesto contra o Estado. Segundo esses agricultores, à medida que o tempo passava e novas configurações na relação entre Estado e sociedade iam de firmando, não restava outra saída a não ser aderir às orientações e influência do Estado para se chegar ao objetivo principal: participar das políticas públicas e assistência enquanto agricultores. Passa-se assim, a acreditar mais firmemente em valores fundamentados na solidariedade institucional resplandecente num cenário político considerado democrático. De fato, são os sindicatos e associações comunitárias pontes intermediárias entre comunidade e Estado, principalmente, na aquisição de recursos e assistência em geral por parte dos síndicos e associados.

Conforme Sabourin (2001), as associações de agricultores familiares no Nordeste brasileiro são organizações coletivas recentes. Como ele mesmo enfatiza, a ação das associações de agricultores familiares:

Teve início nos anos 80, com a intervenção do Estado, nas trilhas das comunidades de base da Igreja Católica, por intermédio dos programas especiais de luta contra a seca (Pólo-Nordeste, Projeto Sertanejo, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - o PAPP, ou Projeto São José). Tratava-se de promover a “participação” da população rural por meio da criação de organizações que deviam facilitar o acesso dos “pequenos produtores” à inovação, ao crédito e aos investimentos comunitários (SABOURIN, 2001: 02).

²⁰ Atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais das Correntes; foi fundador e presidente da Associação Comunitária do Sítio Lajes por três vezes, e também foi coordenador do Conselho de Desenvolvimento Rural das Correntes. É mais conhecido pelo apelido de Luisinho da Laje.

²¹ Trecho retirado da gravação em áudio da sexta reunião de 2012 da Associação de Agricultores do Sítio Lajes no dia 24 de junho.

As associações de agricultores no município das Correntes surgem já em meados da década de 1980. Contudo, apenas na década de 1990 é que se começou a formalização dessas entidades a partir do registro em cartório, da agregação oficial ao sindicato rural e constituição de seus respectivos estatutos. A primeira associação no município das Correntes que passa a ser registrada em cartório, e, dessa forma, deixa de ser “amadora” para ser formalizada enquanto instituição é a Associação Rural Comunitária Professor Manoel Cardoso do Sítio Mata Verde e Sítios Adjacentes do Município das Correntes-PE. Essa associação foi formalizada em 1990; seguida da Associação Comunitária do Poço Comprido Mães Dona Mariquinha, registrada em 1993.

As associações de agricultores familiares compreendem os pequenos e micro produtores. Sem fins lucrativos e sob supervisão jurídica, essas organizações formalizadas compreendem costumes e relações recíprocas comuns entre camponeses, adicionadas às possibilidades do empreendimento das políticas e projetos públicos: como distribuição de créditos bancários, serviços e suportes para a produção agrícola, entre outras possíveis ações tanto governamentais como não governamentais. Diferente das cooperativas que têm uma função mais direta com a ampliação e controle da produção, e que abrange também médios e grandes produtores rurais, as associações têm assim um caráter mais reivindicatório, de união através da reciprocidade entre seus membros, e de assistencialismo público. Estão abertas para todo e qualquer órgão que queira “ajudar” os agricultores e agricultoras familiares. Os sindicatos, como também os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) dão apoio jurídico ao movimento social, com base na defesa de uma classe sócio profissional (agricultores familiares) às associações de agricultores existentes em comunidades ou sítios no nível da municipalidade.

3.2 Camponês e agricultor familiar: uma interseção conceitual

Sabendo que o campesinato compreende categorias socioeconômicas, tais como ribeirinhos, extrativistas, pescadores e agricultores, é a partir da ideia de poliprodutores que se sintetiza a diversidade social desses grupos aqui citados (CAVALCANTI; MALAGODI; WANDERLEY, WELCH: 2009). Todavia, como veremos no decorrer desse capítulo, a definição de campesinato desperta fortes associações com a noção de agricultura familiar, em especial. Chegando a suscitar equivocadamente, sinônimos entre as acepções de *camponês* e *agricultor familiar*. Nisso, enfatizamos que é sobre a base da exploração da mão-de-obra

familiar que são definidos os grupos sociais representados pelos camponeses (CAVALCANTI; MALAGODI; WANDERLEY, WELCH: 2009).

Nas últimas décadas as Ciências Sociais, em especial a Sociologia Rural, chamam a atenção para questões relacionadas com o tema da mudança no meio rural em função das grandes transformações socioeconômicas. Nessa configuração o camponês, considerado o personagem mais remoto do meio rural, tenderia a desaparecer de acordo com o processo histórico representado pelo advento e maturação do capitalismo. No Brasil, o pensamento marxista de Lênin influenciou as bases teóricas firmadas na crença de uma visão escatológica do campesinato até a década de 1980, fundamentada na ideia de que o espaço e os personagens do meio rural são condicionados, cada vez mais, à divisão entre empresários rurais e proletários rurais (REDIN; SILVEIRA, 2010). Dessa maneira, o camponês não encontraria forças suficientes para resistir às expressivas exigências técnicas, concorrência e necessidade de acumulação do capital típicas do processo de modernização industrial.

Posteriormente, novos trabalhos surgem para debater e questionar os pilares marxistas na abordagem sobre o campesinato e o meio rural, a exemplo de Chayanov (1974) e seus simpatizantes. Com o advento dessas novas tendências são construídas abordagens que reconhecem no rural uma mutável forma de se viver, e que vai sendo aos poucos denominado de agricultura tradicional ou de base familiar. Chayanov (1974) define o camponês como grupo que tem por base a produção orientada para o consumo e/ou sobrevivência da família e sua abordagem da diferenciação demográfica se opõem aquela de diferenciação social de Lênin. Assim, é necessário enfatizar que à medida que há um superávit na produção, de modo que abasteça melhor as necessidades da família, essa por sua vez, diminuem seus esforços ou gasto de energia no trabalho (CHAYANOV, 1974).

Nos estudos antropológicos sobre o camponês se sobressai o trabalho de Wolf (1970). Para Wolf o camponês enquanto categoria, não se enquadra nem ao modelo de sociedade primitiva, e nem de uma sociedade industrial; ao mesmo tempo, o campesinato não se restringe às sociedades tradicionais, inserindo-se no âmbito das sociedades complexas (WOLF, 1970). O camponês se distingue do primitivo pelo fato de que suas relações de trocas comerciais e comercialização de seus produtos com um grupo dominante resultarem de excedentes produzidos para atender aos fundos cerimoniais e de aluguel; enquanto que nas sociedades primitivas, por sua vez, os produtos são trocados diretamente com os que irão consumi-los (WOLF, 1970). O fundo cerimonial estaria relacionado ao conjunto das relações sociais que, por sua vez, constituem cerimônias que exigem fundos em forma de trabalho ou bens para possibilitar os arranjos e relações matrimoniais, por exemplo. As relações de trocas

de excedentes em tipos de sociedades mais complexas são conjugadas como relações assimétricas permeadas pelo exercício do poder (WOLF, 1970: 23). O fundo de aluguel é representado na relação que existe entre o camponês que trabalha em função de suas necessidades calóricas e o trabalho em forma de anos para o grupo dominante. Essa relação é o que distingue o camponês do cultivador primitivo. Nisso, “o fundo de aluguel levantado pelo camponês é parte do “fundo de poder” através do qual os dominantes se alimentam” (WOLF, 1970: 24). A essência das relações de poder mais intrincadas, com a presença do Estado, na exploração de grupos menores, é o que conjuga a complexidade de uma sociedade, segundo Wolf (1970). Nesse caso o camponês se insere em um tipo de organização social que apresenta significativa complexidade a partir da efervescência de mudanças motivadas por relações de poder a princípio externas, firmadas na presença do Estado (WOLF, 1970: 26).

Por sua vez, Queiroz (1973: 29) empenhando-se sobre a definição de camponês apresenta:

O camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor. O caráter essencial da definição de camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois governa todos os outros elementos com ele correlatados.

Nessas condições, no momento em que a produção tem por prioridade o consumo externo, os modos de produção e organização de trabalho ganham formas diferenciadas do modelo de organização familiar do campesinato. Passando da perspectiva econômica para a sociológica, o campesinato é entendido a partir de um campo de forças díspares entre os camponeses (subordinados) e outro grupo social em vantagem (QUEIROZ, 1973: 30).

Conforme Martins (1983), o termo camponês surge no Brasil agregado às movimentações políticas encabeçadas pelo movimento de esquerda. A designação do “camponês” em outros contextos anteriores era regional, tais como: caipira (São Paulo), Caiçara (Minas Gerais), tabaréu (Nordeste) e caboclo (em outras regiões brasileiras) (1983: 21-22). Martins (1983) afirma ainda que essas mesmas denominações tinham em comum a função de estigmatizar as pessoas que viviam afastadas dos centros urbanos, em condições de atraso, ingenuidade e inacessibilidade. Nessa configuração sociopolítica a partir da investida dos movimentos sociais do campo, palavras como *camponês* e *latifundiário* assumem um sentido de categorias sociais (MARTINS, 1983: 23).

Tratando dos primórdios da busca por uma definição conceitual de agricultura familiar, Bonanno faz uma relação desse mesmo conceito fundamentada na noção de “camponês pré-moderno”. Como ele mesmo diz (BONANNO, 2005: 122-123):

La agricultura familiar es un producto de la modernidade porque se desarrolló a partir del colapso del uso de las tierras comunes, típico del período pré-moderno. En este sentido, el agricultor moderno es muy distinto del agricultor pré-moderno o feudal, dado que el agricultor moderno concentra sus esfuerzos laborales en el cultivo de plantas y reproducción de animales. Estas dos actividades eran solamente partes de las muchas actividades realizadas por los agricultores durante el período pré-moderno.

Esse contexto correspondente ao período moderno é entendido, principalmente, como momento da eclosão do capitalismo. A agricultura familiar nos termos mais atuais se enquadraria como forma remanescente do camponês feudal em condições sobrevivente e adaptativa à nova realidade invasiva do típico modelo capitalista representado pelo processo de industrialização e urbanização (BONANNO, 2005: 122). Dessa forma, diante da representação predatório vista no capitalismo, restava aos camponeses procurar refúgios nos centros urbanos onde sua única estratégia de sobrevivência passa a ser sua força de trabalho. Nasceriam diante desses fatos as ideias de que a remanescente “classe social” do campo se extinguiria, e/ou viveria em condições míseras caso não se adequasse às formas de capitalização econômica e industrialização tecnológica do (e no) campo. Segundo Bonanno todo esse quadro explica porque a agricultura familiar “*es una anomalia del la modernidad*”, “*una consecuencia imprevista*” (BONANNO, 2005: 124).

Fernandes diz que os conceitos de camponês e agricultor familiar segue uma espécie de lei teórica em suas respectivas definições que se configura na premissa de “que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês” (FERNANDES, 2001: 29). Assim, na definição de camponês a categoria agricultura familiar é bastante representada como elemento caracterizante do modo de produção dos camponeses, que ora também é identificado como pequeno produtor. A partir da década de 1990 a agricultura familiar passa a ser definida mediante uma abordagem que surgiu, sobretudo, com as exigências tecnológicas e de mercado, assim como a investidas do Estado a partir das políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento rural (FERNANDES, 2001).

Os conceitos de camponês e de agricultura familiar evocam grande obscuridade nas interpretações dos próprios atores sociais representados no campo da pesquisa, especificamente quando os agricultores tentam se classificar enquanto grupo social. Nisso,

acontecem de serem movidos pela lógica de que o agricultor(a) constitui-se enquanto um profissional; e a agricultura enquanto atividade, revelando-se como seu instrumento de sobrevivência. No caso dos agricultores do município das Correntes que vivem da produção agrícola e agropecuária – poderíamos chamar aqui de camponeses e de agricultores familiares – se autodenominam como agricultores. Percebe-se que são inspirados no reconhecimento a partir da ideia da agricultura como categoria profissional institucionalizada, seja influenciada pela representatividade dos sindicatos de trabalhadores rurais, entendido pela lógica dos movimentos sociais de agricultura; seja através das ações de políticas públicas. Certa vez, entrevistando um casal de agricultores residentes do Sítio Lajes²², o senhor Arlindo com sua esposa Maria Antônia, ambos discutindo os sentidos da noção de agricultor familiar, chegam à seguinte conclusão, representada aqui pela fala de Arlindo:

Eu sou agricultor desde que nasci, pois me criei trabalhando no campo e vivendo da terra e criando alguns bichos. Assino como todo agricultor, trabalho como agricultor, e se Deus permitir, me aposentarei um dia como agricultor. Eu acho que essa estória de “agricultura familiar” deve ter aparecido junto com o programa da Bolsa Família, né?! Porque aí numa casa em que o pai ou mãe de família agricultor, que recebe esse benefício, se sabe que os filhos têm todo um costume de ajudar no trabalho e todos vivem da agricultura... Acho que seja por isso. Os filhos hoje têm mais facilidade e apoio para estudar, formar-se nos estudos, muitas vezes deixar a vida sofrida do campo quando pode ter uma vida melhor (mais fácil). Mas, no tempo que não estão na escola têm a consciência de que precisam ajudar nas tarefas do sítio²³.

O termo camponês é praticamente desconhecido ou não estimula nenhum significado coerente por parte desses e demais agricultores entrevistados ao longo da pesquisa. É como se a ideia de agricultura e de agricultor fossem definições atemporais na relação homem e trabalho no campo (terra). A ideia de camponês, no imaginário desses interlocutores emana, por vezes, uma explicação sombria e longínqua de “pessoa que reside no campo”, e, em outros momentos perdem completamente seu sentido. Entretanto a noção de campo é representada como lugar de trabalho, ou mesmo, como a terra para cultivo e exploração; e a agricultura, o ofício de quem vive no campo. Mais afrente, veremos que é a partir da divulgação da agricultura familiar como categoria política, baseada em ações do Estado em conjunto com ações dos movimentos sociais e debates acadêmicos sobre o tema, que se dar seu reconhecimento, principalmente, na década de 1990.

²² Um das comunidades onde se realizou a pesquisa, e que compõem o município das Correntes.

²³ Entrevista realizada em 4 de abril de 2016.

É mais cômodo dizer que o conceito de agricultura familiar é fruto de uma nova roupagem dada ao conceito de camponês, e não necessariamente a sua completa substituição. O campesinato, até então, não se mostrou em nenhum momento extinto em meio às suas condições próprias de sobrevivência diante do padrão moderno capitalista. Portam valores que resgatam dimensões sociais de valores e organização como família e reciprocidade, por exemplo: a agricultura familiar, dirigindo nossas atenções mais especificamente ao caso do Brasil, vive numa conturbada dinâmica contraditória de ajustamento e não ajustamento às formas capitalistas de produção e vida social atual. Carrega em seu sentido conceitual uma trajetória de disparidades econômicas e social, por exemplo, a começar do seu próprio cenário, o meio rural, no que toca a desigualdade no uso e na distribuição da terra. O agricultor familiar, independentemente de o próprio termo carregar uma conotação de projeção sociopolítica proveniente das relações com Estado, principalmente, traz em si, a síntese social, econômica e cultural das formas de relação e produção no campo em meio ao longo de todo processo histórico. Essa mesma categoria socioeconômica cada vez mais passar por diferentes adaptações nas formas de relação e sobrevivência mediante o modelo vigente capitalista, com novas perspectivas abertas pelo Estado; e por fim, sendo configurada por um cenário rural cada vez mais complexo, com novos autores, novas ideias e novas demandas.

3.3 A agricultura familiar, dilemas conceituais e exploração familiar

Reforça-se aqui que a agricultura familiar no Brasil, principalmente nos últimos 20 anos, é uma categoria social e política que se mostra fortemente mergulhada com a intervenção do Estado mediante reivindicações oriundas da esfera rural brasileira, e as contribuições do meio acadêmico (NIEDERLE e col. 2014: 09). Desde já, com essas atenções do Estado, dos movimentos sociais e da academia, a partir da década de 1990, veem realçadas a partir do lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Nisto, cria-se um problema pertinente nas representações das identidades socioculturais concebidas no meio rural. Fecham-se os olhos para a heterogeneidade sociocultural existente no rural, onde a agricultura familiar, enquanto conceito sociopolítico tende a ofuscar as diversidades e complexidades existentes no conjunto de atores que compreendem e atuam no rural.

Tratando ainda do surgimento da categoria Agricultura Familiar os autores Niederle e col. (2014) falam da tentativa que se construiu (e se constrói) no que toca a inclusão das

consideradas minorias presentes no meio rural, e na ideia de que essas minorias se ajustem às expectativas capitalista da moderna produção econômica, como argumentam:

Assim, a institucionalização da agricultura familiar no âmbito do Estado foi retroalimentada, em uma via de mão dupla, por processos de reconhecimento e positividade teórica. Enquanto camponês, colono, meeiro, parceiro, lavrador, pequeno produtor e tantas outras designações regionais foram equivocadamente tomados como expressão de uma agricultura atrasada em vias de extinção, a agricultura familiar emergiu como identidade aglutinadora de uma forma social de produção funcional ao moderno capitalismo agrário (NIEDERLE e col. 2014: 14).

Esses mesmos autores fazem nota de como apesar desta definição conceitual do ponto de vista acadêmico e tecnicamente estratégico às manobras governamentais de assistência socioeconômica no âmbito rural, tais análises são cobertas de perspectivas que fazem vista grossa diante a realidade heterogênea que compõem o perfil social desses sujeitos.

Sobre a trajetória e luta atual no meio rural brasileiro, os autores Boni e Bossett (2013) fazem a seguinte consideração:

Em linhas gerais, é possível perceber que, politicamente, as representações sociais dos agricultores de base familiar se identificam com dois projetos de desenvolvimento rural: a busca pela inserção no modelo produtivista convencional e um projeto cujo horizonte é a ressignificação de um modelo camponês de produção (BONI e BOSETT, 2013: 09).

Há no pequeno agricultor uma correlação entre uma tentativa de se enquadrar de alguma forma aos padrões modernos de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que há também uma espécie de resistência através da conservação de certas práticas de seus “ancestrais camponeses”. Numa persistente “transição”, o que temos hoje como atores socialmente carentes no meio rural, é uma complexa variação de denominação e a transição entre o velho camponês para o agricultor familiar.

Partindo para uma distinção dos segmentos socioeconômicos da agricultura, Ploeg (2008) distingue três tipos: agricultura capitalista, agricultura empresarial e agricultura camponesa. O autor enfatizar que há um grau de interligação entre esses três modelos de agricultura (PLOEG, 2008). No caso da agricultura camponesa, essa tem se mostrado como um tipo de produção voltada tanto para o mercado como para a reprodução do grupo familiar, além da unidade de produção agrícola (PLOEG, 2008: 18). Ressaltando aqui esse último grupo, da agricultura camponesa, e levando em consideração suas possíveis relações com os dois tipos citados a cima; podemos dizer que há uma aproximação entre esse conceito utilizado pelo autor e a ideia de agricultura familiar. Sabendo das possíveis peculiaridades na

construção semântica de cada conceito (agricultura camponesa e agricultura familiar), ambos carregam características semelhantes no que tocam o processo de trabalho, e sobrevivência do pequeno produtor agrícola de base familiar. Trata-se praticamente de dois conceitos, em contexto e metodologias diferenciadas, mas que buscam situar esses segmentos sociais da produção agrícola que têm como principais características a relação entre a pequena produção e a vulnerabilidade diante o mercado.

Sabe-se que o processo de modernização da agricultura vem sendo discutido em detrimento de uma estratégia mais condizente com as condições socioambientais de produção agrícola. Nessas circunstâncias, em que as ideias surgem no campo acadêmico, relativas às ações de políticas e de modelo de desenvolvimento sustentável, por exemplo, é possível encontrar, entre pequenos produtores agricultores de base familiar, boas expectativas para semelhantes fins. As definições conceituais, como se sabe, vão ganhando novas roupagens de acordo cada contexto; e os autores, são praticamente os mesmos, sejam eles, camponeses ou agricultores familiares. Em comum, trazem como característica primordial a disponibilidade de usarem todas suas possíveis energias diante as vulnerabilidades do mercado capitalista e diante determinadas instâncias intangíveis dominantes como o Estado (WOLF, 1970). Vale ainda ressaltar outra característica primordial desses pequenos produtores do campo, as relações sociais e de produção tecidas na reciprocidade e cumplicidade afetivas mediante a base familiar.

A partir do conceito de recampesinização Ploeg (2008) elucida o processo da “luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (PLOEG, 2008: 23). Nessas condições, Ploeg exemplifica através da *recampesinização* como se dar as mudanças que configuram as condições e dinâmicas da agricultura camponesa. A *recampesinização* resulta numa valorização do modo de produção tendo a luta pela sobrevivência como principal motivador em detrimento do lucro, sendo esse elemento primordial à agricultura empresarial, por exemplo (PLOEG, 2008). Com isso, desenvolve-se uma maior autonomia dos camponeses em relação ao mercado capitalizado. Contudo, vale salientar que apesar das condições férteis para à agricultura camponesa²⁴ no processo de *recampesinização* na busca por alternativas em relação ao mercado global capitalista; a sujeição aos “impérios alimentares”²⁵ é algo ainda muito persistente.

²⁴ Ainda usando Ploeg (2008) para definir o que entendemos aqui como campesinato, ou diríamos ainda, a agricultura familiar.

²⁵ *Impérios alimentares* é como Ploeg define os grandes grupos que dominam a industrialização das matérias-primas agrícolas e a produção de insumos.

A partir de uma linha diferenciada da realidade encontrada por Ploeg (2008), Sabourin (2011) analisa como no Brasil o campesinato sobrevive mediante orientações de um comportamento que pouco se integra ao modelo de mercado capitalista. Esse perfil de camponês muito se assemelha às perspectivas clássicas de campesinato, empreendidas por autores como Chayanov (1974) e Wolf (1970). Conforme Sabourin (2011: 153):

Os temas chaves como a autonomia das unidades familiares, suas necessidades de recorrer à ajuda mútua ou, ainda, sua necessária articulação com mercados diversificados, não estão ainda claramente debatidos. Muitas vezes, institui-se com a reivindicação camponesa enquanto categoria política e retórica, sem preocupar-se, no plano econômico, com sua diferenciação da empresa familiar.

Sabourin identifica a reciprocidade como elemento crucial nas formas de relações como um todo no interior do grupo camponês que dão maior forma e segurança, na visão dos próprios autores, enquanto organização e categoria social (SABOURIN, 2011). Ainda de acordo as contribuições de Sabourin, o camponês foi tratado como uma categoria invisível, ou fora do contexto social brasileiro na visão dos intelectuais de esquerda, principalmente (SABOURIN, 2011: 153-154). Em favor do camponês, as próprias medidas tomadas pelos Partidos dos Trabalhadores (PT) no Governo Lula assumiram medidas para o reconhecimento dessa categoria através das políticas públicas de desenvolvimento no sentido de tentar compensar ou assistir uma categoria considerada próxima à extinção (SAUBORIN, 2011: 153).

O camponês e/ou agricultor familiar no Brasil tem ainda hoje suas bases nas relações familiares fundamentadas na reciprocidade, afetividade, identidade, no uso da terra como local estimado para a produção e estabelecimento da unidade familiar. Ao mesmo tempo em que esses camponeses têm que lidar com uma economia de mercado, mais voltada para a impessoalidade das relações sociais, e com a individualidade e concorrência; e tendo a terra como bem estritamente material.

O camponês em uma de suas formas de auto exploração, como já sublinhada por Chayanov (1974), procura novas táticas para permanecer no campo a partir de tentativas, muitas vezes frágeis, de inserção no mercado; ora se resguardam na prática da agricultura de subsistência. Como considera Heredia (1979), é responsabilidades de todos do grupo familiar ir em busca de alternativas para complementar uma agricultura de subsistência, devido as poucas ou raras oportunidades de obtenção de excedentes agrícolas. Essa força e insistência se fundamenta na ideia de que a terra é propriedade, um bem abençoado e “suado”, patrimônio

familiar e única segurança. Persistem sentimentos próprios de um modo de vida camponês fundamentado na premissa de que “nasci, me criei e ainda vivo a terra de meus antepassados²⁶”.

Segundo Wolf (1970), a tentativa de conciliar as exigências externas com suas necessidades particulares caminha para a constante luta dos camponeses por esse mesmo equilíbrio. Na ideia de Wolf essas exigências externas se dão através de instâncias como grupos dominantes que usufruem dos bens e trabalhos dos camponeses (WOLF, 1970: 28). No entanto, os grupos camponeses, instituídos pela unidade familiar de produção, procuram encontrar alternativas que vão desde intensificar o cultivo de suas terras, à busca por trabalho em outras propriedades ou mesmo prestar serviços na cidade. Na construção de mais estratégias para sobreviver, o agricultor familiar busca fortalecer as suas relações com outros da sua categoria através das associações comunitárias que oferecem oportunidades de comunicação com o poder local e a política social.

3.4 Agricultura familiar e desenvolvimento rural na construção de novas ruralidades

Como salienta o antropólogo Long, a definição da noção de desenvolvimento apresenta problemas teóricos metodológicos orientados por dificuldades de teor ideológico e conceitual (LONG: 1982: 16). Logo, recebemos aqui a realidade vivenciada por um setor agrícola que mundialmente convive com exigências globais/capitalistas e a intervenção do Estado através das políticas públicas de desenvolvimento. Nesse sentido, as ideias de desenvolvimento divulgadas através das políticas públicas, orientadas com mesmo finalidade, são fundamentadas na perspectiva de diminuição das desigualdades sociais e da pobreza. As abordagens sobre desenvolvimento rural quando fogem mais do estilo teórico e conceitual, tomam enfoques mais pragmáticos: como em casos de análise referente à problemas ou resultados envolvendo políticas públicas de desenvolvimento, por exemplo, (LONG, 1982).

Nessa linha de planificação do desenvolvimento rural, Long (1982) denota dois enfoques: a *abordagem pela melhoria* e a *abordagem pela transformação*²⁷, correspondendo às realidades exploradas em países do Terceiro Mundo. A *abordagem pela melhoria* gira em torno da perspectiva de, como o próprio nome já diz, melhorar e fazer “crescer” a produção e práticas de trabalho que exige uma renovação em caráter técnico e psicológico dos produtores rurais (LONG, 1982). Por esse lado, ainda de acordo Long, a *abordagem pela transformação*

²⁶ Fala de Dona Teotônia, agricultora do Sítio Lajes no município das Corretentes.

²⁷ Grifo nosso.

vai de encontro a realidades específicas locais, com a modificação radical das formas de organizações econômicas, sociais e jurídicas dos camponeses. Nesta última abordagem do desenvolvimento analisada por Long, são esboçados empiricamente ações de políticas de desenvolvimento rurais desempenhadas a partir de práticas de povoamento e reforma agrária, como foram exemplificados nos casos da África e da América Latina (LONG, 1982). No caso do Brasil, o que Long designa como *abordagem de melhoramento* é o que diríamos da forma mais adaptada e utilizada pelas políticas de desenvolvimento rural. Sabendo que seus princípios de “melhoramento” compreendem a aceção de modernização de técnicas e modos de produção, sendo complexa sua adoção e admissão pelos pequenos e até mesmo médios camponeses. Visto que existem fortes tendências a privilegiar, quando se fala em modernização, os preceitos do mercado capitalista.

Bonanno (2005), debatendo sobre a pós-modernidade, enfatiza que nos países do Norte a agricultura familiar se engaja no bonde da tendência global de supervalorização dos aspectos culturais. Assim, a agricultura familiar adquiriu nesses últimos tempos um papel de buscar esforços em favor das tradições e qualidade em primeiro plano, acima do custo e da tecnologia, investindo, inclusive, nos orgânicos como seu principal destaque. O desafio para esses agricultores é ter que enfrentar as grandes corporações que controlam o mercado, sendo constante o cuidado para com as exigências e padrões gerenciados pelas grandes companhias transnacionais.

É na década de 1990 que categorias como “global” e “local” são interligadas no contexto literário referentes ao tema da globalização. Resultando assim no desafio de apreensão da dinâmica da globalização e sua capacidade extensiva no que toca a movimentação de mercadorias (CAVALCANTI, 2004: 18). As categorias global/local, como sinaliza Cavalcanti (2004), também têm forte associação com os sentidos atribuídos nos debates mais atuais sobre o rural. Nisso, o debate sobre território(s) vem cada vez mais se destacando no mapeamento, não somente político-econômico como também sociocultural, na configuração da categoria local. A noção de ruralidade(s) se torna receptora dos significados atribuídos às mais recentes distinções entre urbano e rural, e suas respectivas posições na conjuntura global da movimentação e distribuições de seus produtos tangíveis e intangíveis no contexto da globalização. No mercado de alimentos, por exemplo, como enfatiza Cavalcanti (2004: 20), muito se dar atenção a relação entre as mercadorias e seu lugar de origem; valorizando-se aspectos como símbolos, figuras e toda uma gama de valores que lhe são acrescentados.

Não sem razão, retornam-se na contemporaneidade a sujeitos, objetos e categorias sociais que estariam fadadas ao desaparecimento, tais como campesinato e ruralidade. O espaço rural vem se destacando cada vez mais como local de atividades e relações cada vez mais complexas e heterogêneas, diferente de um rural reservado a produção, criação e extração dos recursos encontrados no rural (CARNEIRO, 1997). Os espaços rurais são revalorizados e re-significados, no contexto da globalização que antes de tudo acentua a heterogeneidade nas formas de relação social e de produção econômica; e gerando valores diversos resgatando ou dando novos sentidos às produções humanas em geral (CAVALCANTI, 2004).

Os desafios encontrados no meio rural brasileiro no que toca o quadro de desigualdades e diversidade sociocultural são acompanhados de uma tentativa traçada em um modelo de desenvolvimento rural em perspectivas de espaço e identidade culturais. A noção de territórios é permeada pelos aspectos heterogêneos e complexos alusivos às distinções socioculturais dos grupos ativos no “território”, enquanto unidade espacial e simbólica no tocante das relações e produções sociais. Sobre a transação de valores, saberes e convivência entre o que se designa como próprio do rural e/ou do urbano, Carneiro (1997: 61) afirma:

[...] a ruralidade como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade.

Segundo Carneiro a ideia de localidade é expressa de acordo com o nível de pertencimento e/ou identidade de um dado grupo, e não necessariamente o local, seja ele representado pelo espaço dito urbano ou rural (CARNEIRO, 1997). A ideia de território como inspiração das políticas pública, por exemplo, assume essa ideia de local onde é construído um tecido social de valores e identidades. E, não necessariamente, é levada em consideração uma definição a partir de uma espécie de demarcação física espacial propriamente, como defende Carneiro (1997). Sabendo que “fica cada vez mais difícil pensar na noção de ruralidade para definir a natureza das relações sociais num espaço determinado” (CARNEIRO, 1997: 62).

As associações de agricultores estão inseridas no contexto do projeto estatal das políticas públicas de desenvolvimento, onde é representada a relação entre as ações políticas governamentais e a recepção desses projetos por parte dos sujeitos sociais do campo. A afinidade entre as exigências globais de desenvolvimento e a ação predatória do mercado capitalista torna-se cada vez mais visível no cotidiano desses pequenos produtores quando os mesmos veem nas associações alternativas de tentar buscar apoio e reconhecimento enquanto categoria social. As associações de agricultores também são orientadas por laços de pertencimento a partir de uma sintonia entre os ocupantes do local (sítio/comunidade) em experiências como atividades cotidianas do trabalho, religião e de lazer. No próximo capítulo são apresentados o perfil e cotidiano dos agricultores membros das associações estudadas e o funcionamento de duas associações do município das Correntes, em especial, com seus ritos e representações sociais.

4 AS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS: PARTICIPAÇÃO E COTIDIANO DOS AGRICULTORES

4.1 A Terra da Batata e seus agricultores

O município das Correntes²⁸ situa-se no agreste meridional de Pernambuco, a 258 km de Recife. Segundo o censo demográfico realizado no município em 2010, registra-se uma população de 17.419 habitantes, destes, um total de 8.675 (49,8 %) residem na zona rural²⁹.

O município das Correntes dispõe de um clima tropical chuvoso, com variável aspecto fértil do solo e relevo com profundos vales³⁰. Esse desenho geográfico é regionalmente divulgado como lugar de altas e inumeráveis serras, que proporcionam a formação de potentes “minações de água”, as consagradas cacimbas, encontradas nos chamados “pés de serra”. Em volta da cidade das Correntes passam dois rios, o Rio Correntes e o Rio Mundaú. Os leitos desses dois rios também se estendem, através de seus afluentes, em vários sítios vizinhos à cidade das Correntes, tornando-se importantes para a agricultura local. Logo, é possível nessas regiões se ter bom abastecimento de água mesmo em períodos de seca com a possibilidade de irrigações de pastos para os animais e plantações de alguns legumes, raízes, frutas e verduras que em outras áreas do município correntino só é possível no inverno.

Os produtos agropecuários do município das Correntes são: a batata-doce (principal produto agrícola), carne bovina, leite; além de bananas e laranjas cultivadas na parte territorial que faz fronteira com estado de Alagoas na região do Timbó. Produtos como feijão (em grão), queijo, aves, suínos, milho (em grão), tomate, melancia, fava (em grão) e farinha de mandioca representam a parte mais expressiva da produção e/ou excedentes provenientes dos pequenos agricultores³¹. Essa variedade de produtos é cultivada em áreas de solo arenoso e com menos disponibilidade pluviométrica, como a mandioca; até as culturas em áreas contendo vagens³², como a melancia.

Na esfera urbana, encontramos pequenos comerciantes, lojistas e autônomos; além de instituições de crédito, seguros e capitalização; serviços médicos, odontológicos e

²⁸ O município das Correntes tem grande destaque na produção regional de batatas-doces; onde diversas vezes é lhe dado o título de “Terra da batata”.

²⁹ Ver mapa em Anexo: Imagem 1.

³⁰ Ministério de Minas e Energia. Diagnóstico do Município das Correntes. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea-PE, 2010.

³¹ A definição de pequeno agricultor será utilizada de acordo a definição nativa na qual classifica de “pequenos” os agricultores que possuem menos de 10 hectares de terra dentro do município das Correntes.

³² Áreas de terras irrigadas de “minações de águas” ou riachos, tornando-se favorável ao plantio de diversas culturas.

veterinários; transportes e comunicações. As feiras livres semanais da cidade das Correntes apresentam-se como o evento em que os “produtos de suas terras” são mesclados com uma menor proporção de legumes, frutas e verduras provenientes de cidades vizinhas, como Lagoa do Ouro (PE), Garanhuns (PE) e Santana do Rio Mundaú (AL). O “dia da feira” é também o dia de maior movimento nas lojas comerciais. É nas feiras livres, durante os sábados, em que grande parte da população de todos os sítios e povoados do município se deslocam para a cidade, fazendo do centro da cidade um ponto de encontro social³³. Na véspera, às sextas-feiras por volta das 19h:00min, chega o abastecimento de carne no açougue das Correntes: a carne bovina, produto da pecuária de produtores do próprio município, são levadas pelos marchantes³⁴ ao matadouro de Garanhuns nas sextas-feiras, retornando a carne para ser comercializada nas feiras em Correntes. Na rua, durante a tarde de sexta-feira é armadas uma parte das barracas de frutas e verduras de pequenos comerciantes/feiristas que compram os produtos dos agricultores locais para “revenderem”. No sábado, ainda durante a madrugada começam a serem “armadas” as barracas e/ou tendas dos demais comerciantes, entre eles também alguns agricultores que vendem diretamente seu produto da roça na feira.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do Município das Correntes, a verba federal associada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) destinada ao município das Correntes, corresponde a 60 mil reais anuais. Esse valor é distribuído como pagamentos às famílias correntinas que fornecem produtos como bolos (produzidos no povoado de Olho d’água dos Góis), batatas-doces e queijos - oriundos de algumas outras comunidades rurais. As instituições públicas que compram esses alimentos são representadas por creches, escolas, e o hospital existente na cidade das Correntes. Percebe-se que a ação e investimentos através do PAA ainda se dar de forma muito tímida, sabendo que apenas onze famílias são beneficiadas pelo programa. O município conta com uma cooperativa na área rural, apesar do número alto de interesses e elaboração de projetos que “não passam do papel” como dizem os produtores e interessados do meio rural. Muitos dos agricultores, síndicos e personagens políticos julgam que o impulso para o desenvolvimento rural do município das Correntes na conjuntura das políticas públicas é o seu enquadramento no Programa Territórios da Cidadania (PTC). A tentativa de enquadramento do município ao PTC foi principiada na anterior gestão municipal do prefeito

³³ Onde as pessoas se encontram também para conversarem, saírem do ambiente doméstico e assistir as “propagandas políticas partidárias”, expressas nos carros de sons que circulam pelos espaços ocupados pelos “feirantes”.

³⁴ Pessoas que compram o animal e realizam (ou mandam realizar) o abate para comercializarem a carne em açougues e/ou feiras livres.

Nivaldo Lúcio Júnior (2009-2012). Posteriormente nos primeiros meses da atual gestão do prefeito Edmilson da Bahia Gomes, retomou-se o assunto através de uma reunião, sem êxito entre representantes de instituições governamentais e sindicais do município. Esse evento³⁵ foi diversas vezes citado por interlocutores durante a pesquisa de campo como episódio em que se aguçou de uma vez a forte oposição entre integrantes do movimento sindical rural e a gestão municipal³⁶.

Durante o período que se seguiu a pesquisa (período de dezembro de 2014 até o mês de abril de 2016), foram entrevistados 30 agricultores³⁷ pertencentes às associações do Sítio Lajes e do Sítio Balaio; sendo 14 pertencentes a Associação Comunitária do Sítio Lajes, e os demais (16) da Associação de Agricultores Unidos pelo Progresso do Sítio Balaio. Dentre os entrevistados há um número de 16 mulheres e 14 homens; levando em consideração um número de 5 aposentados (3 mulheres e 2 homens); e 3 jovens (sendo apenas 1 do sexo masculino) com idades entre 18 a 24 anos de idade, todos solteiros e trabalhando como agricultores junto aos demais familiares. Sobre a renda mensal³⁸, 6 dos entrevistados declararam ter uma renda menor que R\$ 500,00 mensais; enquanto 3 afirmaram ter uma renda equivalente a dois salários mínimos (R\$ 1.760,00); e o restante dos 21 entrevistados alegaram ter uma renda dentro de um patamar variando entre R\$ 500, 00 a R\$ 1.000,00. No caso da posse das propriedades rurais, 14 dos entrevistados vivem em terras próprias; 10 vivem em terras de parentes; enquanto 6 moram e trabalham em terras de outros posseiros da região. Por fim, é relevante destacar a distribuição de terra por cada um dos entrevistados em hectares: um número de 6 afirmaram viver em uma porção de terra menor que 1 hectare; 12 alegaram se estabelecer numa porção entre 1 a 3 hectares; 6 declararam situar-se em uma proporção entre 4 a 10 hectares; apenas 4 entrevistados afirmaram ter entre 10 a 19 hectares; finalmente, dois dos entrevistados declararam possuir 20 e 23 hectares de terras respectivamente.

Os principais produtos agrícolas cultivados pelos agricultores e agricultoras entrevistados são: milho (em grão), feijão (em grão), mandioca, macaxeira, batata-doce e fava (em grão). Uma minoria dos entrevistados cria gado bovino, sendo ainda, poucos os que vendem leite ou

³⁵ Segundo integrantes do Conselho de Desenvolvimento Rural das Correntes e da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município das Correntes a reunião ocorreu entre os seis primeiros meses da gestão do prefeito Edmilson da Bahia no ano de 2013.

³⁶ Sobre as facções políticas entre sindicalistas rurais e governo municipal ver detalhes no quarto capítulo.

³⁷ Nesse conjunto incluem alguns associados que integram o grupo de representantes de cada uma das duas associações comunitárias, a do Sítio Lajes e a do Sítio Balaio.

³⁸ A renda levada em consideração no momento das entrevistas corresponde a uma expectativa do valor mensal em dinheiro produzido e/ou adquirido (incluindo pensões, aposentadorias, ou dinheiro oriundo de programas sociais como o Programa Bolsa Família) no domicílio, representado por cada uma das unidades familiares agrícolas.

fabricam queijos caseiros para vender. Com isso, é comum a plantação de capim-de-corte e palmas para a alimentação dos bovinos. Quem tem uma porção de terra de até 3 hectares, geralmente tem entre 1 a 2 “vacas leiteiras”; ou juntas de boi-de-carro, utilizados, principalmente, como força de tração no preparo da terra para seu respectivo cultivo, entre outras funções nas tarefas do campo.

Algumas das formas de complementar a renda desses agricultores que ocupam poucos hectares de terras, variam desde a prestação de serviço para outros proprietários com maior quantidade de terras e ofertas de trabalho, às atividades fora do contexto da agricultura e pecuária em ambiente urbano ou não. É função de todos os integrantes do grupo familiar se esforçar em prol do equilíbrio entre produção e consumo no ambiente domiciliar. A exigência maior ainda se concentra na figura masculina do “chefe de família”; embora as mulheres, “mães de família” desempenhem forte papel na manutenção da unidade familiar através de sua participação na renda da família. Os filhos e filhas, por sua vez, a medida que vão chegando a idade adulta, contraem a responsabilidade de ajudar nas finanças para além do trabalho doméstico e do “roçado” da família. Esses jovens, graças a fatores como um melhor grau de escolaridade em relação aos pais, participam de atividades externas para ajudar a compor a renda familiar. Buscar outras alternativas no espaço rural é também estratégias muito comuns aos jovens filhos ou filhas dos agricultores que passam a trabalhar como trabalhadores alugados³⁹ e domésticas, respectivamente. Na cidade das Correntes (ou em outras cidades vizinhas) há mais oportunidades de empregos e posições dependendo da oportunidade ou nível de escolaridade; alguns podendo desenvolver profissões em níveis técnicos, por exemplo. Vale destacar que os empregos públicos são muitos almejados por esses grupos de jovens, diante as limitadas oportunidades do mercado de trabalho da cidade e município como um todo.

4.2 Associação Comunitária Unidos pelo Progresso do Sítio Balaio

A Associação Comunitária Unidos pelo Progresso do Sítio Balaio conta com 91 associados, dentre eles 48 são mulheres e os demais, são homens. Uma boa parte dos associados que participam dessa associação são moradores de outros sítios vizinhos tais como: Sítio Cavaleiro, Sítio Palmeirinha e Sítio Salgadinho. Durante as reuniões em que participei do fim do ano de 2014 até meados do primeiro semestre de 2016, contou-se com

³⁹ Conhecidos como pessoas que trabalham no campo recebendo por dia de serviço.

uma média de 50 associados e associadas durante cada uma das reuniões, incluído os representantes da entidade⁴⁰.

A associação de agricultores do Sítio Balaio foi fundada em 1993, e passou de fato a atuar desde a sua fundação sem antecedentes de atividades por parte da comunidade que a representasse, mesmo que informalmente. Seu principal mediador foi o senhor Adelbrando Miranda, candidato a vereador na época, que se transformou no primeiro presidente da associação e montou uma diretoria formada por alguns de seus parentes. Entretanto, a formação de uma diretoria restrita aos familiares de Adelbrando foi logo criticada por grande parte da “comunidade balaiense”, como também o fato de Adelbrando morar na cidade e não ser agricultor. Isso gerou protestos contra a sua representação na associação. Em consequência, a diretoria formada por seus parentes, foi substituída por representantes diretos da comunidade do Sítio Balaio. As versões que alegaram disparidade política partidária entre alguns associados e as de Adelbrando variam. Nesse último caso, de acordo a memória de alguns entrevistados, as diferenças de fundo político partidário por parte de alguns que através do prefeito do município das Correntes na época, o senhor Oscar Carneiro, e Adelbrando teriam contribuído para saída desse último do cargo de presidente da associação.

O estatuto da associação do Sítio Balaio estabelece que uma mesma pessoa pode continuar como presidente por apenas três mandatos seguidos. Posteriormente, determinou-se que o prazo da duração dos mandatos de presidente da associação fosse modificado de dois anos para quatro anos, na intenção de se evitar mais gastos em um menor prazo de tempo com processos em cartório para formalizar as substituições a cada mandato. Nisso, a associação contou, durante vinte e três anos, com apenas três presidentes.

O segundo presidente da associação de agricultores do Sítio Balaio, Sebastião Lima, permaneceu como presidente da entidade por cerca de doze anos seguidos. Após esse período, Sebastião quis evitar que alguém que não pertencesse à comunidade o substituísse na diretoria. Sua iniciativa partiu da ideia de montar uma chapa, durante as eleições para presidente da associação, tendo como candidato a presidência um parente seu, que poderia ser escolhido entre um de seus filhos ou mesmo um de seus genros. Contudo, nessa época foi lançada uma chapa de oposição por um grupo da comunidade que segundo consta, discordava que Sebastião fosse substituído por alguém de sua família. Com essa desafronta, Sebastião (mas conhecido por Josa) teria deixado a associação e fundado outra associação em uma comunidade vizinha ao Balaio, a Associação Comunitária do Sítio Cavaleiro.

⁴⁰ Ver Anexo A: Imagens 2 e 3.

A comunidade então teve a iniciativa de escolher o senhor Osmário (presidente desde 2008) como presidente da associação, o qual atua ainda hoje, sendo prevista sua substituição do cargo com as eleições marcadas para janeiro de 2017. Osmário, fez a doação de um chão para a construção da sede da associação em 2010. A sede fica nas proximidades do terreiro⁴¹ de sua casa. O senhor Osmário e sua esposa, Maria Cícera, primeira secretaria da organização, atualmente são na prática, os dirigentes da associação. Maria Cícera é professora de educação infantil e está sempre envolvida com os “assuntos e eventos religiosos” na comunidade, ligados à paróquia⁴² do município das Correntes. Logo, as reuniões ocorridas nos segundos domingos de cada mês são sempre dirigidas por Maria Cícera e Osmário. Nas duas primeiras reuniões do ano de 2016, durante os meses de janeiro e fevereiro, foram tratados temas sobre as eleições para presidente da associação, onde o atual presidente, Osmário, falou da necessidade de um novo pretendente ao cargo, visto que o mesmo preferia deixar a escolha e iniciativa a cargo de todos os associados. Entretanto, até então ninguém manifestou interesse pelo cargo; enquanto Osmário disse que de acordo o estatuto ele não poderia mais continuar no cargo de presidente. Osmário enfatizou em uma das reuniões da associação, que a continuidade da associação dependia da permanência de um presidente e da diretoria como um todo. Por fim, se comprometeu previamente a “ajudar e estar do lado” de qualquer associado ou associada que apresentasse uma chapa para as próximas eleições para presidente da associação da comunidade em questão.

No tocante das atividades agrícolas, a cultura mais expressiva na comunidade do Sítio Balaio é a batata-doce⁴³, seguida das plantações de milho e de feijão. Dentre os projetos/benefícios que marcaram os primeiros anos de existência da associação, estão as construções de banheiros⁴⁴ nas residências dos associados e concessão de tração animal⁴⁵, a partir da distribuição de juntas de boi. Posteriormente, houve a tentativa sem sucesso de estabelecer uma cooperativa para os produtores de batata-doce e um poço artesanal para pratica da piscicultura com capacidade de 28 mil litros de água por hora. Segundo Osmário, a doação do poço foi feita pelo senhor João Leite, morador da comunidade do Sítio Balaio. Todavia, após o terreno passar para as mãos de outro proprietário, este novo proprietário não consentiu a doação. Posteriormente a associação recorreu com uma ação judicial pela posse do poço; o que não teve sucesso visto que os documentos que comprovavam que o poço teria

⁴¹ Área de terra isenta de vegetação aos redores das casas, muito comum na zona rural.

⁴² Representada pela Igreja matriz Nossa Senhora da Conceição.

⁴³ Ver Anexo A: Imagens 4 e 5.

⁴⁴ Parceria com a prefeitura do município das Correntes durante o governo de Oscar Carneiro.

⁴⁵ Parceria com o governo estadual.

sido doado à entidade foram perdidos em 2010, após uma enchente na cidade das Correntes que atingiu um depósito com arquivos/documentos da prefeitura. Segundo Osmário, foi aprovado um projeto (que ainda está em andamento) para a perfuração de um novo poço na comunidade do Sítio Balaio para servir a prática de piscicultura, entre outras utilidades em prol dos agricultores e agricultoras associados.

4.3 A Associação Comunitária do Sítio Lajes

Embora a Associação Comunitária do Sítio Lajes tenha sido fundada em 2002, a mesma já existia informalmente desde a década de 1980. Antes, a comunidade se reunia a mercê de assuntos de cunho religioso⁴⁶, posteriormente foi também tomando forma de movimentos sociais da agricultura.

A fundação da associação de agricultores do Sítio Lajes foi encabeçada pelos senhores José Lucas e Luís Barbosa. A partir do mesmo ano de fundação (2002), a associação passou a existir formalmente, com o seu registro no sindicato rural do município das Correntes e a aprovação do seu estatuto. Construída a partir de esforços da própria comunidade, a associação já atuava em sede própria (salão comunitário) desde 1988, antes mesmo de ser registrada. O prédio que ainda hoje é tido como sede da associação, é fisicamente associado à casa de farinha e também funciona como escola para educação infantil⁴⁷.

Segundo José Lucas⁴⁸, quando o estatuto da Associação Comunitária do Sítio Lajes foi elaborado havia uma cláusula para impedir a propaganda partidária política durante as reuniões e atividades ligadas à instituição. Todavia como veremos no decorrer desta dissertação, de forma implícita a política partidária está no seio dessas instituições. Lucas salienta que diferente de outras associações, na Associação Comunitária do Sítio Lajes não houve intermediação ou participação de pessoas ligadas diretamente à política durante o processo de formalização e regularização da associação. Segundo outros associados entrevistados, diversos políticos na época se propuseram a ajudar no processo de legitimação formal da entidade a fim de concretizar os interesses próprios de cunho político partidário e/ou eleitoral. Contudo, esses integrantes da associação entrevistados, dizem ter rejeitado a

⁴⁶ A comunidade passou a organizar sistematicamente seus encontros em favor dos ritos religiosos de orientação católica em fins da década de 1980 com apoio da paróquia local: terços e missas passam a ser mais organizados e com maior participação da comunidade.

⁴⁷ Ver AnexoA: Imagens 6 e 7.

⁴⁸ José Lucas foi o primeiro presidente da associação e fundador da mesma. Atualmente não faz parte da direção, apenas se responsabiliza pelos assuntos e eventos religiosos da comunidade para com a paróquia da cidade das Correntes.

“ajuda dos políticos” e apenas mais tarde terem se legalizado de forma “politicamente autônoma”.

A associação está com o quarto presidente. Os mandatos têm duração de dois anos, com direito a reeleição de acordo com as normas do estatuto. O primeiro presidente foi José Lucas, seguido de Luís Barbosa, Antônio Gonçalves e, atualmente o cargo de presidente é exercido por José Airton. Todos esses presidentes foram (e são) agricultores residentes na comunidade do Sítio Lajes. A sucessão para presidente da associação do Sítio Lajes, até então, se deu a partir da escolha de candidatos, geralmente vindos da própria diretoria; devido as chances de esses aceitarem o “convite”, serem mais plausíveis. Luís Barbosa é o integrante que geralmente mais se compromete a “apoiar” e “ajudar” os novos possíveis presidentes que se habilitarem ao cargo. A preocupação dos integrantes da associação, como um todo, é que haja sempre pessoas dispostas a assumir a diretoria para que a entidade não esvaeça pela falta de representantes como já ocorreu em outras comunidades, a exemplo da Associação Comunitária do Sítio Boa Vista.

De acordo com as normas do estatuto, o associado ou associada que tiver três faltas consecutivas nas reuniões mensais da entidade, sem justificativa por partes dos primeiros, terá a anulação da carteira de associado (a) e, com isto, perde o vínculo formal com a respectiva instituição. Na maioria das associações, essa cláusula é válida. Sendo que, tempos depois, caso a pessoa que perdeu seu vínculo com a entidade, nessas condições, queira voltar a ser associado; terá novamente a oportunidade.

As reuniões da Associação Comunitária do Sítio Lajes acontecem nos primeiros domingos de cada mês. Essas reuniões, são realizadas na sede; onde ainda hoje ocorre os eventos religiosos católicos – reuniões da paróquia, missas e terços. Durante as reuniões há sempre a presença dos secretários e tesoureiros “à frente” para requisitarem as contribuições mensais dos associado(a)s, escreverem a ata, carimbarem as carteiras e verificarem a assinatura da folha de presença. A “fala” é pelo costume restrita ao presidente, a algum representante do sindicato⁴⁹, ao agente de saúde⁵⁰ e o catequista⁵¹ - todos representantes da comunidade. Dividindo a mesma parede do pátio, temos a casa de farinha, que atende à demanda dos pequenos produtores da região.

Dentre os projetos e ações mais requisitados pela comunidade, estão a distribuição de juntas de bois e arados (projeto de tração animal) e a construção e reformas na casa de

⁴⁹ Geralmente Luís Barbosa.

⁵⁰ O senhor Manoel Gonçalves

⁵¹ José Lucas é o principal catequista da comunidade, dirigindo o grupo jovem, onde os encontros são realizados na sede da associação do Sítio Lajes.

farinha. Após a sua construção em 1988, a casa de farinha tornou-se algo inovador na técnica de trituração da mandioca por motor elétrico⁵²; visto que, as demais casas de farinhas particulares existentes na comunidade passaram a ser comparadas como “mais atrasadas” em termos de técnicos de produção. A partir de 2004, com a reforma na casa de farinha, foi inserido o forno elétrico; permitindo que a massa da mandioca fosse mexida por pás movimentadas por energia elétrica⁵³ durante o processo de cozimento até transformar-se em farinha. O refrigerador de leite construído na comunidade, no ano de 2006, em parceria com a prefeitura municipal, durante a gestão do prefeito Ronaldo Amaral (2005-2008), permanece ainda completamente desativado. A crítica por parte da comunidade, ao projeto de refrigeração do leite, está na falta de fornecimento aos associados de matrizes bovinas para que haja produção de leite suficiente para pôr em funcionamento o resfriado. Dessa maneira, a comunidade espera que haja o incentivo à produção de leite a partir da distribuição de “vacas leiteiras”⁵⁴.

A farinha de mandioca é o principal produto agrícola do Sítio Lajes. No entanto, nesses últimos seis anos a produção teve uma considerável queda. Segundo os agricultores entrevistados no decorrer da pesquisa, a queda da produção se deu devido um ainda inexplicável apodrecimento das raízes da mandioca antes de seus estágios finais de desenvolvimento. Alguns acreditam que esse fato ocorra por um suposto esgotamento do solo; e por falta de assistência e informações técnica agrícola, a produção de farinha da comunidade continua caindo sucessivamente⁵⁵.

Hoje a associação de agricultores do Sítio Lajes, conta com 78 associados, dos quais, 42 são mulheres. Nesses últimos dois anos, a associação do Sítio Lajes como a grande maioria das demais associações de agricultores do município das Correntes, vem passando por uma recessividade de aprovação de projetos e concessões de benefícios pelos órgãos governamentais. As justificativas se apresentam nas supostas necessidades dos cortes de gastos públicos encadeados pela atual crise econômica mundial/nacional. Entretanto, a associação do Sítio Lajes vem sendo “movimentada” através edificação de uma capela na comunidade com incentivo da paróquia local⁵⁶. A comunidade a partir da associação vem promovendo um mutirão em mão-de-obra e arrecadação de doações para referida construção.

⁵² A construção e introdução do motor elétrico para trituração da mandioca teve parceria direta com o deputado Ricardo Fiuza.

⁵³ Nessa reforma houve forte “ajuda” do senhor Pedro Tomás, vereador um dos vereadores do município das Correntes na época.

⁵⁴ Foi elaborado o “Projeto vaca na corda” com o intuito de distribuir vacas leiteiras entre os agricultores associados, mas até o momento se espera a aprovação do mesmo.

⁵⁵ Ver Anexo A: Imagem 8.

⁵⁶ Ver Anexo A: Imagem 9.

Essa comunidade também é muito referenciada pela participação em torneios municipal e regional de futebol. O associado e ex-presidente Antônio Gonçalves é o porta voz dos “assuntos sobre o futebol” durante as reuniões da associação. A construção de um campo de futebol está entre os últimos projetos executados pela associação para a comunidade através da associação.

Sobre as relações sociais de reciprocidade nas sociedades rurais nos valem das palavras de Sabourin (2001: 05):

A organização formal dos produtores corresponde à uma estrutura sócio-profissional e voluntariosa. Ninguém torna-se membro da associação por essência ou por nascimento como no caso do sítio ou da comunidade, mas por escolha livre e voluntária e através de uma relação contratual (pagamento da cota).

Na maior parte das comunidades rurais, as relações sociais de reciprocidade (camponesa) continuam a existir mesmo após a formalização das associações ou cooperativas de agricultores (SABOURIN, 2001: 2). Mesmo quando as associações estão passando por um período de escassas de recursos, sua existência se configura no papel da ajuda mútua e na condução dos cultos religiosos e festividades.

4.4 As reuniões: “união”, “luta” e “progresso”

De forma geral, nas associações como um todo, as reuniões mensais são organizadas em pautas (conteúdos e informações a serem discutidos) apresentadas pelo presidente da entidade; seguidas de ritos e informações de cunho religioso por alguém da comunidade ligado a paróquia local; e pelas possíveis participações de convidados, como por exemplo, “políticos” e representantes de órgãos sindicais. As reuniões ocorrem apenas uma vez a cada mês no decorrer do ano, havendo a preferência por sábados ou domingos, variando de acordo a escolha feita pelos associados e associadas de cada instituição. Os horários prediletos para o início das reuniões variam entre às 14h:00min e 15h:00min. Sendo os domingos considerados como “dias santos” e de descanso para a grande maioria dos agricultores orientados de acordo aos costumes religioso-católicos; torna-se assim o domingo o dia da semana predileto para a realização das reuniões mensais das associações, visto que nessas circunstâncias os agricultores têm seu tempo disponível no que toca as atividades do *roçado*⁵⁷.

⁵⁷ O roçado compreende o local em que se exercem as atividades de produção/cultivo da familiar de pequenos agricultores como base do sustento familiar de alimentos (HEREDIA, 1979).

Recentemente, apenas as associações comunitárias do Sítio Lajes e do Sítio Balaio possuem sede própria. Uma boa parte das associações de agricultores do município das Correntes utiliza os prédios das escolas (chamados de “grupos” pelos moradores) das suas comunidades como espaço para realização de suas reuniões e atividades em geral. Muitas dessas escolas estão inativas; outras, dependendo da demanda da comunidade, são utilizadas como escolas para ensino primário (do jardim ao 5º ano do ensino fundamental). Algumas comunidades realizam suas reuniões na casa do diretor da associação ou de algum associado, como é o caso da Associação Comunitária do Sítio Pedra Branca, por exemplo. Fisicamente o espaço interno onde ocorrem as reuniões é organizado com bancas e cadeiras/carteiras escolares, onde na maioria das vezes são distribuídas de modo que as pessoas fiquem organizadas em forma de um círculo, ou em “U”. À frente, ficam expostas as mesas que são utilizadas pelo diretor e pelos tesoureiros e secretários, respectivamente, para o exercício das funções segundo foram descritos anteriormente. Vejamos a descrição do espaço físico segundo o registro que fiz no diário de campo em umas das reuniões da Associação Comunitária do Sítio Lajes:

Hoje dia 22 de março de 2016 participei da reunião mensal da associação de agricultores do Sítio Lajes, ocorrida, como de costume, no primeiro domingo de cada mês por volta das 15h: 00min. Cheguei ao local às 14h:12min e já fui vendo logo à frente da sede da associação, abaixo da sombra de uma mangueira, o carro da associada Claudiana e seu pai também associado, Expedito Febrônio. Estavam também próximos ao local, o presidente da associação, Airton, e mais uns três associados. Com poucos instantes, após eu ter chegado e estacionado a moto debaixo da sombra da mesma mangueira, chegou sem que eu tenha percebido Zézé, tesoureira da associação com uma de suas irmãs e a secretária, Elisete. As três começaram a abrir as portas da sede. Encaminhei-me para lá já depois de ter conversado rapidamente com os que se encontravam lá fora, pois eu sabia que estavam limpando o local e resolvi ir ajudar.

E como de costume, espanamos a poeira das carteiras e cadeiras escolares e organizamos as mesmas em círculo à medida que as tirávamos dos lugares para varrer todo o espaço. Nas paredes, cartazes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais das Correntes e da paróquia local; um quadro com a foto do prefeito Edimilson da Bahia, e quatro quadros cada um com as fotos dos três presidentes que já dirigiram a associação e também a foto do atual presidente; várias atividades escolares/pedagógicas das crianças que estudam no local durante a semana; um quadro negro; e em um altar sob uma prateleira cravada na parede a imagem de Nossa Senhora Auxiliadora, padroeira da comunidade do Sítio Lajes. Limpávamos o ambiente com suas diversas portas e janelas fechadas para a ventilação não fazer circular a poeira. Enquanto isso eu via de fora o extenso terreiro todo limpinho que as algumas mulheres associadas costumavam limpar às vésperas do dia da reunião, ou de eventos como as missas da comunidade além das confraternizações e festas juninas. O teto era o velho telhado, e o piso ainda

em cimento liso (queimado). No geral o lugar é simples, arejado e fisicamente amplo como as escolas e sedes de associação da zona rural.

Além de funcionarem como um dos momentos de legitimação das associações enquanto intuições, as reuniões são ocasiões em que as comunidades constroem um espaço público de sociabilidade, onde não são dispensadas as brincadeiras, lazer, e, encontros com os “amigos”. Além disso, há também a proximidade com autoridades do governo e demais pessoas ligados a outras instituições, como: agentes de saúde da comunidade, catequistas, sindicalistas; e, raras vezes, pessoas com informações técnicas no âmbito agrícola.

Nos locais em que são realizados os encontros e eventos das associações (exceto quando são nas residências particulares dos integrantes dessas instituições), acontecem também os eventos religiosos da comunidade através da organização da Igreja católica local. As missas realizadas mensalmente em grande parte das comunidades rurais, acontecem nos mesmos locais em que ocorrem as reuniões e encontros de agricultores dessas mesmas instituições. É comum durante as reuniões haver a “fala” do(a)s catequistas⁵⁸, na condução das orações durante as reuniões, trazendo mensagens/textos e reflexões sobre as mesmas e divulgando informações acerca das atividades e eventos religiosos entre a paróquia e a comunidade.

A reunião é avaliada em seu rendimento positivo quando se tem assuntos voltados para projetos, eventos festivos, e a participação de “visitantes” que possam trazer informações ou entretenimento para todos: sejam eles políticos, religiosos, sindicalistas, representantes de órgãos públicos e/ou instituições voltados para assuntos e programas sociais para o campo, e de diversas outras origens. Os visitantes são sempre bem-vindo, como se trouxessem prestígio, dinamismo e legitimidade à instituição; e é esperado que essas pessoas tenham a oportunidade de “darem sua fala”. Nesses momentos os aplausos fazem parte do ritual, sendo utilizados principalmente após as falas dos que estão aptos a “falar na frente”; assim como após a leitura da ata (em algumas associações) e/ou após a leitura de mensagens geralmente apresentadas pelos “representantes religiosos” da comunidade.

Antes e após as reuniões, ocorrem com frequência momentos de descontração, quando as conversas e fofocas são postas em prática. No final da reunião é comum haver o lanche, geralmente servido de alimentos como refrigerantes, biscoitos, bolachas e bolinhos caseiros. É perceptível no espaço uma divisão entre mulheres e crianças de um lado, e homens de outro;

⁵⁸ Responsáveis na representação da comunidade diante eventuais atividades e assuntos dirigidos pela paróquia da cidade; e por mobilizar a comunidade na efetivação de eventos como terços, missas e na condução e formações de jovens no processo da “formação cristã” típicas da Igreja Católica (iniciação dos fiéis para efetivação dos sacramentos da primeira eucaristia e crisma), a partir dos Grupos Jovens.

ou, homens sentados nos últimos bancos, e mulheres e crianças sentadas à frente. É importante notificar que há alguns jovens associados também, sendo mais “moças” do que “rapazes” revelando a preponderância de associadas mulheres. Os homens quase sempre conversam em voz mais alta sobre assuntos como política, produção e preço de produtos agrícolas, como também notícias sobre violência social; e as mulheres, mais discretas, falam mais sobre assuntos envolvendo as tarefas domésticas, o preço dos alimentos, sobre filhos e idosos, dos quais, geralmente cuidam. Vejamos em uma descrição feita a partir da observação em campo numa das reuniões da associação⁵⁹ do Sítio Balaio:

[...] às 14h:17min, pouco antes de iniciar a reunião só havia quinze pessoas, ou melhor, dezesseis comigo. O senhor Osmário, presidente da associação, e Cícera, sua esposa e segunda secretária da entidade, cumprimentaram-me. Eu estava sentada à esquerda, pouco a frente, junto às mulheres, fazendo minhas anotações. Naquele primeiro momento me chamou a atenção o entusiasmo em que se dava a conversa entre um grupo de homens próximo a porta de entrada. À primeira vista notei Osmário a conversar com mais uns seis homens associados, com toda sua empolgação de sempre em discutir “assuntos polêmicos”. A princípio a conversa, tendo como principal interlocutor Osmário, era a respeito da gratificação dos motoristas dos transportes públicos escolares e da saúde - a exemplo do próprio Osmário que também é motorista de transporte público escolar. Segundo sua fala, nesses mesmo setores, vinham sendo cortados alguns benefícios à medida que se aproxima o final do ano com a justificativa da necessidade de cortes de gastos por parte da gestão municipal. Logo em seguida o assunto era sobre os possíveis candidatos para as eleições municipais de 2016. Todos os participantes da conversa concordavam que para ser um candidato bem-sucedido era necessário conhecer bem o município, assim como ser bastante conhecido na comunidade; pois, segundo o associado Avelino, os candidatos “forasteiros” não são bem vistos pela população local. Osmário em especial, começa a citar o exemplo do vereador José Alceu, em sua opinião, é “um político que sabe jogar”. O associado Jermano diz: “Zé Alceu sabe exatamente o tempo certo de conquistar o eleitor: o tempo de ir oferecendo ajuda e contando votos”. Ao lado de Francisco Balbino, que participava ativamente da conversa, sua esposa, a senhora Lucicleide, ouvia tudo atentamente; porém não “usou da fala” durante o “debate”. Ainda sobre a discursão, Manezinho, uns dos associados que mais participou do debate com Osmário confirmou o seguinte julgamento sobre o ex-prefeito Júnior Lúcio⁶⁰: “Júnior é um candidato forte, mas não tem dinheiro”. Entre eles concordaram que a questão de “ter dinheiro” é ter “recursos” materiais para investir nas disputas eleitorais. E começavam a pontuar a necessidade de “recursos” na possibilidade de: prestar favores, atender os “pedidos” de eleitores em formas de diversos objetos materiais, “comprar apoio político”, e investir em propagandas em prol da disputa eleitoral, por exemplo. A conversa foi interrompida por Cícera que acabava de finalizar a transcrição

⁵⁹ Reunião da Associação Comunitária Unidos Pelo Progresso do Sítio Balaio, ocorrida no dia 8 de novembro de 2015.

⁶⁰ Júnior Lúcio disputou acirradamente as eleições com o atual prefeito, Edmilson da Baía, nas eleições municipais no ano de 2012.

da ata da reunião passada, e resolve chamar a atenção de Osmário para começar a reunião às 14h:42min: “vamos cuidar, tão falando muito em política”! [...]

As reuniões nas associações são exigidas pelo próprio estatuto dessas instituições, e pelo sindicato rural, através do Conselho de Desenvolvimento Rural do município correntino, para haver um controle e parceria com esses órgãos nas questões de interesse dos agricultores. O Conselho de Desenvolvimento Rural das Correntes atua nesse município desde 2002 com apoio do sindicato rural e das associações, e arrecada dessas últimas instituições uma taxa mensal no valor R\$ 10,00. Já nas associações, por sua vez, são cobrados de cada um de seus associados e associadas, uma taxa que varia entre 3 a 4 reais de acordo o consenso de cada associação.

Os presidentes das associações são em sua grande maioria agricultores da comunidade; em raros casos, atualmente, podem ser agricultores com histórico ou pretensões de carreira política ao cargo de vereadores, em especial. São em sua maioria agricultores com nível escolar primário, ou no máximo com o Ensino Médio. Esses diretores, em sua grande maioria (mesmo que uns se sintam mais confortáveis do que outros para falar em público) são figuras carismáticas e de “boa vontade” para “correr atrás” dos “interesses da comunidade”. Apesar da função de diretor de uma associação poder representar status na comunidade, sendo isto mais reservado ao rito das reuniões nas associações e sindicatos, poucos ou raros são os agricultores e agricultoras associados que almejem ser diretores da associação. Geralmente os estatutos das associações de agricultores determinam que o presidente da associação seja escolhido entre os associados de suas respectivas entidades. Os mandatos têm duração de dois ou quatro anos, e o número de mandatos sequentes por pessoas podem variar em cada associação. As eleições para direção das associações compreendem uma chapa com presidente, secretários e tesoureiros. Em grande parte esse número de representantes se restringe ao “papel escrito”: onde geralmente estão à frente com o presidente apenas um(a) tesoureiro(a) e um(a) secretário(a). Em algumas associações o próprio presidente faz a coleta do dinheiro mensalmente pago pelos associados; em outros casos não são escritas atas durante as reuniões. Tratam-se de requisitos que vão depender do empenho e força representativa de cada comunidade na organização e comprometimento para com suas associações.

As eleições para a diretoria da associação não são permeadas por significativa concorrência ou disputa. Tenta-se previamente escolher em primeiro lugar alguém que concorde em participar como presidente da associação, e tempos depois é marcada a eleição que acontece durante uma das reuniões mensais. Em outros momentos, as reuniões podem ser

concebidas em reunião extraordinária seguindo a proposta parecida com as reuniões de rotina das associações. O voto é chamado de “voto simbólico”, onde através do ato em que cada um dos associados e associadas que têm a opção de levantar ou não uns dos braços para expressar, respectivamente, se estar de acordo com ou não com a escolha do candidato (e chapa). Tive a oportunidade de participar das eleições para presidente da Associação Comunitária do Sítio Lajes em que trago abaixo uma passagem retirada do diário de campo:

Hoje, dia 21 de junho, tive a oportunidade de participar da “reunião extraordinária” da Associação Comunitária do Sítio Lajes. Esta reunião aconteceu no terceiro domingo do mês de junho; a reunião mensal da associação ocorreria um domingo após este evento, o primeiro domingo de julho. O objetivo foi realizar a votação/eleição onde se concretizou a escolha, ou melhor, confirmou-se a aceitação do candidato a presidente previsto, diante as condições de chapa única.

.....
 O candidato à presidência da associação do Sítio Lajes, José Airton (chapa única) foi uns dos primeiros a chegar com Luís Barbosa, no pátio. Luís Barbosa, muito mais conhecido como Luisinho da Laje, estava no cargo de presidente pela terceira vez. O “candidato de chapa única”, Airton, compartilhou de brincadeiras com outros associados em torno da ausência de uma segunda chapa. Nisso conversas e brincadeiras foram expressas a todo o momento: “quantos bois serão matados na festa da posse, Airton?”; “olha que Zé Bil está dizendo que vai fazer oposição!”; “Airton, você não está sozinho na concorrência; Evaneide é chapa dois”. Enquanto isso, Maria José organizou a lista de presença da reunião e ata. Até esse momento tinha chegado apenas 6 mulheres e 2 homens associados. Havia muitas conversas paralelas, risos e as crianças corriam no pátio. Era visível a divisão entre grupos de mulheres e grupos de homens a conversarem intensamente. A prestação de contas também ocorria simultaneamente: o suposto futuro presidente, José Ailton, assumindo ainda seu papel de tesoureiro, recebia a taxa de contribuição dos associados; e carimbava as carteiras de cada um deles que estavam dispostas em uma pequena mesa. À medida que os demais homens e mulheres associados foram chegando, foram também assinando a lista de presença. Apenas um dos associados eu vi colocar a digital. Eu também assinei ambas folhas, lista de presença e ata, pois Maria José trouxe até a mim.

.....
 Luisinho, que tinha saído há uns 15 minutos, volta às 13h: 30min com uma extensão elétrica para complementar o equipamento de caixa de som e microfone. Deixei-me meio isolada para não perder detalhes importante daquele evento, pois quando eu me sentava próximo de algum associado(a), esse(a) queria “puxar conversa”. Já eram 13h: 40min, e todos estavam com certa preocupação com o relógio, pois o combinado era que todos estivessem presentes no local às 13h:00min. A pressa se dava, sobretudo, devido ao jogo de futebol previsto para o campo de futebol da comunidade bem próximo à sede da associação. O futebol é um esporte muito apreciado na Laje, tanto por homens quanto por mulheres.

.....
 Às 13h: 55min, começou a reunião extraordinária com a “fala” de Luisinho da laje. De modo breve Luisinho despediu-se de seu cargo com agradecimentos, e falou da importância e dificuldades incutidas no cargo de

presidente de uma associação de agricultores. Falou que dia 21 era o prazo máximo dado para a mudança da diretoria tendo que haver as eleições. A presença de todos, segundo Luís, era de fundamental importância para a confirmação daquele “ato democrático” e decisivo nas eleições para presidente da associação. Ele ressaltou ainda os casos de haver associações em que sucumbiram pelo fato de não mais existir quem tomasse a responsabilidade do cargo de presidente. E nisto, Luisinho o tempo todo usou a denominação de “votação simbólica” para aquele momento que seria importante todos confirmarem ou aceitarem a chapa única para a “manutenção da associação enquanto entidade perante os sindicatos e Estado”. Luís destacou também que a associação da Laje, juntamente com a associação do Sítio Boa Vista, formam as duas maiores associações no que remete número de associados, projeto aprovados e reconhecimento ou visita de “autoridades políticas”. Luisinho, enquanto presidente que se despedia de seu cargo neste momento, ainda falou da eficácia e importância da associação da Laje na vida daqueles agricultores e agricultoras. E falou, pondo a mão no ombro de José Airton, que “como de costume, a associação tinha um candidato “lajedence””.

.....

De forma simples e bem-humorada, Ailton falou de suas dificuldades em assumir a posição de presidente da associação, por ser “alguém tímido com o ato da fala”. Confessou que aceitou a candidatura por um pedido dos representantes e da comunidade; e que iria dar o seu melhor para o bom funcionamento da entidade. Por fim falou, que a princípio estaria sob orientação de Luís Barbosa para “aprender os macetes de como se dirigir uma associação”. Com isto houve a apresentação da chapa: Secretária, Elisete; Segundo secretário, Marciano (filho de Luís Barbosa); Tesoureiro, Maria José (Irmã de Lucas e Antônio); Vice Tesoureiro, Luís Barbosa. Houve mais três cargos de suplentes dos quais foram convidadas naquela oportunidade entre os associados e associadas que se voluntariaram. Totalizou-se um número de seis representantes.

E então veio a esperada hora da votação. O atual presidente avisou que era chegado o momento do voto ou votação simbólica: com os gestos de levantar o braço o associado diz que concorda ou vota na chapa; do contrário não executa o gesto. Ao realizar a votação todos os associados presentes levantaram o braço em gesto positivo à chapa única e com isso registrou-se uma votação em que houve 100% dos votos em favor. Havia presente 17 mulheres e 22 homens.

No final da reunião, o senhor Luís já tinha se despedido do seu cargo e com bom-humor pediu para o novo presidente eleito fazer “seu discurso de posse”. Na fala de José Ailton, confirmou que: “nunca tinha pensado em ser presidente”, “quanto mais gente, mais forte fica a associação” e “por falta de gente para seguir com a luta, eu fico”. E por fim fez todos os agradecimentos: a Luís, aos associados (e ao apoio unânime dos mesmos) e minha presença também. [...]

Segundo Comerford as *reuniões*⁶¹ assumem um caráter simbólico de *união*⁶² exaltada pelo grupo (COMERFORD, 1999: 72). Nas reuniões das associações era motivo de orgulho ter a “casa cheia”, numa referência às boas impressões causadas por atingir as expectativas

⁶¹ Grifo do autor.

⁶² Grifo do autor.

numéricas quanto à presença vantajosa dos associados. Tal fator adquiria um sentido positivo para o grupo internamente; e externamente, aos “visitantes”. O incentivo à presença contínua, em detrimento das faltas ou desistência de associados, era uma das pautas existentes no discurso dos presidentes das associações. Vejamos o caso retirado do diário de campo durante uma visita minha a associação do Sítio Balaio:

[...] às 14h: 55min o presidente da associação, o senhor Osmário iniciou sua “fala” tratando das pautas a serem frisadas na presente reunião. Dentre elas, houve informações correspondentes a secretaria de agricultura do município e o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA). Falou-se ainda do uso do trator pela comunidade através da parceria com o IPA e pela prefeitura local. Continuamente deu ênfase especial a questão do benefício da aposentadoria do agricultor onde as associações de agricultores passaram a ser fundamentais para a legitimação da profissão e conseqüentemente o mérito da aposentadoria.

Ainda na fala, o senhor Osmário tratou da importância de a associação crescer em número de associados. Falou que: “casa cheia” é atrativo inclusive aos políticos que veem a frequentar a associação interessados a grande quantidade de pessoas e com isso essas figuras políticas ficam mais visíveis e acessíveis para se fazer reivindicações mais diretas aos mesmos.
[...]

Comerford (1999), contudo, chama a atenção também para o lado, ora “igualitário”; ora firmemente “hierárquico” da reunião: expresso, principalmente, no ritual em que as categorias são representadas no grande grupo, a partir da lógica dos que falam em público e dos que são mais adaptados ao papel de ouvir. Ao mesmo tempo em que essa lógica é, em alguns momentos de descontração e festivos, por exemplo, pouco manifestada nesses eventuais momentos (COMERFORD, 1999: 57-58).

Sintetiza-se que as reuniões dos trabalhadores rurais se apresentam como formas de sociabilidade, forjadas nas relações de poder e/ou de pertencimento do grupo legitimada a partir dos interesses que se tem em comum. Como diz Comerford (1999: 47):

[...] as reuniões realizadas no âmbito de organizações de trabalhadores rurais têm como objetivo mostrar que para além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos de interesse dos membros das organizações, as reuniões podem ser vistas também como elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criaram um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes é membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar.

Partindo para os símbolos expressos nas falas e discurso presentes nos movimentos e no cotidiano dos agricultores, o termo “luta” traz consigo o sentido explicativo e condensador dos interesses e pertença desse mesmo grupo. Assim, o termo “luta” usado no cotidiano dos pequenos agricultores remete a uma noção de sofrimento e trabalho, tidos como valores representados no dia-a-dia dessas pessoas. E quando dirigido aos conflitos entre pequenos e grandes proprietários assume um significado de “uma palavra central nas narrativas desses conflitos, e aponta para enfrentamentos concretos e prolongados, com múltiplos “episódios”, alguns dos quais envolvendo violência física” (COMERFORD, 1999: 19) A ideia de “luta” é também apropriada pelo discurso do movimento sindical, como legitimação de uma categoria, a dos trabalhadores rurais, empenhados na busca e realizações de ações em benefício através de vias jurídicas e políticas em seu favor (COMERFORD, 1999: 20). Desse modo, as reuniões anunciam na fala desses atores sociais encontrados nas associações de agricultores que “a luta se faz melhor a partir da união de todos, para assim juntar forças e crescermos juntos, isso é que é progresso” ⁶³. Nas próprias denominações e/ou slogan oficiais das associações do Sítio Balaio e do Sítio Lajes, temos seus respectivos termos “unidos pelo progresso” (presente no nome registrado da entidade); e a “união faz a força” (escrito da frente da sede da associação).

4.5 Cotidiano e participação das mulheres agricultoras nas associações

A maior parte das posições nas diretorias das associações de agricultores do município das Correntes são ainda ocupadas por homens. Todavia a participação feminina nas associações tem grande representatividade, como também tem considerável peso na relação dessas mulheres na construção de suas respectivas autonomias. Nesse município, encontramos duas associações dirigidas por mulheres: a Associação Comunitária do Sítio Pau Amarelo (dirigida por Givanilda Ferro) e a Associação Comunitária de Poço Comprido Mães Dona Mariquinha (dirigida por Cleuza Ferreira). Em muitas outras associações, as mulheres assumem funções como tesoureiras e secretarias. Durante as reuniões nas associações, por exemplo, são as mulheres que assumem o papel da escrita e leitura da ata; assim como o controle e cobrança das contribuições mensais por parte dos associados. A função mais “pública”, digamos, vista a partir da função de um presidente da associação, ainda é mais resignada aos homens.

⁶³ Fala de ex-presidente Pedro Avelino da Associação Comunitária do Sítio São João durante reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais das Correntes.

Durante toda a pesquisa realizada nas duas associações, Lajes e Balaio, observamos que as mulheres representam praticamente a metade do número de participantes durante as reuniões. Por outro lado, o número de mulheres registradas como associadas em cada uma das duas entidades é maior que o número de homens. Entretanto, o número de faltas entre as mulheres durante as reuniões é maior que a dos homens; fazendo-se supor que o número de mulheres associadas é ligeiramente menor que o número de homens associados⁶⁴.

Na distribuição das pessoas no espaço físico das associações, há uma visível divisão entre homens e mulheres, como já discutido. As mulheres, geralmente, sentam-se nos lugares distribuídos mais a frente, próximos às mesas e representantes, durante as reuniões⁶⁵. São também as mulheres que limpam, organizam o local antes e após as reuniões; além de servirem os lanches ao final de cada reunião.

No cotidiano, o trabalho doméstico ainda é mais executado pelas mulheres. Pois, elas falam do desafio que é cuidar de filhos, idosos e animais pequenos, entre outras atividades caseiras. No cotidiano da casa, ainda é muito forte esse tipo de “divisão natural e/ou biológica” do trabalho; permanecendo o trabalho caseiro, ou melhor, a função da mulher (como mãe, esposa ou filha) como um tipo de trabalho hierarquicamente “invisível”, o trabalho doméstico (HIRATA; KERGAT, 2007). Sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar consideremos os reforços de Heredia (1979: 26) a seguir:

A concepção do que se define como *trabalho*⁶⁶ permitiu-nos compreender e dar sentido a divisão das tarefas por sexo e, em resumo, levou-nos a compreender a oposição masculino-feminino. Esta oposição vai além de uma simples divisão de tarefas, expressando-se em outra oposição que é *casarocado*. Esta última é que define efetivamente as esferas do que é *trabalho* e do que não é *trabalho*. A partir dessa oposição, articulam-se e se reforçam os papéis que cabem aos membros do grupo, expressando, em essência, as esferas de autoridade. Também a partir daí, os bens e outros objetos reconhecidos socialmente são classificados como femininos ou masculinos e, por conseguinte, também são hierarquizados.

No que remete às atividades dessas mulheres no processo de agricultura familiar, além das tarefas da casa são comuns suas respectivas participações na colheita e plantio da lavoura, cultivo de hortas, criação de aves, porcos e ovelhas. Mesmo as mulheres que hoje estão

⁶⁴ Durante todas as visitas realizadas por mim às reuniões das duas associações do Sítio Lajes e do Sítio Balaio, o número de homens presentes era pouco maior que o número de mulheres. A partir dos meus registros de diário de campo, era uma diferença de três a quatro homens a mais, por reunião, em comparação ao número de mulheres.

⁶⁵ Ver Anexo A: Imagem 10.

⁶⁶ A categoria *trabalho* na análise feita por Heredia, envolvendo as atividades e convivências na esfera da agricultura familiar, abarca somente alguns tipos particulares de atividades. Nesse caso tem uma relação mais direta com as atividades ligadas a produção e/ou atividades externas no tocante do cotidiano doméstico familiar (HEREDIA, 1979: 25-26).

trabalhando na cidade (como professoras ou empregadas domésticas, por exemplo), sejam elas esposas ou filhas, ainda participam ativamente nesse contexto de divisão sexual do trabalho. Raras são as exceções de mulheres que lidam com o gado bovino ou preparação da terra para plantio. Segundo Silva e Portela, nesta divisão sexual de atividades, as mulheres terminam por ficar com as atividades reprodutivas; enquanto os homens ficam com as atividades produtivas (SILVA; PORTELA, 2010). E com isto, o domínio e autoridade da renda e da propriedade ficam nas mãos dos homens, tidos como chefes de família. Retirando o direito de rendimento do trabalho da mulher, “[...] com isso, afeta diretamente a sua possibilidade de autonomia, seja porque permite ao homem uma liberdade que só existe à custa da privação feminina” (SILVA; PORTELA, 2010: 140).

A participação e inserção cada vez maior das mulheres em programas sociais e políticas públicas; junto com a participação em associações/sindicatos de agricultores proporcionou melhores condições de autonomia das mulheres. Segundo Cordeiro, o termo “empoderamento” ganha vida a partir dos movimentos feministas, sendo entre as décadas de 1970 e 1980 que passa a ser tratado como um conceito em linguagem teórica (CORDEIRO, 2006). Assim como Almeida (2011), Cordeiro tenta se utilizar do conceito de empoderamento distante de “um processo linear”, estabelecendo-se uma relação que se dar em níveis locais e em conjunturas históricas. Como também abrangendo relações de poder e gênero para além do espaço público, incluindo igualmente a esfera privada. Parafraseando a autora temos (CORDEIRO, 2006: 152).

Na atualidade, as lutas das trabalhadoras rurais vão além do acesso formal a direitos sociais, políticos e civis e incluem aspectos como a auto-estima, os aprendizados pessoais e políticos, a capacidade de realização e a aposta na ação coletiva como estratégia de reinvenção da vida e das relações sociais.

Um interessante cenário de direitos de participação e autonomia em dimensões públicas são as associações de agricultores. É crescente o número de mulheres (esposas ou filhas do casal) que participam nesses órgãos. Muitas mulheres, entre elas jovens solteiras que moram na casa dos pais, afirmam que assumem a posição de associadas pelo fato de os pais ou maridos “não se importarem muito com as coisas burocráticas” já que não são tão práticas quanto as suas atividades da roça. Logo, as mulheres “vão tomando de conta” de certos elementos administrativos/financeiros no lar.

Nesses ambientes há também a participação de mulheres em programas periódicos de minicursos de corte-e-costura, e artesanato, por exemplo, onde se desenvolve um ambiente de interação e afinidades para essas mulheres. Agricultoras que saíam de casa e dos afazeres para

um ambiente socialmente oportuno e de conhecimentos e oportunidades novos. Nessas circunstâncias é estimulada a autonomia e cidadania nessas mulheres, perpassando-se todo um contexto de empoderamento que abre as portas do lar, numa espécie de corredor entre a casa a rua e à comunidade. Perpassando neste corredor afinidades, autonomia, autoestima e liberdade.

5 POLÍTICA LOCAL E REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS NAS ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES

5.1 O clientelismo nas relações sociopolíticas

As relações entre o poder local e as associações de agricultores, revelam práticas comuns ao clientelismo caracterizando-se pela “distribuição de cargos oficiais, sobre a concessão de proteção e outros favores, em troca de lealdade política e pessoal” (PASE; MÜLLER; MORAIS, 2012:186). Para Leal (1997), o clientelismo surge no Brasil como resultado das relações de dependência dos camponeses apoiadas no domínio dos posseiros de grandes extensões de terras, os “coronéis”. Conforme o mesmo autor, com os abalos nas bases do poder dos grandes proprietários rurais e com a desarticulação do poder público, o coronelismo ganha força em esfera municipal (LEAL, 1997). O golpe final nos alicerces desse tipo de poder privado se dar com o processo de fortificação do Estado.

Nisso, Leal (1997) defende que o “coronelismo” é na verdade o decaimento do poderio dos grandes proprietários de terra, presente em municípios interioranos; e não o ápice do domínio desse grupo. A relação desses latifundiários com o Estado se dar a partir do apoio político e troca de favores entre os mesmos, que resultou numa tentativa de continuidade do poder privado local representada pelos “coronéis”. Por sua vez, os proprietários de grandes extensões de terras manifestam sua vitalidade por meio do sacrifício da autonomia municipal, da qual, eles mesmos se alimentaram, para permanecerem com boa parte de seus privilégios políticos sociais (LEAL, 1997: 78). Essa parceria empreendida entre o poder privado (coronéis) com o poder público (Estado) desembocou no processo de fortificação desse último. Ainda segundo Leal (1997), o contexto histórico social do “coronelismo” foi também um processo marcado pela elevação dos centros urbanos e do surgimento de um eminente eleitorado nesse mesmo espaço, resultante na quebra do isolamento da população rural através dos meios de comunicação. Somados, esses fatores impulsionaram novos comportamentos políticos que foram ofuscando as práticas políticas/eleitorais ditas coronelistas (LEAL, 1997).

O conceito de clientelismo, conforme Avelino Filho (1994) é inicialmente utilizado pela Antropologia, e somente entre as décadas de 1950 e 1960, passa a ser de interesse também da Ciência Política. A partir dessa apropriação do conceito de clientelismo por parte da Ciência Política, surgem pertinentes desafios metodológicos considerando que na Antropologia esse conceito era visto em meio a estudos de caso, envolvendo elementos como questões de reciprocidade e afabilidade, por exemplo. Por esse lado, a Ciência Política

legítima o conceito de clientelismo partindo de uma perspectiva metodológica que se apoia nas generalizações, tendo o clientelismo como manifestação do sistema político de forma integral (AVELINO FILHO, 1994: 226). Por clientelismo Carvalho (1997: 03) entende que:

De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.

Percebe-se que o clientelismo em sua forma mais comum, procede de relações sociais de reciprocidade caracterizada pela disparidade das partes envolvidas no intercâmbio de favores. Logo, os recursos estão nas mãos de um grupo menor seguido de uma maioria que vive sob condições de dependência para com o primeiro. Bourdieu (2003), em sua análise sobre o campo político⁶⁷, defende que as relações voltadas para a esfera política são orientadas pela regra do consumo dos bens oferecidos. A lógica do campo político se dar através da relação entre dois grupos: um representado pelos sujeitos envolvidos na disputa política; e o outro grupo, bem mais amplo, representado pelo restante da população, os fregueses. Nessa conexão não há uma distribuição igualitária dos adornos simbólicos e materiais específicos a um grupo dominante, que se apropria dos bens políticos (BOURDIEU, 2003). De acordo com Bourdieu (2003: 166) a competição no campo político acontece da seguinte forma:

[...] o acesso às escolhas entre produtos políticos oferecidos, estão acrescidos dos efeitos da lógica oligopolística que rege a oferta dos produtos. Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controlados elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão mais condenados à *fidelidade* indiscutida às marcas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos; o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres.

A restrição do número de detentores dos meios de produção no campo político é mencionada constantemente por Bourdieu. Requer-se do indivíduo, apto na disputa política, toda uma soma de apetrechos específicos que vão desde uma retórica competente à expectativa dos consumidores desses bens políticos, como também dados econômicos expressivos. Esses são protótipos relevantes de como se comportar diante a concorrência entre os profissionais detentores do poder político. É através dessa competição que os profissionais

⁶⁷ O conceito de campo para Bourdieu está relacionado às instâncias sociais onde são produzidas as relações de poder orientadas de acordo as divergentes posições e perfis sociais dos indivíduos.

políticos, como negociadores de *serviços públicos*⁶⁸, incorporam uma amarra de afinidades com seus *clientes*⁶⁹ (BOURDIEU, 2003: 177). Bourdieu (2003: 177) completa dizendo que esses profissionais:

[...] servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida), se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exacto quanto mais exacta é a coincidência da sua posição a estrutura do campo social.

Demonstra-se ainda que, dependendo da amplitude da disputa entre os grupos de interesses no jogo político, é que se estabelece o perfil das relações imerso nessa concorrência. Nessa trama o capital político compreende as táticas e atributos individuais que giram em torno da credibilidade focalizada no princípio de fazer valer o enunciado. Outros elementos são representados pelo valor da autoridade através do carisma - o capital pessoal é assim também referido, e longamente projetado na figura profissional política que é representada sinteticamente como capital simbólico, desenvolvido pelos profissionais e direcionado a seus fregueses.

5.2 Política local: discutindo a reciprocidade no tempo da política

Nas reflexões sobre a reciprocidade são clássicas as referências feitas a partir da noção de *dádiva*⁷⁰, principalmente fundamentadas a partir de Mauss (2003). Conforme Martins (2005), Mauss teria sido “o principal sistematizador da teoria da dádiva, que vem sendo resgatada como um modelo interpretativo de grande atualidade para se pensar os fundamentos da solidariedade e da aliança nas sociedades contemporâneas” (MARTINS, 2005: 45).

Mauss (2003) adota como princípios cruciais o intercâmbio e a dádiva como elementos determinantes na compreensão das relações sociais, independentemente do nível de complexidade e/ou temporalidade da sociedade posta em análise. Mauss (2003), referindo-se a Durkheim, defende a perspectiva sociológica das representações coletivas como instâncias inconscientes e autônomas para os próprios sujeitos sociais que as produzem. A *dádiva*, segundo Mauss, manifesta-se a partir do princípio em que “não são os indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente” (MAUSS, 2003: 190). Atualmente as contribuições de Mauss são contundentes no estudo do conceito de *dádiva* na literatura

⁶⁸ Grifo do autor.

⁶⁹ Grifo do autor.

⁷⁰ Grifo nosso.

voltada para o exercício social da *retribuição*. É traçada uma espécie de ética da *retribuição* sob a forma do contrato moral obrigatório entre os pares.

Para Sabourin (2011: 25), Mauss compreende a *dádiva* como uma lógica de entendimento da constituição das relações sociais, contudo não se empenha em tentar dar uma definição da ideia de reciprocidade. Mauss (2003), a partir do resgate que faz à noção de *dádiva* em meio às sociedades primitivas, demonstra a introdução de valores humanos como honra e gratidão que não constam na simples prática da troca. A reciprocidade seria então um elemento instantâneo na compreensão e manifestação da *dádiva* tanto quanto fenômeno social. Conforme Villela (2001), a teoria da reciprocidade representada por Mauss, principalmente, é presa a uma percepção homeostática e consciente dos fenômenos da troca, restringindo-se a noções de “*dar*” e “*retribuir*” seguindo uma interpretação homogênea e universal nas relações sociais e entre grupos.

Ainda sobre a definição da noção de reciprocidade temos então um sistema em que há relações sociais marcadas por estruturas binárias e ternárias⁷¹, motivadas em sentidos de obrigatoriedades materiais e/ou simbólicas. A reciprocidade, condicionada a partir das estruturas binárias/ternária assimétricas, estabelecem relações de dependência e sujeição entre os indivíduos (SABOURIN, 2011: 124-125). O clientelismo está presente nas relações sociopolíticas, como vimos, e assume um caráter assimétrico entre pessoas/grupos, onde se constitui uma divisão desigual entre os que possuem os bens demandados na relação da troca pelos que se postam como submetidos e dependentes. Como é sabido, a reciprocidade é um elemento indissociável no pleito das afinidades sociais cotidianas de todas as sociedades. Esta reflexão é útil para a análise das campanhas eleitorais que revelam, na verdade, as experiências no campo das afinidades “como algo externo e temporário, mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é, de trocas pessoais, em especial da troca de favores” (PALMEIRA e HEREDIA, 2010: 127).

Numa interseção entre a ideia de reciprocidade, *dádiva* e clientelismo, encontramos constantemente análises e evidências que identificam relações que remetem a lealdade, dependência e obrigações no âmbito social das afinidades sociopolíticas. A eficácia ou rompimento no tocante dessas relações é o que torna complexa a compreensão desses tipos de relações sociais. Para Villela (2004: 271) a obrigação da retribuição pode ser concebida de forma inesperada com a falha de uma das partes. Ainda segundo Villela (2004) no caso das

⁷¹ Sabourin afirma que a noção de reciprocidade é mais complexa que a troca. A reciprocidade é, por sua vez, marcada por estruturas binária e ternária; correspondentes, respectivamente, as relações diretas entre duas pessoas ou dois grupos; e as relações indiretas em que não se limita a duas pessoas ou dois grupos, e sim a partir de uma rede ampla e sem encerramento (SABOURIN, 2011: 31).

relações entre eleitor e candidato forjada pelo uso do dinheiro enquanto moeda utilizada para obtenção do voto, é comum que o resultado dessas relações seja de curta duração.

O sentido da política local é inúmeras vezes usado na assimilação do retrato das eleições em pequenos municípios do interior. Com isso, as relações sociais e políticas nesses municípios têm fortes tradições herdadas desde o período colonial e princípios do governo republicano. A política local foi instituída a partir da “municipalização” do poder público que inicialmente se organiza a partir das trocas de favores entre o Estado e os “coronéis” (LEAL, 1997). As afinidades sociopolíticas próprias do contexto da política local, é na verdade uma expressão das práticas clientelistas particulares nos municípios interioranos. Tal realidade é expressa nas disputas entre as facções políticas locais; e as relações clientelistas de dependência e submissão de um determinado grupo aos que são fortemente ligados à “máquina” administrativa local, representada pelos recursos públicos e pelos laços político-partidários.

As eleições nos pequenos municípios interioranos são fortemente marcadas pelo uso do dinheiro para aquisição de recursos ou simplesmente como moeda para se estabelecer “obrigações” entre eleitor e candidato a cargos políticos na obtenção de votos pelos últimos. No município das Correntes, constatou-se que o dinheiro (em sua forma monetária), é entendido pelos atores sociais do campo como uma espécie de “carta na manga”; ora entendido como uma prática “indecente”, um “golpe sujo”; ora torna-se “indispensável” em um determinado momento estratégico das campanhas eleitoras. No final, a retribuição por parte do eleitor em função do “dinheiro vivo” ofertado pelo candidato ao cargo político, dependerá do “caráter” e “compromisso” da pessoa que recebe o benefício (dinheiro). A “consciência” do eleitor é o que determina o resultado da retribuição esperada por quem fez a concessão do benefício. Outra negatividade atribuída à troca do voto por “dinheiro vivo” estaria no fato de as relações serem diretas e renderem até o momento final da transação (VILLELA, 2004). Dito isso, após execução do voto as supostas obrigações entre candidato e eleitor são quitadas e postas em esquecido como uma mera transação de mercadorias.

Vejamos a seguir a fala da senhora Janíce, integrante da Associação Comunitária do Sítio Lajes:

Eu não sou desses eleitores vira-lata não, que vendem o voto por qualquer cem ou duzentos reais. Vem o político, desliza a nota do próprio bolso para o cidadão e depois esse último vota nele. E depois disso acabou-se. Vá lá essa mesma pessoa que vendeu o voto precisando de alguma coisa no gabinete ou na porta da casa desse vereador ou prefeito, depois que ele ganhar as eleições, que ele pode dizer o seguinte: - não, eu já dei o “seu” e você pegou

porque quis, só votava em mim pelo dinheiro, agora já foi, você já recebeu o “seu”. E ainda tem gente, né, que pega dinheiro de mais de um candidato; ou tem gente que recebe um favor grande de um, e depois outro favor grande de outro candidato.... Aí, você me diz: - Em quem afinal uma pessoa dessa vota? Se político sicrano me der uma ajuda (que nem já aconteceu de eu ter meu barreirinho feito para dar água para os bichos com a ajuda de um candidato a vereador) daí quando chegar outro camarada pedindo voto a pessoa tem é que ser franca e dizer a verdade: -Olhe, meu voto é de sicrano que ele me fez isso e aquilo e o senhor ou senhora me desculpe, mas o que é certo é certo, né. E muitas vezes o candidato numa situação dessa não fica nem com raiva, porque feio mesmo é mentir, é não ter consciência para pensar mais tarde.

Segundo Villela (2004), a prática de compra e venda dos votos durante as campanhas eleitorais têm suas vantagens e desvantagens para os candidatos aos cargos políticos. Entende-se que os gastos e esforços para “conquistar” esse tipo de voto são menores devido sua total impermanência nas relações sociais eleitor/candidato (VILLELA, 2004: 274). Contudo, essa falsa vinculação, por sua vez, é o risco que se corre até o dia das eleições. Para os candidatos, nesses tipos de afinidade não perene, o risco de ser “traído” é fato; e a persistente cobrança, ou até mesmo coação são algumas maneiras de tentar evitar o prejuízo proveniente desse tipo de eleitor “sem compromisso” (VILLELA, 2004).

Essas relações transparecem em conversas comuns entre membros participantes de uma reunião na associação do Sítio Balaio conforme registrei no diário de campo:

[...] A reunião já tinha chegado ao fim, e todos já tinham lanchado e preparavam-se para ir embora do local. O prefeito Edimilson da Bahia já tinha ido embora com seus assessores e pré-candidatos aos cargos de vereadores. Havia ficado ainda o vereador Manoel Valentino que já estava prestes a se despedir de todos. Naquele momento vi que já eram 16h: 40min, e todos se organizavam para irem embora. Eu fui logo procurar companhia para voltar para casa, especificamente durante o trajeto desde o decorrer do percurso da sede da associação até a encruzilhada com o Sítio Cavaleiro próximo a cidade das Correntes. Eu ainda pouco experiente com a moto, busquei segurança nas pessoas que se deslocavam de suas casas até a associação de moto, e que também passavam pelo mesmo percurso, com suas ladeiras acidentadas e repleta de pedras e areias que me aterrorizavam quando o assunto era se locomover em “cima de duas rodas”. Quando encontrei os senhores Cícero e Aluísio, e a esposa desse último, Joana, que na última reunião foram minhas companhias no trajeto de volta para casa, fui logo me aproximando. Eles estavam observando os pneus carecas da moto de Cícero, que estavam de fato um risco a segurança. A questão era que Cícero queria pedir os pneus a algum “político”, alegando que estava sem condições de comprar e disse estar diante de uma oportunidade, aludindo o fato do vereador Manoel estar presente naquele momento, mas que segundo ele, “não gostava de estar pedindo as coisas a ninguém”. Aluísio orientou Cícero pedir ao vereador José Alceu, pois esse último daria os dois pneus com mais garantia. Ao mesmo tempo confirmou que Manoel teria grandes

chances de conceber ao pedido e aconselhou Cícero que não perdesse a oportunidade que ele estaria a pedir; e não a roubar. Nesse momento, em que estávamos há uns cinco metros à frente da porta da sede da associação, o vereador Manoel chegou até a porta, despediu-se dos que estavam ali próximo; e nisso, foi o momento em que Cícero teve coragem de chama-lo até onde estávamos. Quando Manoel veio até onde estávamos, Aluísio disse: “veja seu Manoel, esses pneus estão um perigo, não estão?!...” E Cícero de imediato falou: “será que o senhor pode me ajudar com esses pneus?”. O vereador sem “muito arrodeio” disse que às nove horas da manhã da terça-feira ele estaria no Fórum em Correntes e que Cícero aparecesse lá que já acertaria em qual oficina seria realizado a troca dos pneus. Entretanto, Manoel chamou a atenção de Cícero dizendo que estava ajudando e com isso chegaria o momento certo de a ajuda ser retribuída, e em tom de brincadeira falou que Aluísio, joana e eu estaríamos de prova desse ato que selava uma obrigação. Manoel falou olhando bem nos olhos de Cícero, e esse com entusiasmo o agradeceu e se comprometeu a reconhecer a “ajuda”. Manoel tinha dito mais ou menos que “a gente ajuda com prazer, não que seja obrigando a pessoa a votar na gente; mas da mesma forma que é bom ser ajudado, é ajudar quem nos ajudou”. E com isto se despediu da gente, afirmou está atrasado para participar de um campeonato de futebol no Campo da Correntina, principal campo de futebol do município das Correntes [...].⁷²

Vejamos que tanto o benefício concedido ao eleitor, como também a “escolha” desse em votar no candidato que fez a concessão do favor, são identificados como “ajuda”⁷³. A “ajuda” é uma espécie de moeda de troca (favor trocado) e, simultaneamente, a criação de vínculo, mesmo que esse não seja perene. Em muitos momentos no decorrer da pesquisa, foram identificados, em especial nas falas de representantes políticos, a ideia de que o voto é mais uma “ajuda” que necessariamente o resultado da propaganda eleitoral ou marketing político. Uma ajuda de parentes, dos amigos e também daqueles a quem se vez ou se prometeu “ajudar”. A “ajuda” é antes de tudo o que em prática orienta a “escolha” do voto.

Sabendo que o voto fez parte do contexto das relações de mando dos grandes proprietários rurais, forjados no assistencialismo entre esses para com as classes carentes do campo, tal processo resultou num eleitorado que em prática não expressava suas pretensões no ato de votar (GOLDMEN; SANT’ANA, 1996). Segundo Goldman e Sant’Ana, a racionalidade e esclarecimento foram elementos distantes para as classes populares do Brasil no período mais identificado como coronelismo (GOLDMEN; SANT’ANA, 1996: 16).

⁷² Retirado do diário de campo: dados referente à reunião da Associação Comunitária Unidos Pelos Progresso do Sítio Balaio no dia 13 de março de 2016, onde ocorreu a participação do prefeito do município das Correntes, Edimilson da Baía de Lima Gomes, e seu grupo político representado, em grande parte, pelos “pré-candidatos” a vereadores das eleições municipais nesse mesmo ano.

⁷³ A “ajuda” identificada como elemento no âmbito das afinidades políticas, tem mesmo sentido que o “favor” ou “benefício”. E tem papel importante no contexto das relações de trocas e reciprocidade entre eleitor e “políticos” (HEREDIA, 1996).

As relações entre a política local e a distribuição de bens e favores, permanecem relevantes para compreender a vida social, como demonstra a pesquisa realizada para esta dissertação. É importante indagar: até que ponto o voto continua a ter o sentido de troca entre candidato e eleitor? Que tipo de racionalidade orienta a escolha sobre em quem votar? É difícil negar completamente elementos como racionalidade e esclarecimento por parte dos eleitores, mesmo quando o favor permanece a influir fortemente na “escolha” do candidato a quem se dirige o voto. Do mesmo modo, fica claro que em algumas situações em que o eleitor sela um “compromisso” com um dado candidato devido à concessão de emprego ou cargo público, uma espécie de freio compromete sua escolha na hora de votar.

Vejamos o depoimento de Eleonora⁷⁴:

O fato de eu ser professora contratada me impede de exercer minha liberdade de expressão, sabe. Por um lado, estou satisfeita em poder ter meu salário e ajudar meus pais que são agricultores e vivem em dois hectares e meio de terra para trabalharem. Eu preciso do emprego, é fato. E quem não precisa de dinheiro para sobreviver? Daí, quando diz que o prefeito vai fazer a inauguração seja lá do que for, nós professores contratados somos intimados a ir... E durante as eleições tem que ir aos comícios, passeatas, essa coisa toda, para provar que estar com o prefeito. E isso é a realidade de todo município. Essa é a nossa democracia: todo mundo sabe que o favor em troca do voto não é certo. E também o fato de eu não poder me manifestar contra o governo municipal para não perder meu emprego compromete minha liberdade de expressão. Mas política nesse país é assim mesmo. E ninguém vai se meter a besta em tentar mudar porque é assim que funciona: os políticos são corruptos e a população abaixa a cabeça porque a gente não tem escolha não. A gente tem as necessidades e só.

O que outrora poderia ser concebido como uma espécie de “irracionalidade eleitoral” mostra-se aqui como expressão de um conjunto de discursos e pensamentos ambíguos, experimentados pelos interlocutores quando pensado, por exemplo, a definição e sentidos dado à política. Para a grande maioria dos interlocutores entrevistados no decorrer da pesquisa, a ideia de política foi explicada ora como uma prática administrativa resignada ao Estado; ora representava as disputas político-partidárias. Nisso, seguiam-se as explicações de que o Estado enquanto instituição política está para atender a população, através dos setores como saúde, educação, infraestrutura, entre outras funções. Existe um discurso tido pelos próprios interlocutores como idealista na alegação de que a política é uma instituição consagrada ao desenvolvimento e bom funcionamento das sociedades; em contrapartida sua prática é exercida por “pessoas corruptas” que camufla o verdadeiro sentido da política. Em outros momentos a política foi, em sua essência, identificada como uma prática humanamente

⁷⁴ A entrevistada é professora e filha de agricultores do Sítio Lajes.

corrupta e pervertida por um grupo de pessoas ambiciosas, em uns país expressivamente corruptível. Na premissa de que: “ruim com a política, pior sem ela”, o comportamento político é orientado pela conduta de que “a escolha consciente” é reconhecer o candidato que de fato “ajudou” na hora da precisão ou que cumpriu com a promessa dita.

Como afirmam os autores Goldmen e Sant’Ana (1996: 16):

Vota-se, pois, em um ou alguns atributos do candidato, ainda que se reconheça a existência de outros, muitas vezes, aparentemente contraditórios com aqueles que se privilegiou. Mais uma vez, a hierarquização destes aspectos é um processo complexo e dinâmico efetuado sob a influência de múltiplas variáveis. Este ponto talvez possa esclarecer parcialmente o conhecido tema do candidato que “rouba mas faz”; é possível igualmente não escolhê-lo porque “rouba”; e é possível, enfim, oscilar continuamente entre as duas alternativas.

A função do partido político para alguns dos próprios representantes políticos,⁷⁵ é entendida apenas como um processo normativo para participar como candidato/político e buscar apoio com os mesmos fins. Seus princípios ideológicos partidários são esquecidos na grande maioria das vezes. Assim, os eleitores tomam os partidos políticos como grupos nos quais se apoiam e que coexistem no processo das disputas eleitorais. É interessante enfatizar que foi muito frequente a distinção do Partido dos Trabalhadores (PT) pelos atores sociais do campo como um partido representado na pessoa do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula); posteriormente sucedido pela presidenta eleita Dilma Rousseff que são exemplos de “políticos que ajudam os mais pobres”. Assim como, há também “prefeitos que são pelos ricos, e prefeitos que são pelos mais pobres”.

Acompanhando as associações de agricultores do Sítio Lajes e do Sítio Balaio, foi possível identificar a participação dos “políticos”, principalmente, nas reuniões e eventos festivos. As “visitas dos políticos” às associações/comunidades resultaram (e resultam) em condutas e comportamentos por partes dos agricultores e agricultoras que variavam desde a reprovação da “política” e dos “políticos”; ao consentimento de práticas clientelistas entre “eleitores” e “políticos”, como veremos com mais detalhe ainda neste capítulo.

5.3 Escolhas eleitorais e conduta política entre homens e mulheres

A partir de informações obtidas de mulheres agricultoras (donas de casas e filhas solteiras que ainda moram com os pais), percebe-se que a escolha dos candidatos nos quais os

⁷⁵ No caso desse momento da pesquisa houve mais conversas com vereadores.

membros do grupo doméstico optam em votar, podem ou não partir da influência do “chefe da casa”. Essa condição tem forte relação com a participação dessas mulheres na renda da casa. Assim muitas decisões dependem da autonomia das mulheres nos domínios do lar, levando em consideração o peso de “quem bota comida dentro de casa”. No consenso familiar para escolha de “seus” candidatos é muito pertinente a relação entre um ou mais integrante (s) do âmbito doméstico para com “candidato (s) que ajudou a família”. Vejamos o caso de Dona Eliete da associação do Sítio Balaio:

A gente sabe que só o trabalho da roça não é suficiente para a gente que tem 1 ou 2 hectares de terra, ou até para quem tem mais que isso. Eu sou franca em dizer que eu, meu marido e os meus dois filhos que ainda moram com a gente, votam no Edimilson porque graças a Deus primeiramente, e segundo ao prefeito Edimilson, minha filha está empregada como professora de uma escolinha de criança em Correntes. E minha filha e eu convencemos meu marido a votar em Edmilson quando ele se candidatar a prefeito novamente, porque meu marido não simpatizava com ele não. Minha filha que está empregada agora votou em Edimilson na última eleição, mas sem dizer ao homem (o meu marido), se não ele era capaz de se intrigar da menina. E hoje graças a Edimilson, nossa filha está ajudando muito aqui com as despesas em casa.

Observemos também o caso de Seu Irineu da associação do Sítio Balaio:

Nós aqui em casa dividimos os votos. E por causa disso não existe briga não. A mulher votou em Junior Lúcio na outra eleição para prefeito porque ele arranhou um emprego para ela de merendeira numa creche no povoado de Poço Comprido. E meu filho votou no Junior também. A minha mulher está certa, eu nem reclamo com ela e nem em com nosso filho. Agora eu sou com Edimilson. Olhe, aquele homem me fez um favor muito grande. Se não fosse ele eu não tinha operado minha perna de uma queda que eu sofri de um cavalo tangendo boi bravo com meu vizinho.

Vemos aqui que além do consenso do voto entre os familiares, pode haver também a “divisão” dos votos da família a partir de uma combinação, onde o acordo prevalece com fins de atender as “obrigações de votos” para com um ou mais candidatos que prestaram algum tipo de favor, a um ou mais dos integrantes do lar. Ou mesmo, que gerou simpatia, diante da infundável trama de afinidades criadas entre eleitor-candidato.

Heredia, em pesquisa realizada com camponeses em municípios da zona canavieira e sertão de Pernambuco e no Rio Grande do Sul, faz menção de que, do mesmo modo que o trabalho na roça é representado como masculino, a política é também masculina (HEREDIA, 1996). Não que a mulher seja isenta nas atividades roceiras, assim como entre as mulheres (embora de forma mais discretas) também se fala de política cotidianamente (HEREDIA,

1996: 60-61). Contudo, segundo a autora, são os homens na grande maioria dos casos que abraçam os assuntos sobre política e tomam as decisões sobre em quais candidatos a família irá votar. Nessas condições, enfatiza-se o fato de os homens representarem o que se entende por trabalho produtivo e de sustento da família e figura dominante na hierarquia familiar; salvos casos em que as mulheres são viúvas, e/ou que não tenham filhos com idade suficiente para substituir o pai (HEREDIA, 1996: 60). Retoma-se nesse sentido a ideia de “ajuda”, mencionada no terceiro capítulo, que diz respeito ao trabalho feminino. Todavia, não raros os casos, o limite de reconhecimento da força de trabalho feminina entre essas famílias extrapola o sentido de “ajuda feminina” quando maior parte da renda da casa é da responsabilidade da mulher.

O termo "ajuda", toma significados e implicações diferentes no âmbito das relações de trocas/reciprocidade. Conforme Heredia, “esse termo designa tanto um bem ou um favor vindo de um candidato político ou de alguém influente, quanto o trabalho realizado pela mulher ou pelos filhos no roçado da família e a ajuda de vizinhos ou parentes” (HEREDIA, 1996:63-64). Heredia argumenta que no caso da “ajuda” proveniente de políticos, embora prevaleça o atributo da reciprocidade, o mesmo não se aplica a esse tipo de troca nas relações entre iguais; a troca entre políticos não são produtos/favores de mesma natureza como é o caso da “ajuda” no seio doméstico e entre parentes e vizinhos (HEREDIA, 1996). Nesse último caso prevalecem “relações entre parceiros como relação entre iguais que trocam bens do mesmo tipo” (HEREDIA, 1996: 64).

Durante a pesquisa observou-se que mesmo sendo expressiva a participação das mulheres nas decisões políticas, ainda pesa a forte apropriação masculina nos assuntos e discussões políticas. Os homens são mais “afoitos” nas rodas de conversas e no cotidiano em geral quando o assunto é política. Nas associações, por exemplo, é comum antes das reuniões os homens se concentrarem em um lado mais ao fundo do pátio para conversarem afiados sobre política e sobre os políticos. Por seu lado, as mulheres falavam em tom mais discreto quando o assunto era política; na maioria dos casos conversavam sobre os filhos ou as tarefas domésticas, entre outros assuntos pertinentes.

5.4 A política local e as associações como palco das disputas políticas

Nas eleições municipais do ano de 2012 o candidato Edimilson da Bahia de Lima Gomes do Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi eleito prefeito do município das Correntes com 4.621 votos (50,01%) contra Nivaldo Lúcio Júnior, do Partido da República (PR) com

4.620 (49, 99%) votos. Esse episódio é constantemente mencionado pela famosa “diferença de um voto”, retratando uma calorosa disputa entre essas duas facções políticas que pela terceira vez enfrentaram-se na disputa pela administração do município das Correntes. Após as eleições municipais de 2008, o sindicato rural do município retirou o seu apoio ao principal candidato de oposição ao governo municipal, Edimilson da Bahia e fez “uma boa parceria” com a gestão municipal da época representada por Júnior Lúcio, como é mais conhecido.

Entretanto, no município das Correntes ainda persistem expressivas diferenças políticas entre o sindicato rural e o atual governo municipal. A inexistência de uma afinidade política entre esses lados (sindicato versus governo municipal) é manifestada durante os encontros entre representantes desses grupos em reuniões sindicais, nas conversas informais e nas associações de agricultores, por exemplo, onde, um desses momentos são as reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural das Correntes. Os coordenadores do conselho de desenvolvimento rural são em sua maioria representantes do sindicato rural, e nisso tidos como opositores ao governo municipal. Nessas reuniões ainda, é comum debates entre vereadores da “oposição” versus vereadores da “situação” junto a alguns representantes sindicalistas e do conselho, podendo ainda haver a intromissão de algum diretor de associação de agricultores. Sabe-se o quão é fortes as cobranças e questionamentos em tons políticos e fiscais por parte de alguns representantes do conselho de desenvolvimento rural (e sindicato) (NIEDERLE, 2014).

A partir dos dados obtidos em campo, foi possível capturar trocas de acusações entre o sindicato rural e o governo municipal, além das recusas de ambas as partes em cumprir com assinaturas de ofícios, aprovação de projetos, reivindicações e benefícios em geral voltados para o setor agrícola-rural do município. A maioria dos informantes considera que um dos principais fatores do “atraso” do setor agrícola do município das Correntes, atualmente se dar pela falta de parceria entre governo e o sindicato devido disputas político-partidária entre ambos. A não participação do município das Correntes no Programa Territórios da Cidadania (PTC) é vista politicamente como um evento fracassado no tocante à interação e afinidade política entre esses setores já mencionados. A partir dos seis primeiros meses da gestão do prefeito Edimilson da Bahia no ano de 2013, foram debatidas e efetivadas as reuniões necessárias na tentativa de inserir o município das Correntes no PTC. Contudo, a tentativa não foi favorável aos correntinos: dos quatro municípios da região que se encontravam em processo de luta para se inserir no PTC, apenas o município de Garanhuns e o município de Saloá foram contemplados; já o município das Correntes e o município de Palmerina “ficaram de fora”. As informações obtidas sobre esse evento a partir de entrevistadas e conversas tanto

com pessoas ligadas ao governo local, como aos representantes do sindicato rural do município das Correntes, revelaram que as reuniões em favor do ingresso do município das Correntes no PTC, foram representadas, principalmente, por funcionários e partidários do governo municipal junto a representantes do sindicato. Com tudo isso, nessas mesmas reuniões foi presenciada explicitamente as disputas entre governo e sindicato.

É diante desse quadro de dissidências político-partidário entre a gestão municipal e os líderes do sindicato dos trabalhadores rurais do município correntino, que os agricultores e agricultoras apontam como o principal desafio para a boa desenvoltura das associações comunitárias e, por conseguinte, também da agricultura local.

Segundo alguns líderes sindicalistas, o problema de se estabelecer uma parceria entre sindicato e prefeitura encontra-se no fato de que o governo municipal não toma os esforços necessários para a administração do município, cujo setor agrícola não seria diferente. Haveria nessas condições irregularidades que abrangeria desde negligência à falta de estímulos financeiros, até mesmo corrupção. Por seu lado, o governo local, representado, nessas circunstâncias, por funcionários/pessoas ligados ao partido e gestão pública atual afirmam existir individualismo e “orgulho político-partidário” por parte do movimento sindicalista rural do município. Nessas justificativas haveria ainda uma espécie de egoísmo e descompromisso com o desenvolvimento do setor agrícola do município em função de “birra política”. Sobre a tentativa de aproximação entre sindicato e “prefeitura”, vale destacar a fala do prefeito Edimilson da Bahia:

A associação da laje na gestão passada foi contra mim. Não sei no futuro, o futuro a Deus pertence. Mas eu mandei arar a terra de todo mundo lá; mandei fazer silagem de todo mundo, patrolei as estradas direitinho, as salas de aulas continuam funcionando normal. E penso abrir uma sala de aula lá do EJA [...] Algumas vezes os integrantes dessas associações acham que por serem de oposição suas solicitações serão negadas por parte do executivo, ainda com aquele pensamento antigo em que se atendia apenas as associações que votaram na gente [...]. Eles têm que entender que sou gestor de todos; e, mais do que nunca, não deixarei de atender aos que não votaram em mim. Eu como gestor tenho que pensar em somar. E como é que eu somo: atendendo a demanda de todos e até mesmo dando prioridade aqueles setores que não foram favoráveis a mim, para eu puder conquistar.

Sabendo que boa parte da diretoria da associação de agricultores do Sítio Lajes são também integrantes do sindicato rural, a associação é identificada informalmente como de oposição ao governo municipal. Algumas desistências por partes de associado(a)s e, com isso, a não participação como integrantes da associação do Sítio Lajes, se deu pelo fato de, segundo esse(as) ex-associado(a)s, a instituição ter perdido certos benefícios/recursos provenientes da

“parceria” entre a prefeitura e a associação de agricultores a qual fizeram parte. Essa parceria, desde então, foi insuficiente ou praticamente inexistente em momentos específicos, segundo alguns ex-associado(a)s. Por sua vez, como veremos, a associação do Sítio Lajes recebe cordialmente as “visitas” em suas reuniões mensais, tanto de políticos da oposição quanto políticos da situação.

No caso da associação de agricultores do Sítio Balaio, a diretoria, representada pelo presidente Osmário Alves, é informalmente concebida como associação de situação. Isso deve-se ao fato do senhor Osmário ter “acompanhado” o atual prefeito Edimilson da Bahia nas eleições de 2012, e apresentar uma amigável relação e parceria com o mesmo. Foi visível que na associação do Sítio Balaio a presença do prefeito e de vereadores de situação era muito frequente a cada benefício ou recurso transformado em ação na comunidade através da associação.

Conforme registrado no diário de campo, uma das “visitas” do prefeito Edimilson da Baía e de seus aliados políticos à associação transcorreu assim:

Às 14h: 40min quando todos os participantes estavam dispostos a iniciar a reunião, o prefeito Edimilson junto a seus aliados (secretários de finanças, secretário de agricultura, o vereador Nem de Isaura e demais pré-candidatos a vereadores) sentou-se nos lugares expostos nas duas primeiras filas, próximo às mesas onde ficava a secretária Cícera e o presidente da associação Osmário. Edimilson já tinha cumprimentado a todos e conversou com muitos dos associados e associadas, e também ouviu alguns pedidos ou reivindicações particulares que eu discretamente ouvia enquanto fazia minhas anotações. O prefeito já estava no local trinta minutos antes de começar a reunião, e os motivos de sua presença pareciam ser três em especial: uma apresentação informal de seus pré-candidatos a vereadores; uma afirmação do “laço” e “parceria” com a associação, representada pelo apoio de Osmário; e execução de limpeza e escavação de açudes durante as duas últimas semanas com a concessão de uma retroescavadeira que se encontrava estacionada na proximidade da associação e a casa de Osmário.

.....

Um das questões mais discutidas pelo prefeito Edimilson, pelo vereador Nem, e pelo secretário de agricultura e meio ambiente e também pré-candidato a vereador, o senhor Américo Carneiro, foi a polemica na última reunião da câmara de vereadores sobre a descontinuidade de muitos dos transportes escolares no município das Correntes. A questão segundo os mesmos, seria que os vereadores da oposição teriam reprovado a continuidade do uso dos transportes escolares em várias das comunidades rurais com um “propósito de atrapalhar a administração do prefeito Edimilson da Bahia”. Os motivos dessa suposta intromissão dos vereadores da oposição em vetarem a continuidade de parte dos transportes escolares, não ficou clara o suficiente para que se entendesse o porquê do fato da iniciativa por parte daqueles vereadores. Contudo, ficava claro que Edimilson e seus aliados culpavam os vereadores de oposição claramente por “desordenarem a administração e o bem-estar do povo correntino por

meros interesses político-partidários” [...] Após as “falas” do prefeito Edimilson e da sua “equipe”, Osmário seguiu na defesa direta da administração do prefeito Edimilson e criticou o suposto comportamento dos vereadores da oposição em “atrapalhar” o “bom funcionamento” do município correntino. Osmário falou que “é necessário na hora de votar ver quem são de fato os políticos que estão ajudando o povo, e saber identificar os políticos que estão atrapalhando também”. Por fim, Osmário agradeceu ao prefeito pelo serviço prestado à comunidade através da construção e limpeza dos açudes com a retroescavadeira, e falou que a associação “cresce” a cada dia por “fazer parceria com a prefeitura e com o sindicato” sem distinção político-partidária.

Na Associação Comunitária Unidos pelo Progresso do Sítio Balaio, tanto a diretoria quanto os associados em geral, dizem que a associação não tem posicionamento político; sustentam-se na ideia de que “apenas se retribui a ajuda dada com o reconhecimento daqueles que se propõem em ajudar”⁷⁶. Essa “ajuda” pode ser o apoio político e/ou voto dos que “reconhecem” e sabem agradecer a “ajuda” e “apoio” do candidato. O “apoio” é, em muitos casos, uma espécie de predisposição à “ajuda” tanto por parte do político, como por parte do eleitor. O ato de “apoiar” se sela no ato de estar por perto, presente na comunidade ou associação à espreita da oportunidade para “ajudar”; e o eleitor se compromete automaticamente a retribuir com o voto e “apoio”, ato de reconhecimento ou também publicidade de sua “escolha”. O ato de “apoiar” por parte do eleitor é dessa forma, reconhecer (além do simples ato de votar), através da ação de divulgar “quem de fato é um político merecedor” desse ato de retribuição, o voto/ajuda e apoio político.

Ao mesmo tempo, outro comportamento está presente entre os associados, tanto na associação do Sítio Balaio, quanto na associação do Sítio Lajes: a desaprovação do “político que só aparece em tempo de campanha eleitoral” e a “baixaria entre os políticos” expressa nos debates e acusações enérgicas. Nesse último caso, é traçado a “lavagem de roupa suja” e “bate boca”, muito comum nos debates em público e nos carros de som que circulam nas feiras livres durante os sábados na cidade das Correntes. Boa parte dos “políticos” geralmente “aparece” no tempo da política, e, por muitas vezes, suas respectivas presenças são indesejáveis, principalmente em ambientes domiciliar, ou mesmo na associação. Na Associação Comunitária do Sítio Lajes, por exemplo, o “bate boca” durante o tempo da política já foi mencionado por alguns associados e associadas, e são fortemente criticados por considerável parte dos integrantes da mesma entidade.

Antes de trazer um recorte do diário de campo, em que houve a oportunidade de eu presenciar um encontro entre políticos da situação e da oposição, em uma mesma reunião na

⁷⁶ Fala da senhora Macicléide, integrante da associação do Sítio Balaio.

associação do Sítio Lajes, é válido citar que o “tempo da política foi antecipado”, como se percebeu no período final da pesquisa. Já nos dois últimos meses do ano de 2015 havia boatos de uma futura articulação da oposição na candidatura de um “candidato forte” para disputar as eleições municipais contra o atual prefeito Edimilson da Bahia. Foi realizada uma pesquisa popular organizada pelos seguintes partidos: Partido Republicano da Ordem Social (PROS), representado pelo vereador Renato Calado e o Partido da República (PR) partido do ex-prefeito, Nivaldo Lúcio Júnior. Antes do resultado da pesquisa, havia dois pré-candidatos mais fortes, o vereador Renato Calado (PROS) e o médico Antônio Romão de Deus (PR). Renato, por sua vez, já iniciava informalmente sua campanha como pré-candidato a prefeito antes mesmo do resultado da pesquisa, realizando visitas nas associações de agricultores e emitindo discursos em tons de críticas ao governo municipal em carros de sons nas feiras livres. Cogitava-se que seria formada uma chapa com os nomes de Renato Calado e Antônio Romão, que não era possível saber ainda, qual dos dois seria o candidato a prefeito e a vice-prefeito. Após o resultado da pesquisa popular, o médico Antônio Romão saiu em primeiro lugar em requisito de popularidade, ultrapassando inclusive o ex-prefeito Nivaldo Lúcio Júnior. Contudo, o vereador Renato Calado se desvinculou do grupo negando-se a desistir de sua pré-candidatura a prefeito; contudo a oposição formalizou a “escolha popular” de Antônio Romão como candidato a prefeito pelo PR.

Nisso o tempo da política é antecipado, e as associações de agricultores, entre outros espaços, passam a ser palco das disputas entre o atual prefeito Edimilson da Bahia (PSB) e o pré-candidato a prefeito Antônio Romão (PR); e com menos notoriedade, Renato Calado (PROS). As visitas dos políticos despertam conflitantes condutas entre o público nas associações, que vai desde a empolgação perante as disputas firmadas no “jogo político”, a rejeição e apatia para com as mesmas. Nesse último caso as críticas se configuravam como já mencionado, a percepção da campanha como às “visitas inconvenientes”, “pega-pega de políticos“, entre outras definições pelos interlocutores:

A associação é que nem nossa casa, sabe? E não é bom ver briga na casa da gente, né. (Marlice, associação do Sítio Lajes).

No tempo da política é bom para a associação, porque é nesse tempo que o mar está para peixe: e mesmo com muita “falança” aqui e acolá alguém pode soltar uma verbazinha em benefício do povo, né. (Zacarias, associação do Sítio Balaio).

Quando é tempo de política eu falto muito na associação, eu não tenho muita paciência de estar ouvindo promessa falsa de político. (Rodolfo, associação do Sítio Lajes).

Eu não acho muito certo os políticos estarem andando muito na associação, porque parece que eles tomam de conta da reunião; mas a gente fica informado das propostas deles, né. (Elisvaldo, associação do Sítio Lajes).

É só no tempo de política que a gente ver a cara dos políticos; porque em outros tempos esse povo fica é escondido enquanto a gente passa necessidade. (Janete, associação do Sítio Balaio).

Na Associação Comunitária do Sítio Lajes, uma das normas mais contundentes de seu estatuto (como já foi citada no capítulo anterior) é a não propaganda político-partidária direta. Segundo os diretores e associados da entidade, as visitas dos políticos tende a se restringir na divulgação de suas propostas e ideias, evitando, contudo, o pedido direto de votos ao público. Pode-se “falar em política, mostrar suas ideias, porém, não se deve pedir voto”⁷⁷. A respeito dos debates diretos entre partidos de oposição e de situação, a associação já foi palco por mais de uma vez. Nessas ocasiões era gerado desconforto, críticas ou entusiasmos, por partes dos associados.

A seguir temos partes retiradas do diário de campo em visita realizada por mim a reunião da associação do Sítio Lajes no dia 24 de abril de 2016:

[...] não se sabe se foi mera coincidência ou não, mas nessa quarta reunião do ano de 2016 da associação do Sítio Lajes foi marcada pelo encontro entre os políticos da oposição e da situação. Embora não fosse oficialmente o tempo da campanha eleitoral, as disputas entre o “22” e o “40”, representados respectivamente pela oposição, Partido da República (PR) e pela situação, Partido Socialista Brasileiro (PSB), se mostrava desde o final do ano de 2015 cada vez mais acirradas. Eram muito raras as reuniões que não houvesse a presença de figuras políticas tornando-se o foco da reunião; ansiosos por espaço para falarem e apostarem em um “bom discurso” direta ou indiretamente na conquista de votos e apoio político. A reunião se resumiu às “falas dos políticos”, e as trocas de acusações entre a vereadora Ocione Barbosa, da oposição, acompanhada do ex-secretário de finanças, conhecido por Caca, contra o prefeito Edimilson acompanhado do secretário de agricultura e meio ambiente, Américo Carneiro. O debate parecia causar desconforto e expressões de cansaço em maior parte dos associados. Os relógios nos pulsos eram sempre consultados, murmúrios sobre o início do campeonato de futebol que ocorreria naquele horário na comunidade; e os cochichos de desaprovação ao fervor do debate eram frenéticos. O candidato a prefeito pela oposição, Antônio Romão, chegou já em fins do horário previsto para término da reunião por estar participando de uma emergência a um dos seus pacientes em seu ofício de médico. Sua fala foi muito breve, justificada pelo respeito ao tempo esgotado da reunião e ao horário do jogo de futebol tão esperado pelos associados. Antônio Romão em sua “fala” apresentou-se como pré-candidato do PR e que no momento exato das campanhas eleitoras apresentaria sua proposta com mais ênfase. Todos os

⁷⁷ Fala de Dona Vânia, associada da associação do Sítio Lajes.

políticos já tinham tido a sua oportunidade de falar, mas o debate envolvendo Ocione, Caca, Américo e Edimilson parecia infundável. [...] Ninguém entre a diretoria da associação ou mesmo associado se manifestou para dar opinião ou fazer alguma pergunta. Todos apenas ouviam como se fossem impedidos de participarem do “assunto sobre política” em uma entidade essencialmente não partidária politicamente; ao mesmo tempo que os integrantes da associação se restringiram a finalizar o debate por um senso de educação.

A associação de agricultores do Sítio Lajes conta atualmente com um número de 78 associados. Esse número no início da gestão do atual prefeito Edimilson da Bahia era maior, mais de cem associados. De acordo com informações obtidas dos agricultores e agricultoras entrevistados, essa diminuição no número de associados nos últimos dois anos é resultado da redução de benefícios por parte do governo municipal, em especial, para a entidade, influenciado pela dissidência política entre a gestão municipal e a diretoria da associação.

Vejamos abaixo a fala da associada Dona Cidinha:

A associação enfraqueceu muito depois da gestão do prefeito Edimilson. Os projetos, apesar de poucos por causa da crise, vêm, mas o pessoal que representa a gente não vai atrás quando os benefícios são de vir pela prefeitura. E por causa disso eu saí da associação já faz uns três meses. Ora, eu deixei de ganhar sementes para plantar, que é uma prova boa quando a gente vai se aposentar. E assim foi com a distribuição de filtros para água potável, pois na associação da Laje mesmo, o pessoal não recebeu esses filtros... E eu e outras pessoas por causa disso achou melhor não participar mais da associação, pois já não adiantava mesmo...

Em entrevista com José Lucas,⁷⁸ associado da Associação Comunitária do Sítio Lajes, e encarregado pelos assuntos que dizem respeito às atividades religiosas ministradas pela paróquia local junto à “comunidade lajes”, ele diz ter ficado decepcionado com as dissidências na política partidária, por dificultarem bastante a desenvoltura das várias associações existentes no município das Correntes. Uma ideia muito comum trazida nas entrevistas, principalmente por pessoas que foram idealizadoras e fundadoras das associações como órgãos de união entre os agricultores, era de que “a política partidária atrapalha as associações”. Observemos as seguintes falas:

A política atrapalha a associação causando desunião, e logo vai morrendo aquele espírito de amizade e companheirismo na comunidade. (Sivaldo, associado e ex-presidente da Associação do Sítio São João).

A política partidária atrapalha o funcionamento da associação porque causa disputas, desunião e interesses que não atende as verdadeiras necessidades

⁷⁸ José Lucas foi também fundador e primeiro presidente da Associação Comunitária do Sítio lajes.

da associação. E isso vai desde seus organizadores, o que é pior, ao povo associado. (Arnaldo, ex-presidente da associação do sítio Lajes).

As associações não estão melhores e mais unidas ainda por causa da política que atrapalha, enfraquece a união entre os agricultores associados, entre o sindicato, entre prefeitura. (Janaina, associada na Associação Comunitária do Sítio Lajes).

No tempo da política coisa boas podem vir para a associação como os benefícios, porém a intrigas entre as pessoas por causa de políticas também podem atrapalhar devido à desunião tanto entre os representantes como também entre os associados. (Maria Eunice, associada na Associação Comunitária do Sítio Lajes).

Segundo Palmeira (2010), o caráter ameaçador da política é reforçado pelo fato de o tempo da política ser um tempo de explicitação de conflitos, dos políticos em primeiro lugar, mas não apenas deles. O cotidiano também é feito de divisões e conflitos, mesmo quando se pensa em termos de união. Mas com relação aos conflitos entre parentes, vizinhos, amigos, e até entre inimigos, existem, de algum modo controles estabelecidos pelas unidades sociais que os circunscrevem. As famílias, as parentelas, os grupos de vizinhos sabem como exercer um efetivo controle social sobre seus membros e fornecem um modelo para a resolução de conflitos em relações mais abertas, como aquelas que se tecem em diferentes tipos de redes sociais existentes em sociedades como as que estudamos. (PALMEIRA, 2010: 173)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens teórico-metodológicas utilizadas para a realização desta dissertação contribuíram para uma aproximação ao tema das relações de poder e à participação política em municípios e pequenas comunidades locais. Foram analisadas a participação de agricultores nas associações comunitárias do município das Correntes envolvidos na trama das relações sociais e políticas que caracterizam o convívio social e cotidiano desses sujeitos e as implicações de suas formas de atuar nos movimentos sociais de agricultores, representados por essas associações.

No primeiro capítulo foram problematizados os aspectos metodológicos da pesquisa envolvendo questões sobre a proximidade entre o antropólogo e o nativo à luz de categorias etnograficamente reflexivas como *distanciamento*, *estranhamento* e *familiaridade*. Foi entendido que o *estranhamento* pode depender ou não do *distanciamento* enquanto configuração física, no que toca à convivência entre o pesquisador e o pesquisando, sujeitos que convivem em um mesmo espaço (cidade, bairro ou comunidade, por exemplo); como também envolve distinções sócio-psicológicas na relação pesquisador/pesquisando (MAGNANI, 2009). O *estranhamento* é ainda determinado pela bagagem teórica peculiar da disciplina pelo antropólogo que faz o diálogo entre àquela e a “teoria nativa”. Sobre a orientação de autores como Velho (1978) e Da Matta (1978) a ideia de *familiaridade* é relativizada de acordo com fatores como o *distanciamento*, entre o pesquisador e o objeto estudado, e ao conhecimento proveniente dos paradigmas acadêmicos da pesquisa etnográfica. Nessas circunstâncias, tanto o “exótico” quanto o “familiar” podem ser conhecidos ou desconhecidos. Apropriamo-nos de contribuições como essas na discussão que orientou a nossa reflexão e a execução da pesquisa, mediante o estilo peculiar da disciplina antropologia e de seu método etnográfico de se fazer pesquisa, cujos resultados estão apresentados nos capítulos que compõem esta dissertação.

Na discussão que se seguiu no segundo capítulo, foram enfatizados debates referentes à temática do campesinato, abarcando problemas conceituais e sócio-políticos que retratam situações remotas e atuais sobre as sociedades camponesas, as formas de ação e associação do camponês/agricultor familiar. De acordo com as informações colhidas e análises feitas foram delineados os aspectos considerados relevantes para a compreensão da dinâmica das relações sociais e políticas que se desenvolvem entre camponeses e o poder local e que se refletem na configuração das relações desenvolvidas em associações comunitárias. As associações de agricultores foram situadas no processo histórico que caracterizou a trajetória de lutas da

principal categoria social advinda do meio rural, o camponês/agricultor familiar. Enfatizamos que o camponês no Brasil passou por um longo período de invisibilidade no tocante do processo econômico e político, ofuscado por um sistema econômico tido como essencialmente escravista; e também, por isso, desconhecido, segundo a literatura antropológica e sociológica, que “esqueceu” da participação do camponês nessa conjuntura, como observaram Queiroz (1973) e Martins (1983). Na definição do camponês, foram incisivas as contribuições de autores como Queiroz (1973) e Wolf (1970), para os quais o camponês opera nas sociedades mais complexas como um grupo que adquire a função de produção e sustento do grupo familiar, sendo os seus esforços (serviços e excedentes) subjulgados por um grupo dominante. Acentuamos que o camponês se comporta como um agricultor familiar; contudo a agricultura familiar não necessariamente se traduz como essencialmente campesina (FERNANDES, 2001). O agricultor familiar surge como uma derivação do conceito de camponês imerso no processo sociopolítico que caracteriza o campesinato na conjuntura mundial da globalização e capitalização acelerada da economia. Sobre essas últimas questões nos favoreceram as contribuições de autores como Ploeg (2008), Sabourin (2011), Cavalcanti (2004) e Bonanno (2005). No decorrer dessas questões enquadrámos o camponês/agricultor e seu espaço (meio rural) como permutáveis diante de um processo complexo e contínuo de mudanças que refletem suas ações e respostas ao modo de produção dominante e às características das suas formas de organização e estratégias de sobrevivência.

Quem são esses camponeses/agricultores, quais os seus perfis e como se apresentam em suas participações nos movimentos de agricultores em geral? É a pergunta que orientou o capítulo seguinte, o terceiro capítulo. Nesse momento da dissertação são apresentadas as informações obtidas com base nos dados da pesquisa condizentes com o perfil socioeconômico dos agricultores, seguidos de aspectos mais gerais do município das Correntes. Foram salientados aspectos relativos à composição dos grupos, segundo a participação de homens e mulheres nas associações. Fizemos um apanhado sobre os ritos, símbolos, participação social (incluindo questões de gênero) no cotidiano dos agricultores e agricultoras, e no interior das associações (em especial, em suas reuniões). Nessa ilustração etnográfica, foram destacadas a Associação Comunitária do Sítio Lajes e a Associação Comunitária Unidos pelo Progresso do Sítio Balaio, de modo a compreender as suas especificidades e similaridades quanto ao perfil dos associados e das relações que desenvolvem interna e externamente, segundo os interesses individuais e coletivos. A análise contribuiu para compreender os motivos e estratégias usadas pelos agricultores estudados nas

suas ações e relações, cujos resultados requereram o aprofundamento da compreensão e novas abordagens para a compreensão das relações clientelistas que tendem a prevalecer no contexto estudado.

Na última sessão da dissertação, foram problematizados pontos referentes às relações políticas, envolvendo os agricultores e agricultoras das associações comunitárias dos Sítios Lajes e do Sítio Balaio no contexto embasado pela trama da política local. Para isso foi necessária a compreensão de conceitos como o clientelismo político e relações de reciprocidade na definição do tecido social dessas relações no “campo etnografado”. Vimos que o clientelismo político no Brasil se desenvolveu principalmente no período da República Velha, manifestando-se inicialmente nas práticas coronelistas (LEAL, 1997). Um aspecto marcante e presente ainda hoje no contexto estudado é a prevalência das relações clientelistas: como são distribuídos os papéis sociais no campo das disputas políticas, designados pela relação entre um grupo menor que tem acesso aos recursos públicos e um grupo maior movido pela carência de poder, os clientes (BOURDIEU, 2003). Todavia não se deve esquecer a complexidade e ambiguidade dos laços que marcam esse tipo de relação. No âmbito das relações sociais, foi visto que o clientelismo se enquadra em relações assimétricas entre pessoas ou grupos no que toca à ação da troca e da reciprocidade (SABOURIN, 2011). Como é sabido, o caráter temporário das eleições, como assinala Palmeira (2010) e Heredia (2010), e do fato das relações de trocas de favores decorrerem em tons assimétricos e distantes da obrigatoriedade “sagrada” da *dádiva*; a anulação da “obrigatoriedade” é algo viável na relação candidato/eleitor (VILLELA, 2004). Tais aportes teóricos orientaram a elucidação dos dados de campo e nos fizeram refletir sobre a atuação dos agricultores nas associações comunitárias, como também, compreender a ressignificação dos símbolos e ritos apropriados nas disputas políticas locais, que dirigem suas práticas de cunho político-social no cotidiano das associações.

Finalmente, embora a história das associações comunitárias nas zonas rurais, seja ainda recente e pouco estudada, os estudos e pesquisas em torno dessas organizações são significativamente atuais. Conforme demonstrado ao longo desta dissertação, as relações clientelistas são fenômenos que não desapareceram das práticas políticas que se dão no cotidiano dos agricultores que buscam recursos e apoios políticos para sobreviverem. Assim, como os estudos na área dos fenômenos políticos à luz da antropologia são também contemporâneos, a exemplo do emergente campo da Antropologia Política, há ainda lacunas a serem preenchidas no campo da pesquisa realizada. Enfatizamos dessa maneira que a presente pesquisa apresenta ainda muitos possíveis pontos a serem explorados no que toca ao

campo da Antropologia Política em especial, e também ao estudo dos movimentos sociais camponeses, cercados pela tutela política partidária (MARTINS, 1983). Finalmente, não menos importantes, há muito mais questões a serem respondidas quanto à participação política das mulheres; o rico material obtido no trabalho de campo, todavia não considerado nesta dissertação, merece ser analisado em outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria da Conceição Lafayette de. **Mulheres do início do século XX**: Agência, resistência e empoderamento. In: Famílias brasileiras: Poderes, desigualdades e solidariedades. Recife: Ed. Universitária da UPFE, 2011.
- AVELINO FILHO, George. **Clientelismo e Política no Brasil** - Revisitando velhos problemas. Novos Estudos n° 38, março, 1994. p. 225-240.
- ALVES, Adjair. **Cartografias culturais na periferia de Caruaru**: Hip hop, construindo campos de luta pela cidadania. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia, 2005.
- _____. **Treinando a observação participante**: juventude, linguagem e cotidiano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.
- BIZERRIL, José. **O vínculo etnográfico**: intersubjetividade e co-autoria na pesquisa qualitativa. Universitas Ciências da Saúde- vol.02, n° 02-pp.152-163.
- BONANNO, Alessandro. **Agricultura familiar y medioambiente**: una perspectiva global. In. Agricultura familiar e abordagem sistêmica. Organizadores: Dalva Maria da Mota, Heribert Schmitz, Helenira Ellery M. Vasconhecelos. Aracaju, SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.
- BONI, Valdete; BOSETT, Cleber José. **Agricultura familiar e campesinato**: qual desenvolvimento rural?. Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013. Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental. Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Objetivação Participante**. Collège de France, 2001.
- _____. **O Poder Simbólico**; tradução Fernando Tomaz. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARMO, Maristela Simões do. **Agroecologia**: novos caminhos para a agricultura familiar. Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária. /dezembro de 2008, p.28-40.
- CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Globalização e ruralidade**. In.: Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro. (Org.) Maria de

Nazareth Wanderley. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Polis: Ceres- Centro de Estudos do IFCH- Unicamp, 2004.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MALAGODI, Edgard; WANDERLEY, Maria de Nazareth; WELCH, Clifford (Orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. (História social do campesinato brasileiro).

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Texto publicado integralmente nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998: 53-75.

CORDEIRO, Rosilene M. **Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco**. In.: Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. (Org.) CORDEIRO, Rosilene; SCOTT, Parry. Recife: Ed. Universitária da UPFE, 2006.

DA MATTA, Roberto. **O Ofício do Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”**. In.: A Aventura Sociológica - Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

ECKERT, Cornelia. ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Etnografia: saberes e práticas**. Artigo publicado no livro organizado por Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

GOLDMAN, Marcio; SANT’ANNA, Ronaldo dos Santos. **Elementos para uma análise antropológica do voto**. In.: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marco. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

HEREDIA, Beatriz M. A. de. **Política, Família, Comunidade**. In.: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marco. Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

- HEREDIA, Beatriz M. A. de. **A morada da vida-** Trabalho familiar de pequenos agricultores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 7).
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.
- KUSCHNIR, Karina. **Antropologia e política.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 22 no.64 São Paulo Jun. 2007.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** município e o regime representativo no Brasil. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- LONG, Norman. **Introdução à sociologia do desenvolvimento rural.** Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1982.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista Nera – Ano 11, n. 12 – janeiro/junho de 2008 – ISSN: 1806-6755.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil-** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.
- MARTINS, Paulo Henrique. **A sociologia de Marcel Mauss:** a dádiva, simbolismo e associação. Revista Crítica de Ciências Sociais, 73, dezembro, 2005: 45-66.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia;** tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- NIEDERLE, Paulo André. **Política local e a trama das relações de poder o desenvolvimento territorial.** In.: CAVALCANTI, Josefa Salete B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B.; NIEDERLE, Paulo André. **Participação, Território e Cidadania:** um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE, 2014.
- NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marcos; CONTERATO, Marcelo. **A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil** – aprendizagem, esquecimento e novidades. RES, Piracicaba-SP, Vol.52, Supl.1, p.09-24, 2014.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo.** 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.
- PALMEIRA, Moacir. **Política, Fações e Voto.** In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Mario. (Org.). Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

- PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Mario. (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. de. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010. (Coleção Antropologia da política; 32)
- PASE, Hemerson Luiz; MÜLLER, Matheus; MORAIS, Jennifer Azambuja de. **O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros**. Revista Pensamento Plural, Pelotas [10]: 181 - 199 janeiro/junho 2012.
- PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1985.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- RABELO, Francisco Chagas Evangelista. **Limites do uso metodológico dos princípios de “estranhamento”, “distanciamento” e “reflexividade” na pesquisa sociológica**. Comunicação a ser apresentada no Seminário Temático A Constituição de Fronteiras nas Ciências Sociais: tensão e extensão no campo metodológico, XXVIII Encontro Anual da Anpocs, outubro de 2004. Coordenado pelo Prof. Mário Antônio Eufrásio (USP), Profa. Sueli Kofes (UNICAMP), Prof. Jordão Horta Nunes (UFG).
- REDIN, Ezequiel; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da. **O campesinato revisitado: contribuição para compreensão da agricultura contemporânea**. Apresentação oral-Agricultura Familiar e Ruralidade. 48º Congresso SOBER- Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. Campos Grande, MS. 25 A 28 de julho de 2010.
- SABOURIN, Eric. **Estratégias coletivas e lógicas de construção das organizações de agricultores no Nordeste semi-árido**. Publicado em Antropolítica n° 9, 2001.
- _____. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- SABOURIN, Eric; Duque, Ghislaine; DINIZ, Paulo C. O.; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima; GRANCHAMP, Laurence Florentino. **O reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 293-306, maio/ago. 2005

SANTIAGO, Vandek. **O agitador dos canaviais**. Rev. História da biblioteca nacional. Ano 5, nº60, setembro 2010.

SILVA, Carmen; PORTELLA, Ana Paula. **Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro**. In: Gênero e geração em contextos rurais. (Org.) SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MARILDA, Meneses. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do estado**. São Paulo: Cortez, 2003. – (Coleção Questões da Nossa Época: 103).

VELHO, Gilberto. **O antropólogo pesquisando em sua cidade sobre conhecimento e heresia**. In.: O desafio da cidade- novas perspectivas da antropologia brasileira. Coordenação: Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **Observando o Familiar**. In.: A Aventura Sociológica - Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VILLELA, Jorge Mattar. **O dinheiro e suas diversas faces nas eleições municipais em Pernambuco**. Revista Mana 11(1):267-296, 2004.

_____. **A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade**. Revista de Antropologia, V. 44 nº 1. São Paulo, USP, 2001.

_____. **Moral da política e antropologia das relações de poder no sertão de Pernambuco**. Lua Nova, São Paulo, 79: 163-199, 2010

WOLF, Eric. R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro, Editora: Zahar, 1970.

ZALUAR, Alba, **Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas**. In: Ruth CARDOSO. 1986. A aventura antropológica: teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra.

ANEXO A – IMAGENS DO CAMPO DE PESQUISA



Imagem 1: Mapa do município das Correntes.

Fonte: cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=260470.



Imagens 2 e 3: Vista da Associação Comunitária Unidos pelo Progresso do Sítio Balaio durante a festa de inauguração e confraternização no dia 3 de janeiro de 2016. (SANTANA, I. C.; 2016).



Imagens 4 e 5: Vista de plantações de batatas-doces no Sítio Balaio (SANTANA, I. C.; 2015).



Imagem 6: vista da sede da Associação Comunitária do Sítio Lajes compreendendo a construção da capela de Nossa Senhora Auxiliadora (à esquerda), e parte do “salão comunitária” (à direita). (SANTANA, I. C.; 2015).



Imagem 7: Vista do “salão comunitário” compreendendo o lado direito que agrega a casa de farinha. (SANTANA, I. C.; 2015).



Imagem 8: Agricultor do Sítio Lajes extraindo mandioca do roçado (SANTANA, I. C.; 2015).



Imagem 9: Preparatórios para a realização da missa de finalização da festa da padroeira Nossa Senhora Auxiliadora na sede da Associação Comunitária do Sítio Lajes em prol da arrecadação de recursos para edificação da capela na mesma comunidade (SANTANA, I. C.; 2016).



Imagem 10: Mulheres participando da décima reunião do ano de 2015 da Associação Comunitária Unidos pelo Progresso do Sítio Balaio. (SANTANA, I. C.; 2015).